



PPGEDUCAMPO
Programa de Pós-Graduação
em Educação do Campo / UFRB
Mestrado Profissional em Educação do Campo



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO, CRIAÇÃO E INOVAÇÃO
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO CAMPO
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO DO CAMPO**

ALMERIDIDIANE ANDRADE SANTOS RIBEIRO

**ATUAÇÃO DA APLB-SINDICATO E A LUTA POR UMA EDUCAÇÃO DO
CAMPO: uma proposta de formação sindical de professores(as) do campo no
município de Jaguaripe - Bahia.**

Amargosa - BA

2024

ALMERIDIDIANE ANDRADE SANTOS RIBEIRO

**ATUAÇÃO DA APLB-SINDICATO E A LUTA POR UMA EDUCAÇÃO DO CAMPO:
uma proposta de formação sindical de professores(as) do campo no município
de Jaguaripe - Bahia.**

Trabalho de Conclusão de Curso –
Relatório Técnico-Científico – apresentado
ao Programa de Pós-graduação em
Educação do Campo (PPGEEDUCAMPO)
da Universidade Federal da Bahia (UFRB),
Centro de Formação de Professores
(CFP), vinculado à Linha de Pesquisa 1:
Formação de Professores e Organização
do Trabalho Pedagógico nas Escolas do
Campo, como requisito para nota parcial
referente ao Componente curricular
Trabalho de Conclusão de Curso do
Mestrado Profissional em Educação do
Campo.

Orientador: Prof. Dr. Alex Verdério

Amargosa - BA

2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Ribeiro, Almerididiane Andrade Santos.

R484s Atuação da APLB-Sindicato e a luta por uma educação do campo: uma proposta de formação sindical de professores (as) do campo no Município de Jaguaripe - Bahia / Almerididiane Andrade Santos Ribeiro. – Amargosa, BA, 2024.
145 f.: il. color.

Orientador (a): Prof. Dr. Alex Verdério.

Relatório Técnico - Científico (Mestrado Profissional em Educação do Campo) - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Centro de Formação de Professores, Amargosa, 2024.

Bibliografia: p. 107-109.

Inclui apêndices e anexos.

1. Educação do campo. 2. Sindicalismo. 3. Professores - Formação.
I. Verdério, Alex, (orient.). II. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. III. Título.

CDD - 370.91734

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA SETORIAL DO CENTRO DE
FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA –
NUBIBS - CFP/UFRB, 2025.

Bibliotecário: Diogo Lima (CRB-5/BA-2901)

ATUAÇÃO DA APLB-SINDICATO E A LUTA POR UMA EDUCAÇÃO DO CAMPO: uma proposta de formação sindical de professores(as) do campo no município de Jaguaripe - Bahia.

Trabalho de Conclusão de Curso – Relatório Técnico-Científico – apresentado ao Programa de Pós-graduação em Educação do Campo (PPGEEDUCAMPO) da Universidade Federal da Bahia (UFRB), Centro de Formação de Professores (CFP), vinculado à Linha de Pesquisa 1: Formação de Professores e Organização do Trabalho Pedagógico nas Escolas do Campo, como requisito para nota parcial referente ao componente curricular Trabalho de Conclusão de Curso do Mestrado Profissional em Educação do Campo.

Aprovada em 06 de abril de 2024.

Banca Examinadora

Documento assinado digitalmente
 **ALEX VERDERIO**
Data: 23/10/2025 20:31:19-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Alex Verdério – UFRB (Orientador)

Documento assinado digitalmente
 **ANA CRISTINA HAMMEL**
Data: 23/10/2025 22:40:50-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Ana Cristina Hammel – UFFS (Avaliadora 1)

Documento assinado digitalmente
 **DAVID ROMAO TEIXEIRA**
Data: 23/10/2025 23:11:41-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. David Romão – UFRB (Avaliador 2)

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus por estar presente em todos os momentos da minha vida.

Ao Movimento Sindical APLB-Sindicato, por permitir-me construir enquanto sujeito coletivo na luta pelos direitos dos(as) educadores(as) de Jaguaripe - BA.

À Associação de Professores REDA de Santo Antônio de Jesus (APRSAJ) por lutar por direitos e acreditar na importância da educação como instrumento de libertação e transformação social.

Agradeço à Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) pela materialização de um curso de Pós-Graduação em Educação do Campo na perspectiva contra-hegemônica e por possibilitar meu encontro com pares que comungam do mesmo projeto. Estendo assim minha gratidão aos camaradas da décima turma (Turma Dandara), em especial a Linha de Pesquisa 1 (Carolina de Jesus) pela vivência e construção de uma coletividade. Reconheço e agradeço também aos docentes do Programa de Pós-Graduação em Educação do Campo (PPGEDUCAMPO) pela dedicação e compromisso com a Educação do Campo.

Em especial ao meu orientador Prof. Dr. Alex Verdério por sua atenção e dedicação, expressando sempre uma enorme generosidade, confiança e humanismo, essa travessia não seria possível sem sua contribuição.

A Banca Examinadora nas pessoas da Profa. Dra. Ana Cristina Hammel e do Prof. Dr. David Romão por acreditarem no projeto, pela disponibilidade e por apontar caminhos que melhor fundamentassem esse trabalho.

Agradeço as gestoras Eliane Reis e Audinéia da Escola Municipal Bela Vista de Jaguaripe e das gestoras Itânia Patrícia e Valdirene da Creche São Paulo de Santo Antônio de Jesus pelo apoio.

Ao pequeno grupo de professores(as) do Capão I e II de Jaguaripe - BA , que aceitaram participar do Grupo Focal e contribuíram para a construção desta pesquisa.

A Carla Barbosa por contribuir na minha formação docente sobre a Educação do Campo .

Gratidão à minha família, pelo amor incondicional que me impulsiona a seguir lutando. Ao meu esposo Arlindo pela partilha de sonhos. À meu filho Samuel pelo

companheirismo. À minha mãe, irmã e irmãos que me acompanharam nessa caminhada. Vocês são minha inspiração para seguir na luta por um mundo mais justo.

Aos meus amigos Georgia, Cristiane, Justino e Evonete que ficaram na torcida, por vivenciar os desafios dessa construção e sempre exercitar reflexões e inspirações para que eu seguisse confiante.

Ao quarteto dos mestres Etelvina, Sandra e Evandro, pelas contribuições, com vocês foram muitas as partilhas. Seguiremos juntos nas trincheiras de luta por uma Educação do Campo.

Por fim, agradeço aqueles que tentaram me desanimar na trajetória, mas que a tentativa se tornou em peça propulsora de encorajamento para persistir, resistir e alcançar vitória.

À todos(as) minha gratidão!

O ESPERANÇAR DE PAULO FREIRE

“Movo – me na esperança enquanto luto e se luto com esperança, espero”

(Freire, 2004, p.47).

“Não sou esperançoso por pura teimosia, mas por imperativo existencial e histórico.

Não quero dizer, porém, que, porque esperançoso, atribuo à minha esperança o poder de transformar a realidade e, assim, convencido, parto para o embate sem levar em consideração os dados concretos, materiais, afirmando que minha esperança basta. Minha esperança é necessária mas não é suficiente. Ela, só, não ganha a luta, mas sem ela a luta fraqueja e titubeia. Precisamos da esperança crítica, como o peixe necessita de água despoluída.

Pensar que a esperança sozinha transforma o mundo e atuar movido por tal ingenuidade é um modo excelente de tombar na desesperança, no pessimismo, no fatalismo. Mas, prescindir da esperança na luta para melhorar o mundo, como se a luta se pudesse reduzir a atos calculados apenas, à pura cientificidade, é frívola ilusão. Prescindir da esperança que se funda também na verdade como qualidade ética da luta é negar a ela um dos seus suportes fundamentais. O essencial, como digo mais adiante no corpo desta Pedagogia da esperança, é que ela, enquanto necessidade ontológica, precisa de ancorar-se na prática. Enquanto necessidade ontológica a esperança precisa da prática para tornar-se concretude histórica. É por isso que não há esperança na pura espera, nem tampouco se alcança o que se espera pura, que vira, assim, espera vã”

(Freire, 2003,p. 5).

RESUMO

O presente Relatório Técnico Científico, produzido no âmbito do Mestrado Profissional em Educação do Campo da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, consiste na reflexão sobre a relação entre a Educação do Campo e a formação sindical de professores(as), a partir das lutas no município de Jaguaripe, na Bahia. A Educação do Campo defende a escola do campo, a qual precisa ser diferente da que é oferecida pelas elites, ela necessita ter práticas pedagógicas voltadas para a emancipação humana, que promovam a reflexão e o enfrentamento da realidade imposta pelo sistema capitalista. A Educação do Campo no Brasil, é constituída também como uma modalidade educacional que, na sua materialidade de origem, está vinculada a um projeto contra-hegemônico, sustentado na luta dos povos trabalhadores do campo. Já a atuação sindical docente na Bahia, se consolida na articulação da representação por meio da APLB-Sindicato que tem sua ação voltada para a defesa dos(as) trabalhadores(as) da educação e para as lutas mais gerais da classe trabalhadora. Sendo que, foi na busca das possíveis conexões entre a luta sindical docente e a luta por uma Educação do Campo que se afirmou o delineamento de uma proposta de formação sindical em Educação do Campo, posto como objetivo central do presente trabalho. Os teóricos estudados e que dão base para o presente trabalho são: Marx, Freire, Fernandes, Saviani, Gramsci, Frigotto, Neto, Carmo, Minayo, Manfredi, Mochovicti, Peloso, Gaskel, Molina, Caldart, Gil, Godoy, Konder, Sganzele, Silveira, Tafarel, Vasconcellos, Luck, Verdério, dentre outros. No desencadear da pesquisa, foi proposta a construção de uma formação sindical conectada à luta por uma Educação do Campo no território. A investigação esteve sustentada no roteiro de diálogo com o Grupo Focal, tendo por participantes colaboradores, professores(as) filiados(as) à APLB-Sindicato e que atuam nas escolas do campo nas Comunidades do Capão I e II, no município de Jaguaripe - Bahia. Os resultados dos diálogos, sistematizados na pesquisa, indicam a necessidade da formação sindical docente numa perspectiva contra-hegemônica para contribuir com a emancipação humana. As escolas do campo precisam ter educadores(as) que tenham conhecimentos voltados para a Educação do Campo, por isso a necessidade de uma formação, que no presente caso, passa a ser proposta na articulação com a luta sindical docente, podendo esta, no delineamento proposto, se colocar como elemento sustentador e propulsor da própria luta por uma Educação do Campo no território.

Palavras-chave: Educação do Campo. Formação Sindical Docente. Formação de Professores.

ABSTRACT

The present Scientific Technical Report, produced in the framework of the Professional Master's Degree in Education of the Field of the Federal University of Recôncavo of Bahia, consists in the reflection on the relationship between Field Education and the trade union formation of teachers, from the struggles in the municipality of Jaguaripe, Bahia. Field Education defends the rural school, which needs to be different from that offered by elites, it needs to have pedagogical practices aimed at human emancipation, which promote reflection and coping with the reality imposed by the capitalist system. Field Education in Brazil is also constituted as an educational modality that, in its materiality of origin, is linked to a counter-hegemonic project, sustained in the struggle of the rural workers. On the other hand, the teaching trade union activity in Bahia is consolidated in the articulation of representation through the APLB-Sindicato that has its action focused on the defense of the workers of education and the more general struggles of the working class. It was in the search for possible connections between the union struggle and the struggle for a Field Education that affirmed the design of a proposal for trade union training in Field Education, put as the central objective of this work. The theorists studied and based on this work are Marx, Freire, Fernandes, Saviani, Gramsci, Frigotto, Neto, Carmo, Minayo, Manfredi, Mochovicti, Peloso, Gaskel, Molina, Caldart, Gil, Godoy, Konder, Sganzele, Silveira, Tafarel, Vasconcellos, Luck, Verdério, among others. In initiating the research, it was proposed to build a union formation connected to the struggle for a Field Education in the territory. The investigation was supported in the dialogue script with the Focal Group, with collaborators, teachers affiliated to the APLB-Sindicato and who work in rural schools in the Communities of Capão I and II, in the municipality of Jaguaripe - Bahia. The results of the dialogues, systematized in the research, indicate the need for teacher union formation in a counter-hegemonic perspective to contribute to human emancipation. The schools in the field need to have educators who have knowledge focused on Field Education, so the need for training, which in the present case, becomes proposed in the articulation with the teacher trade union struggle, which may, in the proposed design, place itself as a sustaining element and propellant of the fight itself for a Field Education in the territory.

Keywords: Field Education. Teaching Trade Union Training. Teacher training.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	10
1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA DE INTERESSE PELA PESQUISA	14
1.1 JUSTIFICATIVA.....	14
1.2 OBJETIVOS.....	23
1.2.1 Objetivo Geral.....	23
1.2.2 Objetivos Específicos.....	23
1.3 METODOLOGIA	24
1.3.1 Instrumento Metodológico Orientador do Diálogo com Grupo Focal	33
2 ADENSAMENTO TEÓRICO: EDUCAÇÃO DO CAMPO E CONTRA-HEGEMONIA.....	35
2.1 A EDUCAÇÃO DO CAMPO: FUNDAMENTOS E CONCEPÇÕES	48
3 JAGUARIBE: LUGAR ONDE ACONTECE A PESQUISA.....	55
3.1 BREVE HISTÓRICO DO MUNICÍPIO.....	56
3.2 OS DISTRITOS DE JAGUARIBE: CAPÃO E SUAS ESCOLAS.....	60
3.3 NUANCES DAS VIVÊNCIAS DOS(AS) PROFESSORES(AS) DO CAMPO E DAS COMUNIDADES DO CAPÃO.....	70
4 APLB SINDICATO	76
4.1 BREVE HISTÓRICO DA APLB-SINDICATO	77
4.2 APLB-SINDICATO NO MUNICÍPIO DE JAGUARIBE.....	85
4.3 SINDICATO DOCENTE: LUTAS, CONQUISTAS, DESAFIOS E PERSPECTIVAS	88
4.4 A FORMAÇÃO SINDICAL E SUA IMPORTÂNCIA.....	94
5 PROFESSORES(AS) DAS COMUNIDADES CAPÃO I E II NO DELINEAMENTO DE UMA PROPOSTA DE FORMAÇÃO.....	99
5.1 REGISTROS DOS (AS) PROFESSORES (AS) DO CAMPO: APREENSÕES QUE CAMINHAM PARA UMA PROPOSTA DE FORMAÇÃO	99
5.2 DELINEAMENTO DE UMA PROPOSTA DE FORMAÇÃO	102

CONSIDERAÇÕES	111
REFERÊNCIAS.....	113
APÊNDICES	117
APÊNDICE 1 – Instrumento de Pesquisa: Roteiro de Diálogo com o Grupo Focal.	118
APÊNDICE 2- Registros completo dos(as) professores(as) do campo	119
ANEXOS	132
ANEXO 1 – Fotos APLB-Sindicato Jaguaripe	133
ANEXO 2 – Fotos de Pontos Turísticos de Jaguaripe - BA.....	140
ANEXO 3 – Termo de Consentimento	146

APRESENTAÇÃO

Meu nome é Almeridiane Andrade Santos Ribeiro, sou filha de Albertino de Jesus Santos e Maridete Andrade Santos. Meu pai, hoje falecido, trabalhou a vida inteira como pedreiro e minha mãe, como dona de casa, ambos analfabetos e moradores da zona rural durante toda infância, mas por perceberem as dificuldades que enfrentaram por conta disso, sempre me incentivaram a estudar, informando que através dos estudos eu poderia ter um futuro melhor, sendo esta a única herança que eles poderiam deixar para mim.

Nasci no ano de 1983, em Salvador - BA, mas morei durante toda minha infância em Simões Filho - BA. Aos 11 anos de idade meus pais resolveram morar em Santo Antônio de Jesus - BA, cidade onde realizei meus estudos do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, sendo que estudei apenas em escolas públicas municipais e estaduais. Sempre tive o sonho de ser professora, por isso, quando comecei o Ensino Médio optei pelo Magistério. Em 2001 me formei e no ano seguinte comecei a trabalhar numa escola particular da cidade de Santo Antônio de Jesus - BA, ensinando crianças do Ensino Fundamental I, onde fiquei durante sete anos. Nesse período aconteceram fatos marcantes em minha vida: Trabalhava em um turno, fazia cursinho Pré-Vestibular no outro; Casei e em 2005 tive um filho, foi uma alegria imensa, mas continuar trabalhando, estudando e sendo dona de casa foi difícil, mas não impossível.

No ano de 2006 ingressei na faculdade, no curso de Licenciatura em Pedagogia e meu filho pequeno tinha que ficar sob os cuidados da tia. Eu também não tinha computador para realizar as pesquisas e os trabalhos acadêmicos, então tinha que ir à casa das minhas colegas. Muitas vezes saía muito tarde da casa delas, além disso, ia para casa de bicicleta e sozinha. Também costumava ir a *cybers* para realizar a impressão dos trabalhos, mas apesar das dificuldades persisti no foco que era ter o ensino superior e consegui concluir minha primeira Graduação.

Enquanto cursava a faculdade, no ano de 2009, fui aprovada, em segundo lugar no Concurso Público de Provas e Títulos da Prefeitura de Jaguaripe - BA, conforme o Edital nº 001/2008, para ocupar o cargo de professora Nível 1, com carga horária estabelecida de 20 (vinte) horas semanais, sendo nomeada e empossada no dia 02/04/2009, por força do Decreto Municipal nº 008/2009. Leciono na Escola Municipal

Bela Vista, situada na Fazenda Bela Vista, Povoado do Capão I, Distrito de Cunhangí, zona rural do município de Jaguaripe - BA.

Lecionar para crianças e pré-adolescentes de escola municipal, no interior do município, é uma experiência extremamente significativa. Desde a aprovação no Concurso Público, passei a lecionar pela manhã na escola do campo, no turno vespertino em escolas privadas e no turno noturno me dedicava aos estudos e à família.

Em 2013, fui aprovada no concurso do Serviço Social do Comércio (SESC) para ser professora do Ensino Fundamental I, passando a trabalhar na cidade onde moro, Santo Antônio de Jesus - BA, mas continuei trabalhando no turno matutino como professora do campo. Em 2018, a Direção do SESC ofertou um regime de trabalho com Dedicação Exclusiva, mas como não quis abrir mão da minha carreira como professora do campo, almejando cursar o mestrado voltado para esta área, optei em sair do SESC, permanecendo apenas na Prefeitura Municipal de Jaguaripe. Confesso que trabalhar no município onde resido, seria mais tranquilo quanto ao deslocamento, já que tenho que viajar todos os dias de segunda a sexta, cerca de 22 (vinte e dois) quilômetros com transporte alternativo para trabalhar na zona rural do município de Jaguaripe, nas Comunidades do Capão, mas jamais desistiria de ser educadora do campo, mesmo diante das inúmeras dificuldades enfrentadas diariamente como a evasão, a falta de materiais didáticos, entre outras.

Sendo uma professora questionadora, me aproximei do Sindicato dos Professores – Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado da Bahia (APLB-Sindicato) – por entender que este órgão pode contribuir para a melhoria da educação. Desse modo, minha participação nas assembleias sindicais se tornou cada vez mais constante e passei a dar sugestões e fazer enfrentamentos em prol da minha categoria e dos(as) estudantes do campo.

No entanto, ao participar das reuniões da APLB-Sindicato, percebi que não havia o registro das atas ou das atividades realizadas, sendo que a Gestão Municipal costumava se aproveitar desta situação para se esquivar dos acordos feitos com o Sindicato, alegando que não tinha nenhum documento assinado que comprovasse a promessa/acordo estabelecido. Como consequência, muitos filiados ao Sindicato ficavam desanimados e se afastavam das ações realizadas pelo mesmo, pois não viam muitas conquistas.

Mediante o exposto, percebendo a necessidade de registrar as ações sindicais, no ano de 2015 fui eleita para compor a Diretoria da APLB-Sindicato, e atualmente ocupo o cargo de Secretária Voluntária, lutando em defesa dos direitos dos professores e dos alunos do campo, sendo que esta tem sido uma tarefa árdua em tempos de tamanho retrocesso para a educação nacional.

Com a nova Diretoria, houve uma preocupação maior com o registro das ações da APLB-Sindicato, com o estudo do Estatuto dos Servidores Municipais e com o estudo do Estatuto do Sindicato dos Professores. Com isso, já conseguimos várias conquistas como mudança de nível dos professores e professoras do município de Jaguaripe - BA, o estudo para reformulação do Plano de Carreira docente, auxiliar de classe para os(as) estudantes com deficiência, enfrentamento judicial para pagamento do retroativo referente ao aumento salarial, dentre outras. Após essas conquistas, a APLB-Sindicato está conseguindo maior credibilidade e maior participação dos(as) professores(as) para seguir lutando por uma educação de qualidade. Com o mestrado, pretendo ampliar meus conhecimentos sobre a Educação do Campo e propor uma maior discussão sobre essa temática junto à APLB-Sindicato e aos professores(as) do campo.

O presente trabalho aborda as lutas sindicais como dimensão importante da Educação do Campo, o que sustenta relevância e sua pertinência nessa construção. Traz contribuições das práticas não escolares, das lutas como dimensão pedagógica fundamental para a formação, da concepção, prática e movimento da Educação do Campo.

Inicialmente discorreremos sobre a luta por uma Educação do Campo, a atuação do Sindicato dos Trabalhadores em Educação nas Redes Públicas Municipais do município de Jaguaripe do Estado da Bahia (APLB-Sindicato) e em seguida a proposta da formação de professoras(es) do campo no contexto da APLB-Sindicato.

Cabe destacar que a inserção orgânica no processo de luta sindical, a atuação na Educação do Campo – como professora de escola do campo – e agora como estudante do Mestrado Profissional em Educação do Campo da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) colocam-se como importantes bases para a proposta investigativa e de trabalho apresentada.

1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA DE INTERESSE PELA PESQUISA

Ao longo desses 14 anos de serviços prestados ao município de Jaguaripe - BA, como professora da zona rural, sempre busquei me capacitar com o intuito de ser uma professora mais atenta à realidade dos (as) estudantes. Assim, me formei em Pedagogia, depois concluir 03 cursos de pós-graduação *lato sensu*: Especialização em Educação Inclusiva, Especialização em Psicopedagogia e Especialização em Letramento e Alfabetização. Também realizei cursos como: Curso de Extensão Universitária em Atendimento Escolar Especializado em Educação Especial e Inclusão; Curso de Extensão Universitária Intérprete em Libras; Curso do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa; Curso de Capacitação de Multiplicadores na Cultura. Em 2019 concluir o Curso de Licenciatura em Língua Portuguesa e no ano de 2020 ingressei no Curso Conexões Camponesas, sempre em busca de aperfeiçoamento na minha prática e no intuito de atender de forma significativa as crianças e adolescentes do Campo.

Na minha prática docente e na minha atuação junto à APLB-Sindicato, costumo perceber que o município de Jaguaripe - BA não oferece formações ou capacitações específicas com a temática da Educação do Campo, muito menos para uma formação dentro da perspectiva contra- hegemônica. Assim, pretendo abordar sobre o tema formação de professores(as) do campo na minha pesquisa de mestrado e posteriormente, pretendo construir com os professores (as) do Capão I, Capão II e com a APLB-Sindicato, uma proposta de formação contra- hegemônica para os(as)professores(as) do campo.

1.1 JUSTIFICATIVA

Minha trajetória pessoal, profissional e política sempre foi marcada por desafios, afinal, não é uma tarefa fácil ser mulher, mãe, estudante, esposa, professora e secretária de sindicato ao mesmo tempo. Apesar disso, estou sempre em busca de novos desafios e após concluir as graduações e as especializações, decidi me dedicar aos estudos para concorrer a uma vaga no Mestrado, sendo que optei pelo Mestrado Profissional em Educação do Campo na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

(UFRB) por estar diretamente vinculado ao trabalho que desenvolvo como educadora do campo.

Arelado a isso, no ano de 2018 iniciei o curso de Formação Sindical Modular que teve sua conclusão no ano de 2019. Participei também do Conselho da Regional Leste da APLB-Sindicato e ingressei no curso Conexões Camponesas. A vontade de cursar o Mestrado Profissional em Educação do Campo ficou ainda mais latente depois desses dois cursos, haja vista que enquanto secretária voluntária da APLB-Sindicato poderei instigar maiores discussões sobre a necessidade da formação de educadores(as) do campo.

No intuito de me preparar para participar da seleção do Mestrado Profissional em Educação do Campo, no ano de 2019 optei por trabalhar apenas um turno, passando a ter mais tempo para ler diversos materiais relacionados à Educação do Campo. Cabe ressaltar que nas formações ou encontros pedagógicos que já participei a discussão sobre Educação do Campo ou sobre Práticas Pedagógicas nas escolas do campo são superficiais, não apresentando um aprofundamento sobre a temática. Mas como pode uma educadora do campo ter apenas conhecimentos elementares sobre a educação do campo, para lidar melhor com a sua realidade em sala de aula? Como pode uma educadora do campo conhecer superficialmente sobre a Educação do Campo?

Instigada por tais questionamentos, resolvi no ano de 2019 me inscrever como aluna especial do Mestrado Profissional em Educação do Campo, onde cursei 3 (três) Componentes Curriculares como aluna especial, sendo eles: Formação do Educador do Campo, Didática, Currículo e Avaliação nas Classes Multisseriadas e Organização do Trabalho Pedagógico e as Escolas do Campo. Também cursei no ano de 2021 o Componente Curricular Educação, Movimentos Sociais, Formação e Trabalho, como aluna especial no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Minhas inscrições e participação nesses componentes foi com o intuito de ampliar meus conhecimentos sobre o assunto e oferecer melhores condições de aprendizado aos meus discentes. As disciplinas cursadas foram de vital importância para minha formação profissional, sendo que ao entrar em contato com os docentes que ministraram esses componentes, pude expor minhas dúvidas sobre a Educação do Campo, além de entender a dinâmica do Mestrado Profissional em Educação.

Em 2021 realizei a Seleção Pública Simplificada para contratação de professores sobre Regime Especial de Direito Administrativo para atuação na Rede Pública Municipal de Ensino de Santo Antônio de Jesus, fui aprovada e atuo na função de professora.

Uma das fundadoras da Associação de professores REDA de Santo Antônio de Jesus - BA (APRSAJ) e membra voluntária da diretoria da Associação dos professores REDA, na Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Jesus – Bahia.

No ano de 2021 participei da Seleção para aluno regular do Mestrado Profissional em Letras (PROFLETRAS) na Universidade do Estado da Bahia (UNEB) Departamento de Ciências Humanas Campus V, de Santo Antônio de Jesus - BA e fui aprovada e nesse mesmo período participei da Seleção para aluno regular do Mestrado Profissional em Educação do Campo (PPGEDUCAMPO) e fui aprovada com a proposta de pesquisa e de trabalho “Formação de Educadores(as) do Campo através das lutas sindicais: Desafios e possibilidades da perspectiva contra-hegemônica”. Com as aprovações nas seleções dos dois mestrados na mesma época tive que optar por um deles para cursar. E, considerada minha trajetória escolhi pelo PPGEDUCAMPO, da UFRB.

Todas as discussões realizadas nos componentes – ainda como estudante especial me fizeram ter certeza que minha pesquisa estava diretamente vinculada à Linha de Pesquisa 1 – Formação de Professores e a Organização do Trabalho Pedagógico das Escolas do Campo, do (PPGEDUCAMPO) da UFRB e que dá sustentação ao curso de Mestrado Profissional em Educação do Campo.

Como estudante regular do PPGEDUCAMPO, faço parte da turma 10 nominada por Turma Dandara de Palmares; A escolha do nome foi por ter uma história marcante de luta. (Dandara, mulher negra e guerreira é um dos principais nomes da luta negra no Brasil. Teve papel fundamental na construção e comando do Quilombo dos Palmares, um dos marcos da resistência contra o regime escravocrata brasileiro, que existiu e resistiu como Quilombo por mais de 100 anos). Também integro a Linha de Pesquisa 1 denominada por nós estudantes como Carolina de Jesus, também por ter uma representatividade importante na história. Carolina de Jesus foi (uma das primeiras escritoras negras do Brasil, é considerada uma das mais importantes escritoras do país. A autora viveu boa parte de sua vida na favela do Canindé, na Zona

Norte de São Paulo, sustentando a si mesma e seus três filhos como catadora de papéis e defendia a educação de qualidade, moradia, emprego e Reforma Agrária.

Já como estudante regular do PPGEDUCAMPO, entre os anos de 2022 a 2024, cursei os seguintes Componentes Curriculares: Concepções e Princípios da Educação do Campo; Pesquisa em Educação do Campo; Culturas, Sujeitos, Contextos do Campo; Produtos Tecnológicos em Educação do Campo; Docência no Ensino Superior e realizei o Exame de Proficiência em Língua Estrangeira e o Exame de Qualificação do Trabalho Final de Conclusão de Curso.

No ano de 2022 participei do XXVI Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste – Reunião Científica Regional Nordeste da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED Nordeste) com a publicação nos anais do trabalho com o título: “Possíveis conexões entre a Educação do Campo e a luta sindical docente na Bahia”.

No ano de 2023 participei do IV Congresso Internacional e VI Congresso Nacional Movimentos Sociais e Educação Seminário 10 anos do Mestrado Profissional em Educação do Campo da UFRB, com o tema: Movimentos Sociais e Educação Movimentos Sociais, Resistência e Emancipação, que aconteceu no Centro de Formação de Professores da UFRB, Amargosa - BA; Iniciei uma especialização em Coordenação Pedagógica e Supervisão Escolar; Participei do Curso Formacampo, pela

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB); Concluiu a Formação em Aprendizagem Integral, Gestão Escolar e Avaliação Educacional, Universidade Federal do Ceará (UFC).

Em 2024 participei do Conselho Sindical da Regional Leste da APLB-Sindicato; Participei do V Seminário Internacional de Inclusão no Ensino Superior; Atuei como Psicopedagoga na Clínica de Aprendizagem Iluminar e fui aprovada no Concurso Público para professora do município de Presidente Tancredo Neves - BA.

A participação nesse conjunto de Componentes Curriculares, a atuação profissional e os eventos acadêmico-científicos que participei contribuíram para refletir acerca das relações entre Educação do Campo e formação humana, tendo como centralidade as lutas presentes no contexto da sociedade capitalista. Isso, impulsionou o interesse pelo aprofundamento sobre as políticas públicas voltadas para o contexto da Educação do Campo, bem como seus marcos legais., fazer uma

relação entre trajetória, objeto e pesquisa, tendo os movimentos sociais e sindicais como contribuição para a transformação da sociedade na perspectiva da emancipação humana.

Minha pesquisa foi realizada com professores(as) das Comunidades do Capão I e Capão II, em Jaguaripe - BA. Essa proposta de pesquisa surgiu a partir da inquietação e da necessidade de aprofundar sobre a temática, da Educação do Campo com os professores(as) do Capão I e Capão II, que são na maioria moradores da cidade e ensinam no campo, mas assim como eu, receberam formação superficial por parte da Gestão Municipal para desenvolverem esse trabalho. Desse modo, por pouco conhecimento sobre a Educação do Campo, muitos (as) professores(as) podem até não valorizar o campo, o espaço onde seus(suas) estudantes vivem, além de não associar suas práticas pedagógicas à realidade de inserção de tais estudantes.

Ao considerarmos a atuação de professores(as) no contato direto com a comunidade do campo, podemos articular ações de enfrentamento junto à APLB-Sindicato, a saber: a cobrança por parte da APLB-Sindicato à Gestão Municipal de maneira organizada, com embasamento no que é de direito; construção de processos junto aos moradores do campo nos quais, os mesmos possam se colocar como sujeitos na formulação, reformulação e implementação de políticas públicas que atendam seus interesses; e impulsionar uma educação de perspectiva contra-hegemônica, para o fortalecimento da Agricultura Familiar, bem como a diminuição do êxodo rural, dentre outros.

Minha proposta inicial esteve pautada na necessidade de fazer uma formação para os(as) professores(as) do Capão I e Capão II, filiados(as) à APLB-Sindicato e depois, estender esta formação para outros(as) professores(as) do campo do município de Jaguaripe - BA, através das ações da APLB-Sindicato; bem como exigir da Secretaria de Educação de Jaguaripe que ofereça aos(as) professores(as) formações sobre a Educação do Campo. Mas esta proposta é para longo prazo, pois o município de Jaguaripe - BA é bem extenso e a maior parte das escolas ficam localizadas no campo.

Como eu participo da APLB-Sindicato desde 2015 percebo que para conquistar a valorização dos(as) profissionais em educação, assim como os direitos dos(as) estudantes do campo, é necessário partir para o enfrentamento.

A valorização de professores(as) do campo se dá a partir das garantias de seus direitos, tais como: Formação sobre Educação do Campo; reformulação e aprovação do Plano de Carreira; transporte para os(as) professores(as) ou mesmo ajuda de custo; garantia e efetivação das gratificações dos percentuais garantidos por lei; enquadramento (alteração de carga horária de 20 para 40) para os(as) professores(as) que tem disponibilidade; dentre outros.

Os direitos dos(as) estudantes do campo não são atendidos quando há fechamento de escolas no campo, professores(as) sem formação em Educação no Campo, períodos de plantio e colheita que não são respeitados.

Mesmo estando assentados na dimensão do direito, tanto a valorização de professores(as), assim como, a garantia das questões elementares para a estada dos(as) estudantes das escolas do campo, estas questões não são de fato efetivadas. Mas, a partir do momento que tais questões são discutidas com o coletivo, com o Sindicato, com os diversos sujeitos envolvidos, abre-se importantes espaços a fim de aprofundar as bases legais que sustentam tais direitos, colocando-se de maneira mais qualificada na perspectiva de alcance de possibilidades na valorização do(a) professor(a) e consequentemente melhorando nossa prática como educadores(as) e melhorando a vida dos sujeitos do campo.

Nesse contexto, considerando a realidade para a qual volta-se a presente pesquisa e proposta de trabalho, conhecer a materialidade de origem da Educação do Campo é fundamental porque a maioria dos(as) professores(as) de Jaguaripe são oriundos(as) da cidade e fazem o percurso cidade – campo diariamente. Nesse quadro, percebo a necessidade de se falar sobre essa temática, refletindo e fazendo um contraponto ao sistema capitalista; mostrando seu objetivo no favorecimento do agronegócio e na retirada desse sujeito do campo, com o fechamento das escolas, a desvalorização docente e concretização de propostas das Gestões Municipais, Estaduais e Federal que aparentemente se demonstram eficazes, mas de modo geral – salvo raras exceções – não correspondem aos anseios e as perspectivas dos povos trabalhadores do campo. Como trazer essa discussão para os(as) professores(as) compreenderem e se posicionarem sobre tais processos? Tal questão orienta a formulação da problemática que fundamentou a presente pesquisa e o delineamento de um plano de trabalho, circunscrito no delineamento das diretrizes de uma proposta de formação de professores(as) do campo que atuam nas Comunidades Capão I e

Capão II. Assim, através da formação, do debate e discussão junto aos pares, educadores(as) do campo, vislumbra-se o potencial na construção da Educação do Campo, a partir do contexto e da realidade de inserção na escola do campo. É preciso ter esse conhecimento, conhecer as bases legais, as políticas públicas que defendem a Educação do Campo para que de fato os sujeitos do campo tenham uma formação pautada na emancipação política e humana.

Assim, a pesquisa e o plano de trabalho propostos estiveram voltados para o estudo e os delineamentos das bases de uma proposta de formação sindical continuada docente, sendo que a luta por uma Educação do Campo conectada à atuação da APLB-Sindicato foi assumida, como uma importante estratégia na luta voltada para o coletivo humano e soberano. Vale ressaltar que somente a formação sindical não é o suficiente, mas a proposta de formação continuada de professores(as) do campo aqui apresentada se estrutura tendo como uma de suas bases fundamentais, nesse processo já desencadeado a partir da atuação do Sindicato Docente.

Lutar contra uma conjuntura política trágica que assola nosso país que se encontra nas mãos de poucos, que não representam em nada a população em geral, sobretudo, os que trabalham. A classe dominante busca fazer com que os modelos formativos se instaurem como norma e nós enquanto educadores(as) sindicalistas devemos lutar contra essa situação. Ser um(a) professor(a) politizado(a).

Ocupar esses espaços de luta é o papel de cada um de nós que acreditamos que a Educação do Campo é um projeto que vai melhorar a sociedade. Adentrar os espaços do Ministério Público, dos Conselhos Municipais de Educação, as Câmaras de Vereadores, as Secretarias de Educação, Prefeituras, Conselhos Tutelares, as Comunidades, fazer o uso das redes sociais e ocupar o Sindicato de Professores(as) e demais sindicatos, com as demandas, as reivindicações e a luta por uma Educação do Campo.

Devemos lutar contra o descaso, e o desrespeito com os povos do campo e a formação a partir das lutas sindicais pode se colocar com uma estratégia importante para o fortalecimento do sujeito coletivo do campo e, conseqüentemente, para afirmação da Educação do Campo.

Baseado na minha trajetória pessoal, profissional, acadêmica e política; por participar como cursista especial dos componentes curriculares do PPGEDUCAMPO

da UFRB, por atuar como Secretária Voluntária da APLB-Sindicato; e por todas as discussões e formações nas quais me envolvi, surgiram questionamentos que impulsionaram pensar em contribuições para a Educação do Campo. Contribuições voltadas para a valorização da cultura dos sujeitos do campo e que pudessem sustentar o delineamento das diretrizes de uma proposta de plano de trabalho, sustentada na pesquisa qualitativa, através do trabalho direto com um Grupo Focal, formado por professores(as) que atuam em escola do campo, visando elaborar junto ao grupo de educadores(as) no município de Jaguaripe - BA uma proposta de capacitação orientada por uma perspectiva política contra-hegemônica que, vinculada a atuação no Sindicato Docente (com o objetivo de garantir os direitos). E vem no decorrer do processo lutando para que esses direitos (enquadramento de 20 horas para 40 horas, gozo de licença ou pecúnia, reserva técnica, ajuda de custo, dentre outros) sejam efetivados.

Vale ressaltar que no Sindicato de Professores de Jaguaripe, a maioria são filiados(as), mas apenas uma minoria participa ativamente da luta para que as demandas e reivindicações conjuntas da categoria sejam conquistadas; isso porque alguns(mas) recebem compensações individuais que passam a ser traduzidas em benefícios pontuais momentâneos por ocupar cargos comissionados na Gestão Pública Municipal e outros que têm receio de se contrapor temendo perseguições. Mas diante do contexto apresentado acima, é salutar pontuar as conquistas que APLB-Sindicato de Jaguaripe vem apresentando ao longo desses 14 anos, tais como: pagamento do piso salarial, bem como o retroativo dos valores; mudança de nível; e na luta por uma Educação do Campo, esteja relacionada às escolas do e no campo.

Assim, a pesquisa e o plano de trabalho formulados com a inserção no PPGEDUCAMPO foram assumidos como potenciais para a ampliação do conhecimento de docentes que, na sua maioria são moradores da cidade e fazem o percurso cidade - campo diariamente para exercer sua atuação profissional em escolas do campo. Educadores(as) que, muitas vezes, apresentam um conhecimento superficial da temática da Educação do Campo, um conhecimento, muitas vezes, elementar e fragilizado que pode prejudicar suas práticas pedagógicas, como professores(as) das escolas do campo.

Os resultados da presente pesquisa e o delineamento de plano de trabalho que sustenta uma proposta de formação de professores(as) abrem a oportunidade de

promover formações voltadas para a temática da Educação do Campo junto e com o apoio da APLB-Sindicato que já tem seu plano de luta a questão da formação e a própria temática da Educação do Campo, mesmo que de maneira subliminar, em especial, identificando sua materialidade de origem.

Como Secretária Voluntária da APLB-Sindicato, a partir do presente estudo, tenho condições de trazer esse debate de maneira mais aprofundada em conexão direta com a atuação sindical, visto que a APLB-Sindicato já realiza formações com temas diversos sobre educação. Nesse quadro, o presente estudo afirmou a importância da temática da Educação do Campo, contribuindo para com os(as) educadores(as) das localidades do Capão I e II e que, posteriormente, poderá ser ampliada junto aos(às) demais educadores(as) do município de Jaguaripe, visto que a maioria das escolas do município estão situadas no campo. Assim, a perspectiva posta foi de trazer essa discussão junto ao Sindicato Docente, das leis vigentes, as políticas públicas da Educação do Campo, participar dos grupos já formados, discutir a Educação do Campo numa perspectiva contra-hegemônica, conectada à transformação social e, ao mesmo tempo, à emancipação humana, voltada para um novo projeto de sociedade, com mais igualdade, equidade e garantia de direitos para todos(as); com a participação efetiva dos movimentos sociais, sindicais, famílias, escolas, articuladores(as) e, enfim, a sociedade de modo geral.

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

Aprofundar a compreensão sobre a importância da formação sindical de educadores(as) do campo, tendo por referência a inserção e a atuação sindical como dimensões formativas fundamentais para a atuação profissional na escola do campo e propor possíveis diretrizes para um processo de formação sindical de educadores(as) do campo, no município de Jaguaripe - BA, vinculado à atuação da APLB-Sindicato e a luta por uma Educação do Campo.

1.2.2 Objetivos Específicos

- i. Analisar a educação brasileira em consonância com os elementos constituintes da luta por uma Educação do Campo no Brasil e a formação sindical de educadores(as) do campo nesse contexto;
- ii. Afirmar a importância da formação de educadores(as) do campo dentro de uma perspectiva contra-hegemônica e em sua vinculação com as lutas sindicais no âmbito da APLB-Sindicato;
- iii. Compreender as percepções dos(as) educadores(as) do Capão I e Capão II, em Jaguaripe - BA, no que diz respeito às conexões entre a luta sindical e a formação de professores(as) das escolas do campo; e
- iv. Elaborar, a partir do diálogo com os(as) educadores(as) do Capão I e Capão II e com a APLB-Sindicato as diretrizes de uma proposta de formação sindical em Educação do Campo.

1.3 METODOLOGIA

A metodologia da pesquisa foi desenvolvida com base na abordagem qualitativa, sendo conduzida a partir da realização de trabalho junto ao Grupo Focal para entender a visão dos(as) professores(as) do Capão I e Capão II sobre a formação de educadores(as) do campo. O procedimento metodológico efetivado por meio do Grupo Focal permitiu sistematizar subsídios para o delineamento das diretrizes de uma proposta de formação de professores(as) do campo, que considerem as lutas sindicais e a Educação do Campo.

A opção por elaborar uma proposta de formação sindical continuada como produto final do Mestrado Profissional em Educação do Campo se deu, pelo fato de entender que os(as) professores(as) das localidades Capão I e Capão II de Jaguaripe - BA, necessitam de um conhecimento aprofundado sobre a Educação do Campo. A formação sindical proposta será organizada em módulos, utilizando textos de autores(as) que discutam sobre Educação do Campo. O delineamento da metodologia da formação, bem como, os conteúdos e temas a serem abordados tiveram base as

proposições da APLB-Sindicato e de professores(as) das comunidades supracitadas. Para potencializar o processo formativo proposto, visualiza-se ainda, a possibilidade de participação de egressos(as) e de docentes do Mestrado Profissional em Educação do Campo da UFRB, para realização dos encontros da formação.

A proposta de pesquisa e sistematização assumida esteve sustentada em uma abordagem de cunho qualitativo. Com base em Minayo (1992), concebemos o campo de pesquisa como o recorte que o(a) pesquisador(a) faz em termos de espaço representando uma realidade empírica a ser estudada a partir das concepções teóricas que fundamentam o objeto da investigação. A pesquisa qualitativa busca objetividade nos dados. Dados esses que geram resultados precisos e confiáveis ligados à descrição e que sustentaram a análise do objeto pesquisado.

Segundo Minayo, (2002, p. 21-22), a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. Godoy (1995, p. 21), afirma que: “[...] Hoje em dia a pesquisa qualitativa ocupa um reconhecido lugar entre as várias possibilidades de se estudar os fenômenos que envolvem os seres humanos e suas intrincadas relações sociais, estabelecidas em diversos ambientes”. Corroborando com as autoras, Gil (2009), atesta que a pesquisa qualitativa não pode ser traduzida em números. A interpretação dos fenômenos, dos dados coletados (textos reais, escritos ou orais, não verbais) e a atribuição de significados são elementos básicos.

O Grupo Focal coloca-se como uma entrevista com objetivo de aprofundar determinada temática. O Grupo Focal se constitui num tipo de entrevista com um pequeno número de pessoas (de seis a doze) (Gaskell, 2002).

Segundo Konder “não podemos ler Marx nos transportando artificialmente para o tempo dele. Vivemos uma história que ele não viveu, vimos coisas que ele não viu, temos preocupações que ele não tinha” (Konder, 1992, p. 56). Então diante dessa afirmação entendemos que o tempo que Marx viveu foi um período totalmente diferente do atual, porém os seus ideais e sua construção teórica de leitura da realidade se tornam tão presentes na conjuntura atual que nós reportamos a ele sempre. E manter um diálogo aproximado aos pensamentos dele (através de seus registros) e as circunstâncias atuais, com um senso crítico nos leva a construir

conhecimentos que nos darão base para o enfrentamento, “não devemos, esquecer, nunca que a palavra dialética possui a mesma origem etimológica da palavra diálogo. O diálogo não elimina as contradições, mas lhe dá um tratamento especial, cuidadoso, reflexivo, porque nele o exercício da crítica se completa com a autocrítica” (Konder, 1992, p. 139).

Diante do exposto notamos a importância do diálogo nos diversos espaços, entendendo que o fato de dialogar não significa dizer que não ocorram discordâncias mas o constante exercício de escuta do outro bem como a necessidade de considerar o pensamento dos indivíduos que participam do diálogo na busca de sínteses mais qualificadas. Nesse contexto, “as razões do outro podem me proporcionar uma ocasião significativa para ampliar meus horizontes, arejar meu pensamento, fundamentar com maior solidez meu ponto de vista” (Konder, 1992, p. 139). Então os sujeitos envolvidos no diálogo têm seus pontos de vista registrados sendo que diante do momento da escuta e da fala, pode, ser produzidas novas apreensões, sínteses qualificadas de compreensões sobre determinado assunto ou realidade, o que nos proporciona novos conhecimentos pautados naquilo em que acreditamos e naquilo que aprendemos com o outro.

O filósofo Karl Marx nos deixou um legado muito importante que contribui para as reflexões atuais acerca da teoria da práxis. No pensamento marxista a práxis, coloca-se na conexão entre teoria e prática dos sujeitos, na qual, por meio da ação intencional tem-se a possibilidade de tomar iniciativas, optar por quais atitudes, desenvolver ações concretas, que estejam convertidas na busca por uma sociedade mais justa, pautada na transformação do sujeito e de suas relações. Coloca-se assim a possibilidade de um ser crítico reflexivo.

A questão de saber se cabe ao pensamento humano uma verdade objetiva não é uma questão teórica, mas prática. É na práxis que o homem e a mulher deve demonstrar a verdade, isto é, a realidade e o poder, o caráter terreno do seu pensamento. A disputa sobre a realidade ou não-realidade do pensamento isolado da práxis – é uma questão puramente escolástica (Marx e Engels, 1986, p. 12).

Assim a metodologia assumida no presente está baseada na pesquisa qualitativa tendo como base o Grupo Focal, pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental. A pesquisa bibliográfica, “[...] é aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, [...] como livros, artigos, teses etc” (Severino, 2007, p. 122). Já na pesquisa documental, tem-se como fontes documentos

diversos, nos quais, “[...] os conteúdos dos textos ainda não tiveram nenhum tratamento analítico, são ainda matéria-prima, a partir da qual o pesquisador vai desenvolver sua investigação e análise” (Severino, 2007, p. 123).

Na pesquisa bibliográfica buscou-se suporte teórico para apresentar apontamentos analíticos acerca da constituição e afirmação da Educação do Campo no Brasil (Kolling, Néry, Molina, 1999; Caldart, 2008, 2012; Verdério, 2011, 2018, 2021; Verdério, Silva & Cordeiro, 2024; e Silva, Oliveira & Verdério, 2024), e apreender elementos sobre a História da APLB-Sindicato (APLB-Sindicato, 2024; Santos, 1995; e Dias, 2008).

Por meio da pesquisa documental foi possível reafirmar e aprofundar pontos relacionados à História da APLB-Sindicato (APLB-Sindicato, 2022; e Santos, 1999), registrar o delineamento do marco normativo da Educação do Campo no Brasil (Brasil, 2010, 2012, 2020, 2023a, 2023b), sistematizar dados acerca do município de Jaguaripe - Bahia (IBGE, 2010, 2022) e sobre a concretude das escolas do campo e dos professores e das professoras que atuam em Jaguaripe - Bahia (Jaguaripe, 1989, 1997, 2017), pois a partir da adoção desses procedimentos metodológicos compreende-se a possibilidade de conhecer e estudar a realidade da comunidade dos sujeitos aos quais o estudo está focado.

Demo (1991) observa que os cientistas em sua tarefa de descobrir e criar, necessitam, no primeiro momento, questionar. Esse questionamento é que nos permite ultrapassar a simples descoberta para, através da criatividade, produzir conhecimento. Definido bem o nosso campo de interesse, nos é possível partir para um rico diálogo com a realidade, no ponto de vista do campo empírico, deve estar ligado a uma vontade e uma identificação com o tema a ser estudado, permitindo uma melhor realização da pesquisa proposta.

Assim, em acordo com Demo (1991), a primeira tarefa do (a) pesquisador (a) é o questionar, então baseado nessa afirmativa, na trajetória de pesquisa vivenciada, foram pontuados alguns questionamentos à respeito do tema e da realidade a ser pesquisada e que foram sendo adensados na proposta do projeto de pesquisa e sua qualificação. Nesse quadro, a entrevista, organizada por meio do Grupo Focal, trouxe-nos a possibilidade de apreender elementos que sustentam a real situação da comunidade, do tema a ser abordado e a partir daí promover/propor ações que

venham de fato contribuir na solução ou na tentativa de resolver alguns dos pontos identificados.

A atuação como professora do campo nas Comunidades do Capão, no município de Jaguaripe - BA que, como dito, perpassa mais de 14 anos de atuação, conectada a condição de ser pesquisadora e sindicalista, permitiu um estar junto com esses sujeitos de maneira privilegiada, o que de fato se torna algo importante pelo quesito de além de pesquisar, permitiu ouvir os pares. Estar participando ativamente, acompanhando e sistematizando as possibilidades que possam ser colocadas em prática e assim buscar um efetivo resultado. Buscando sempre exercício de analisar o que já se tem produzido e a partir dessa produção criar elementos que contribuam no processo contínuo de construção que sustenta a própria luta por uma Educação do Campo e o fazer concreto da APLB-Sindicato no território.

Esse é um verdadeiro exercício de práxis pelo fato de estar analisando a teoria buscando na prática realizar as ações com o intuito de aperfeiçoar e melhorar as ações envolvidas nas quais estão envolvidos os sujeitos do campo, junto a educação – em especial professores(as) –, na parceria com o Sindicato Docente. Nessa perspectiva, foi assumida a assertiva de Freire (2004), quando ele nos diz:

[...] tudo o que a gente puder fazer no sentido de convocar os que vivem em torno da escola e dentro da escola no sentido de participarem, de tomarem um pouco o destino da escola na mão também tudo que a gente puder fazer nesse sentido é pouco ainda considerando o trabalho imenso que se põe diante de nós que é o de assumir esse país democraticamente (Freire, 2004, p. 07).

É importante externar que não foi tarefa fácil, o desenvolvimento da presente pesquisa, que perpassou a necessidade de aprofundar e analisar alguns pontos, buscando questionar determinadas situações. Deste modo, vale registrar com objetividade que esse aspecto é de extrema importância no fazer de uma pesquisa com tal natureza; porém isso não pode nos limitar a fazê-la. É interessante sinalizar, que isso passa pelo fazer bem-feito, com entusiasmo, porque compreendemos a necessidade da busca minuciosa, dos estudos, de ações que de fato nos permitam conseguir alcançar ou buscar alcançar resultados positivos. É um trabalho árduo, mas que nos regozijamos pelo fato de entender que há essa necessidade, perceber as possibilidades e limites. O papel do(a) pesquisador(a) é esse, o de buscar, conhecer, enfrentar os limites, perceber possibilidades, se reinventar a todo momento na certeza

de que aspectos de melhoria partem necessariamente do estudo e do aprofundamento sistemático sobre determinada realidade.

Nesse quadro, com referência em Minayo (1992), identificamos o campo de estudo, seja ele, a região do Capão localizado o município de Jaguaripe - BA, o qual tenho uma aproximação com as pessoas que dele participam e as quais foram selecionadas para contribuir com esse estudo. Em suma, são professores(as) filiados(as) ao Sindicato. E pelo fato de conhecer tais pessoas, essa condição de interação já estabelecida facilitou a reflexão acerca do que está sendo pesquisado. Isso possibilitou um contínuo processo de avaliação e consequentemente a adequação das questões que orientaram e sustentaram o processo de pesquisa. Nessa configuração, identificamos que se dentro do processo percebermos que existe a necessidade de adequação, ela precisa ser efetivada. Então, por isso é importante o(a) pesquisador(a) ter esse olhar de que as mudanças são propícias, mas é claro que é necessário que se faça um estudo criterioso para que não se perca objetivo proposto inicialmente, mesmo consideradas as adequações necessárias.

Quando há essa relação próxima com os sujeitos envolvidos na pesquisa e que eles atuam no campo pesquisado, faz com que a proposta de estudo se torne interessante. Os sujeitos envolvidos podem alcançar e estabelecer uma troca mais clara e objetiva e que intencionalmente se coloquem no processo de pesquisa.

Uma pesquisa de tal natureza deve acontecer de uma forma que os(as) envolvidos(as) se sintam livres para poder manter um diálogo aberto, não se sentindo coagidos(as) em nenhum momento, até porque o fundamento da proposta de estudo é justamente uma base contra hegemônica. No contexto do sistema capitalista, percebe, e as pessoas vivendo sob pressão, coagidas a todo momento para poder estar realizando as ações, mesmo compreendendo ou não o que não é correto, que vai prejudicar a classe trabalhadora. Enfim, a busca incessante pela reprodução do capital é tamanha, que se forjam na realidade determinadas ações, que passam a ser mostradas de uma forma positiva pelas mídias. Exemplo disso se dá na ação das Fundações Privadas e Associações Sem Fins Lucrativos (FASFILS), que são empresas que recebem muitos recursos do fundo público para poder estar na mídia, apresentando que as relações econômicas (mercantis, financeiras e tecnológicas) entre o setor agropecuário e aqueles situados na esfera industrial (tanto de produtos destinados à agricultura quanto de processamento daqueles com origem no setor),

comercial e de serviços, (agronegócio) toda destruição produzida por tal perspectiva, é algo positivo. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no Brasil, existem cerca de 338 mil FASFILS, que alinhadas ao modo de produção capitalista, se colocam como estratégias ,com objetivo de espalhar na sociedade a visão de mundo dominante, “dificulta a construção de uma contra hegemonia política, tem impulsionado seus intelectuais orgânicos individuais e coletivos a redefinirem suas estratégias de educação política, neste estágio da correlação de forças desfavorável à organização da classe trabalhadora” (Dicionário do Campo, p. 545). Registra-se de maneira evidente que por trás das entrelinhas há a compreensão do quanto essa lógica de produção agrícola tem sido prejudicial, pois, estabelece um campo cheio de veneno, que tira a vida das pessoas e confronta a própria lógica da unidade básica de análise e intervenção (agroecossistema).

Baseado no avanço da ciência, destaca-se a luta por uma Educação do Campo que, atrelada à proposta de um novo projeto de sociedade, traz um conjunto de conhecimentos sistematizados, baseados em técnicas e saberes tradicionais (dos povos originários e camponeses) “que incorporam princípios ecológicos e valores culturais às práticas agrícolas que, com o tempo, foram desecologizadas e desculturalizadas pela capitalização e tecnificação da agricultura” (Leff, 2002, p. 42). (agroecologia) como possibilidade superadora.

No decorrer da presente pesquisa, é interessante destacar que, ao analisar determinadas questões, percebemos por meio do estudo minucioso certos prejuízos para os(as) envolvidos(as), para os quais buscamos apresentar uma proposta que, estando sustentadas nos estudos, nas observações, na análise e nos diálogos produzidos, permitiu-nos identificar o quanto é necessário orientar esforços para desenvolver um projeto de sociedade mais humano, que esteja conectado a existência humana em todas suas potencialidades e que atenda a todos(as) de igual modo , no qual os direitos dos sujeitos, sejam de fato garantidos e efetivados.

Assim, a pesquisa desenvolvida, sustentada no diálogo com os sujeitos e na conexão direta com a realidade pesquisada, permitiu produzir alguns dados acerca da Educação do Campo, da atuação da APLB-Sindicato, bem como, projetar uma proposta de uma formação sindical conectada à luta por uma Educação do Campo. Para tanto, foram registradas as afirmativas de todos(as) participantes na íntegra e que se encontra em anexo . A proposta do Grupo Focal, colocou-se como importante

pelo fato desse coletivo fazer um estudo, pontuar suas opiniões e ideias pautados no mesmo interesse da pesquisa. Esse processo, sustentado na vivência da experiência diária e profissional dos sujeitos facilitou o diálogo e consequentemente o rico registro de dados que foram sendo produzidos no decorrer da pesquisa.

Cabe salientar ainda que, um dos fatos cruciais que fazem com que haja uma plena realização na pesquisa junto ao campo empírico é a busca por uma fundamentação teórica que comungue com o objeto pesquisado e os objetivos assumido. Nesse aspecto, Cardoso (1986), deixa claro essa relevância que deve ser dada ao trabalho de campo e sobre o respeito pelo dado empírico. O contato direto do(a) pesquisador(a) na área de atuação facilita a captação de inúmeras situações que ocorrem diariamente de forma direta ou indiretamente, de maneira objetiva e subjetiva. Situações essas que devem ser registradas, auxiliando na apreensão sistemática do objeto estudado.

O(A) pesquisador(a) precisa compreender a necessidade da fundamentação tanto teórica como das técnicas de investigação.

O que torna o trabalho interacional (ou seja, de relação entre pesquisador e pesquisados) um instrumento privilegiado de troca de informações sobre as pessoas é a possibilidade que a fala tem de ser reveladora de condições de vida, de sistemas de crenças e, ao mesmo tempo, possuir a magia de transmitir por meio de um porta voz, o que pensa o grupo dentro das mesmas condições históricas, socioeconômicas e culturais que o interlocutor (Minayo, 2015, p. 63).

Na pesquisa qualitativa, o conhecimento científico é tão importante quanto o senso comum. Segundo Schütz (1982) adiciona-lhe valor mostrando que na vida prática, o indivíduo adquire uma capacidade de tipificação da realidade que vem da cultura ou é acrescentada a ela. A trajetória de vida que o sujeito traz, os conhecimentos, as experiências vivenciadas nos diversos espaços contribuem para se pensar em algo novo, em um novo objeto, levando em consideração o contexto e as condições objetivas durante todo o processo investigativo.

Popper (1993, p. 195) comenta que a objetividade é uma questão social dos cientistas, envolvendo a crítica recíproca, e “a divisão hostil-amistosa de seu trabalho, sua cooperação ou também sua competição”.

A análise de dados a partir da pesquisa qualitativa está conectada diretamente a como os dados foram produzidos e sistematizados. De acordo com Gatti (2004), os métodos de análise de dados podem ser traduzidos numericamente, o que possibilita

compreender vários problemas educacionais, pois sem esses dados de natureza quantitativa não poderiam ser dimensionadas, equacionadas e compreendidas algumas questões.

Para Gatti (2004) a abordagem quantitativa aliada a dados de metodologias qualitativas pode enriquecer a compreensão de eventos, fatos e processos. Ambas as abordagens exigem esforço reflexivo do(a) pesquisador(a) para dar sentido aos dados produzidos e que serão analisados. No entendimento de Gatti (2004)

Estas análises, a partir de dados quantificados, contextualizadas por perspectivas teóricas, com escolhas metodológicas cuidadosas, trazem subsídios concretos para a compreensão de fenômenos educacionais indo além dos casuísmos e contribuindo para a produção/ enfrentamento de políticas educacionais, para planejamento, administração/gestão da educação, podendo ainda orientar ações pedagógicas de cunho mais geral ou específico. Permitem ainda desmistificar representações, preconceitos, “achômetros” sobre fenômenos educacionais, construídos apenas a partir do senso comum do cotidiano, ou do marketing (Gatti, 2004, p. 26).

Não houve restrições em relação à idade, raça e gênero, contudo foi estabelecido um quantitativo de professores(as) que participaram da pesquisa, totalizando 6 participantes. Os critérios estabelecidos na escolha desses(as) participantes se deu a partir da análise dos dados como: ser filiado(a) a APLB-Sindicato e ser professor(a) atuante nas localidades do Capão I e II, em Jaguaripe - BA.

Como dito, o produto, a partir do estudo e da pesquisa empreendida, culminou com o delineamento das diretrizes para a proposição e a materialização de um processo formativo continuado sobre Educação do Campo. Assim, a interação da pesquisadora com os(as) participantes-colaboradores(as) esteve orientada para a produção de dados que sustentaram a investigação e o plano de trabalho proposto.

No diálogo com os sujeitos colaboradores da pesquisa, foram privilegiadas ações concretas com os(as) professores(as) filiados(as) à APLB-Sindicato e que atuam nas Comunidades Capão I e Capão II, na perspectiva de produzir e sistematizar dados empíricos sobre as apreensões dos(as) educadores(as) das Comunidades Capão I e Capão II acerca:

- das necessidades formativas que são demandadas pela atuação como professor(a) nas escolas do campo;
- da formação de educadores(as) do campo;
- da luta da APLB-Sindicato e de suas inserções nesse processo;

- das conexões que podem ser potencializadas entre a atuação da APLB-Sindicato e a luta por uma Educação do Campo;
- de quais processos formativos promovidos pela APLB-Sindicato dariam conta de qualificar a inserção profissional e política dos(as) educadores(as) nas escolas do campo;
- dos elementos que poderiam delinear uma proposta de formação continuada dos(as) educadores(as) no âmbito da Educação do Campo.

1.3.1 Instrumento Metodológico Orientador do Diálogo com o Grupo Focal

Conforme apresentado no Apêndice 1 – Instrumento de Pesquisa: Roteiro de Diálogo com o Grupo Focal foram propostas um conjunto de questões para orientar o diálogo sistemático com os sujeitos participantes colaboradores da pesquisa, para o qual, foi utilizado um roteiro previamente elaborado, aplicado com os(as) professores(as) atuantes nas Comunidades do Capão I e II. Em reunião com os professores filiados escolhidos seguindo os critérios de filiado ativo na luta da APLB Sindicato, atuante nas localidades do Capão I e II, foi comunicado pela pesquisadora responsável, a pretensão do produto no Curso do Mestrado Profissional em Educação do Campo, o interesse dos colegas professores participarem voluntariamente do Grupo Focal, ao aceitar, foi assinado o termo de autorização de uso do Instrumento de Pesquisa: Roteiro de Diálogo com Grupo Focal; todo processo ocorreu no período do primeiro semestre de 2024.

A organização do Instrumento Orientador do Diálogo com o Grupo Focal teve por referência quatro blocos distintos que se articulam entre si e seus respectivos focos. O bloco I, constituído por cinco perguntas, teve por foco a identificação dos sujeitos colaboradores da pesquisa. No bloco II, que contou também com cinco perguntas, teve seu foco voltado para as percepções dos sujeitos colaboradores referente à APLB-Sindicato e sua atuação. Já o bloco III, composto por seis perguntas, teve por foco as percepções dos sujeitos colaboradores da pesquisa referente à Educação do Campo. E por fim, o bloco IV, esteve orientado para quatro questões que versam sobre uma possível proposta de formação continuada que envolva os(as) professores(as) do campo e que seja articulada desde a ação da APLB-Sindicato em

conexão com a luta por uma Educação do Campo. Como já registrado, o instrumento contou ainda com uma última questão, na qual o(a) entrevistado(a) pôde tecer suas considerações finais.

2. ADENSAMENTO TEÓRICO: EDUCAÇÃO DO CAMPO E CONTRA-HEGEMONIA

O presente trabalho aborda as lutas sindicais como dimensão importante na conexão com a Educação do Campo. Volta-se para uma frente bastante salutar na construção e na luta por uma Educação do Campo. Traz contribuições das práticas não escolares, das lutas como dimensão pedagógica fundamental para a formação, estando vinculado à concepção, à prática e à construção da Educação do Campo.

A Educação do Campo é uma proposta de educação contra-hegemônica que visa a transformação social, e ao mesmo tempo assume a emancipação humana como sua perspectiva. Assim, a Educação do Campo foi pensada pelos movimentos sociais e pelos trabalhadores e trabalhadoras do campo e visa um novo projeto de sociedade, com mais igualdade e garantia de direitos para todos(as). Cabe ressaltar que:

A Educação do Campo nomeia um fenômeno da realidade brasileira atual, protagonizado pelos trabalhadores do campo e suas organizações, que visa incidir sobre a política de educação desde os interesses sociais das comunidades camponesas. Objetivo e sujeitos a remetem às questões do trabalho, da cultura, do conhecimento e das lutas sociais dos camponeses e ao embate (de classe) entre projetos de campo e entre lógicas de agricultura que têm implicações no projeto de país e de sociedade e nas concepções de política pública, de educação e de formação humana (Caldart, 2012, p. 259).

Foram necessários vários encontros para discutir e organizar a proposta de Educação do Campo. De acordo com Arroyo e Fernandes (1999) a I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo ocorreu em 1998, no estado de Goiás e teve a participação de muitos professores e professoras do campo e vários movimentos, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), entre outros.

A partir daí, percebe-se que a luta estava começando e precisava dar continuidade. Por isso, foi constituída a Articulação Nacional por uma Educação Básica do Campo, com sede em Brasília. Conforme declaram Arroyo e Fernandes:

Das diversas reuniões realizadas surgiram iniciativas que foram tomando corpo. Entre elas, por exemplo, uma coleção de livros para favorecer a divulgação e o embasamento da reflexão sobre a Educação Básica do Campo, o acompanhamento da tramitação no Congresso do Plano Nacional de Educação (PNE), o estímulo à realização de Seminários Estaduais e Regionais sobre Educação Básica do Campo e a articulação de Seminários Nacionais, sendo que um já foi realizado em novembro de 1999 (Arroyo; Fernandes, 1999, p. 08).

Mediante o exposto, Tafarel (2010, p. 15) esclarece que a Educação do Campo “se tornou referência à prática educativa, formulada como resultado das lutas desses trabalhadores organizados em movimentos sociais populares”.

Sabemos que a educação para os povos do campo sempre foi colocada em segundo plano pelo sistema educacional brasileiro, havendo “prioridade” para a educação urbana. Desse modo, Caldart (2009, p. 39) evidencia que a concepção de Educação do Campo “nasceu como crítica à realidade da educação brasileira, particularmente à situação educacional do povo brasileiro que trabalha e vive no/do campo”. Assim, a Educação do Campo questiona o modelo de Educação Rural, para tanto, registra-se que, num primeiro momento,

[...] a tônica dada na Educação Rural, que esteve efetivamente endereçada às populações rurais por parte do Estado brasileiro, foi a de considerar estas como empecilhos para o avanço e a reprodução ampliada do capital, sendo que, possivelmente, poderiam se constituir como um estrato da população brasileira, que, juntamente com a classe operária em ascensão, poderiam tensionar o modo de produção capitalista, buscando romper com tal lógica, e construir, a exemplo dos países alinhados ao bloco socialista, uma alternativa de organização societal; um exemplo contundente foi a atuação das Ligas Camponesas (Verdério, 2011, p. 72).

Cabe ressaltar que a Educação do Campo defende a escola do campo, sendo que a mesma precisa ser diferente da que é oferecida pelas elites, ela precisa ter práticas pedagógicas voltadas para a emancipação humana, através da reflexão e do enfrentamento da realidade imposta pelo sistema capitalista.

Para contribuir com a emancipação humana, as escolas do campo precisam ter educadores e educadoras que tenham conhecimento voltado para esta Educação do Campo, por isso a necessidade de formação sindical dentro da perspectiva contra-hegemônica é constante. “Os educadores são considerados sujeitos fundamentais da formulação pedagógica e das transformações da escola. Lutas e práticas da Educação do Campo têm defendido a valorização do seu trabalho e uma formação específica nessa perspectiva” (Caldart, 2012, p. 264). Cabe frisar que:

A construção desta proposta de escola do campo, com suas especificidades no que diz respeito à relação de produção de conhecimento e de inovações na organização do trabalho pedagógico, se faz acompanhar nas diretrizes pelas exigências de formação de educadores próprios para o exercício da função docente no campo, tal como exigem os movimentos sociais (Molina, 2012, p. 456).

A formação do(a) educador(a) do campo vem sendo discutida e defendida pelos movimentos sociais, sendo que estes buscam romper totalmente com a lógica hegemônica e com o modelo de Educação Rural. No entanto,

[...] os movimentos, ao defenderem a especificidade da formação, não defendem uma função genérica nem um currículo único com as devidas adaptações. E nem retornam à proposta do ruralismo pedagógico, mas superam a visão da escola rural e do professor rural ao politizarem a educação do campo em um outro projeto de campo (Arroyo, 2012, p. 362).

Mediante o exposto, ao longo dos 14 anos que trabalho como professora do campo do município de Jaguaripe - BA, percebo que não há uma preocupação da gestão municipal em investir em formações específicas sobre a Educação do Campo, para os(as) professores(as) que trabalham em escolas do campo. Mas se esses cursos fossem oferecidos pela Gestão Municipal, certamente não estariam vinculados a uma proposta contra-hegemônica. Por isso, uma proposta de formação, sustentada no presente trabalho e estando vinculada à ação direta da APLB-Sindicato, poderá apresentar grande relevância para os(as) professores(as) e, conseqüentemente para os(as) estudantes do Capão I e Capão II.

A proposição do projeto e produto na conexão entre a luta por Educação do Campo e a ação da APLB-Sindicato, a partir de estar dentro do Mestrado Profissional em Educação do Campo da UFRB, apresenta o potencial de constituir-se uma formação contra-hegemônica, pautada na práxis, numa concepção de formação emancipatória e, sobretudo, de formação política, vinculada diretamente a materialidade de origem da Educação do Campo (Caldart, 2008).

A Educação do Campo é um projeto contínuo, de lutas por direito. Ela nasce da luta dos movimentos sociais e vem até os dias atuais na luta, resistência e enfrentamentos. Se constitui na

[...] articulação de diversos sujeitos comprometidos com a educação dos povos trabalhadores do campo [...], tendo como elemento central os sujeitos a que se refere como protagonistas na proposição e na realização de uma educação que atenda seus interesses e, estando conectada a processos educacionais contra-hegemônicos, se coloca na perspectiva da transformação social e da emancipação humana. [...] a luta por uma Educação do Campo parte da própria diversidade dos sujeitos trabalhadores do campo [...] e das práticas e perspectivas educativas forjadas nas lutas sociais de tais sujeitos. A luta por uma Educação do Campo se faz diversa na unidade de classe. Não é homogênea e nem uniforme, mas possui uma materialidade de origem que a identifica e lhe confere unidade (Verdério, 2018, p. 66-67).

O fundamento teórico precisa estar pautado nas leituras, buscar esses conhecimentos que o sistema capitalista não traz, promovendo uma discussão crítica sobre o pacote pronto que nos é imposto, sendo que, nós enquanto educadores(as) precisamos ter esses conhecimentos para poder estar buscando a valorização dos sujeitos do campo, buscar essa visão crítica e reflexiva, pois senão o sujeito do campo vai evadir, vai fechar a escola, e o próprio Sindicato enfraquece.

Assim, discutir sobre a Educação do Campo, sobre o sindicalismo docente e, sobre a formação sindical dentre outros aspectos, são elementos que se colocam perante o presente trabalho. Como é que a gente luta? Através de estudos, de buscar essas informações e a proposta de formação é uma forte aliada, visto que a APLB-Sindicato já realiza, essa política de formação. Trazer essa discussão que valoriza o sujeito do campo. Como a Educação do Campo já traz essa defesa, esse projeto de sociedade, que traz a valorização do sujeito do campo de uma forma mais justa e igualitária. Assentar um processo de formação de professores (as) do campo que se posicione contra esse sistema capitalista, que defende o agronegócio, que quer cada vez mais retirar os sujeitos do campo. Nesse contexto, a formação proposta poderá contribuir de uma forma que os sujeitos, os(as) educadores(as) tenham esse conhecimento e, a APLB-Sindicato já tem esse plano de luta, e coloca-se no sentido de promover formação sindical aos seus associados com temas diversos que atendam aos anseios das trabalhadoras e trabalhadores, de forma específica e intencional, pautada numa visão crítica que comunga com os elementos constituintes da Educação do Campo.

Vale destacar que além da escola, do Sindicato, temos ainda o Programa de Pós-Graduação em Educação do Campo na UFRB, o qual se coloca nesta mesma luta em defesa a Educação do Campo. Assim, a oferta do curso de Mestrado Profissional em Educação do campo, está disposta no intuito de:

[...] qualificar a atuação dos profissionais nas redes públicas de ensino (professores/as, gestores/as e coordenadores/as), bem como, os articuladores/as dos movimentos sociais e sindicais do campo na área de educação, de forma a contribuir com a implementação do projeto de Educação do Campo delineado a partir das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica do Campo (RESOLUÇÃO CNE/CEB 1, 03/04/2002) e da Política Nacional de Educação na Reforma Agrária (Decreto nº 7.352, 04/11/2010) (UFRB, 2018, p. 2).

Como o(a) professor(a) vai mudar suas práticas se não tiver conhecimento? Como pode o(a) professor(a) não conhecer a Educação do Campo? Como é que o(a)

professor(a) vai desenvolver práticas pedagógicas atendendo as especificidades dos sujeitos? A formação é uma estratégia fundamental, mas não uma solução definitiva. Ela poderá desenvolver os sujeitos do campo, promover reflexão nas discussões, ao se ouvir os pares.

Como dito, a proposta investigativa e de ação esteve sustentada na abordagem qualitativa, tendo o Grupo Focal com os(as) educadores(as) do Capão I e II, como principais interlocutores(as).

A maioria das escolas do município de Jaguaripe - BA estão situadas no campo. Isso aponta para a necessidade de uma formação sindical que defenda os sujeitos do campo. A gestão municipal de Jaguaripe tem implementado uma política educacional baseada no desenvolvimento de habilidades e competências. Por sua vez, os(as) educadores(as) que defendem a Educação do Campo buscam compreender o trabalho como princípio educativo, que valorize os direitos dos homens e das mulheres do campo, não somente a escolarização, mas nas diversas áreas da comunidade, da escola e da sociedade.

Os sujeitos poderão construir argumentos para fazer enfrentamento, criar resistência embasado na fundamentação teórica pautados na materialidade de origem da Educação do Campo e a formação sindical ela vai estar dentro desse contexto e não de uma forma individual e sim coletiva. Buscar mudar a realidade através do conhecimento, e os(as) educadores(as) têm essa função de mostrar que as mudanças são possíveis. Freire afirma:

Ensinar de que a mudança é possível (p. 85); [...] É como profissionais idôneos na competência que se organiza politicamente está talvez a maior força dos educadores-que eles e elas devem ver -a si mesmos e a si mesmas. É nesse sentido que os órgãos de classe deveriam priorizar o empenho de Formação permanente dos quadros do magistério como tarefa altamente política e repensar a eficácia das greves. A questão que se coloca, obviamente, não é a de parar de lutar mas, reconhecendo- se que a luta é uma categoria histórica, reinventar a forma também histórica de lutar (p. 75-76). (FREIRE, o p .cit. passim.) exige risco aceitação do novo e rejeição a qualquer forma de discriminação (p.39); [...] Ensinar exige humildade, tolerância e luta em defesa dos direitos dos educadores (p. 74); [...] Ensinar exige a convicção.

Considerados tais necessidades, a APLB-Sindicato precisa reinventar suas formas de lutar, utilizando diversos recursos; um deles é promover formação para os(as) educadores(as), pois o(a) educador(a) militante busca tomar consciência do ser político que ele representa.

Observar o crescimento da comunidade, com possibilidades concretas do sujeito permanecer no campo, orientar e fortalecer o(a) professor(a) a ter esse embasamento teórico sobre a Educação do Campo. Fazer uma formação sindical na qual possamos ouvir os pares, como é de fato a realidade desse sujeito, local onde ele pisa e a partir desse aprofundamento teórico, através dos estudos, aprender e estar refletindo a sua prática e não aceitar os pacotes prontos do município de Jaguaripe. Se não tiver esse embasamento como vai discutir? Não é tarefa fácil, visto que o sistema capitalista está muito organizado, dispõe de recursos, a exemplo das mídias que divulgam o agronegócio como hegemônico, como algo que se autodenomina como “POP”, como “TECH”, como “TUDO”.

A proposta de formação sindical precisa estar fundamentada nos marcos e princípios da Educação do Campo, em teóricos que discutam a Educação do Campo vinculada ao novo projeto de sociedade. Assumindo o desafio de superar o discurso raso, o qual não nos possibilita problematizar as questões e construir possibilidades de superação. Como dito, a maioria das escolas de Jaguaripe - BA estão localizadas no campo, há um quantitativo de pessoas vinculadas a essas escolas, e a formação aqui proposta pode fazer uma diferença na vida desses sujeitos, contribuindo na promoção da emancipação política e humana.

A educação brasileira ao longo da sua história vem sofrendo com o sistema capitalista que busca a todo momento a retirada de direitos com intuito de aumentar o seu capital. Um cenário político em que os sujeitos vivenciam seus direitos universais apresentados de maneira superficial como favor oferecido pelo governo além disso ofertados de forma precária apesar de várias conquistas relacionadas à educação e à Educação no Campo.

A falta de recursos refletindo de maneira negativa, a mídia a todo momento apresentando o desmonte da real situação do país no que se refere os cortes de verbas na educação, causando sérios prejuízos como falta de formação de professores. Como manter o espaço que depende de recursos financeiros para permanecer as atividades? Como pagar os profissionais para desempenhar suas funções? Como comprar os recursos materiais necessários? Como transportar os (as) educadores(as)? Uma série de questionamentos surgem e vale destacar ainda o aumento do índice de analfabetismo, especialmente no campo. Essa triste realidade

atinge a maioria as classes menos favorecidas como negros, mulheres, sujeitos do campo e outros.

Vale destacar a falta de recursos e formações para educadores (as). Ao realizar tais formações o poder público estaria fazendo investimentos fundamentais para a qualidade educacional. No entanto, essa necessidade é vista como geradora de custos para o poder público, refletindo em gastos de logística de pessoal, de material, dentre outros. E sem verbas, como ofertar? Então, a formação com qualidade não é realizada.

Como os(as) educadores(as) do campo poderão desempenhar suas funções se não estiverem preparados(as), embasados(as) no conhecimento a cerca dessa temática , assim os(as) estudantes tendem a evadir da escola, a violência aumentará e a escola deixará de cumprir sua função na formação das novas gerações. Os(as) estudantes não terão muita expectativa, pois o (a) educador (a) que não atende as especificidades de sua turma, dos sujeitos que acolhe no ambiente escolar, não terá autonomia para direcionar as atividades voltadas para a valorização da cultura do povo. Arroyo (2012) nos diz que o currículo precisa ser diferenciado e para que essa diferenciação aconteça o(a) profissional de educação precisa ter conhecimento.

A formação sindical proposta na conexão entre a ação da APLB-Sindicato e a Educação do Campo pretende promover uma contribuição fundamental para que o(a) educador(a) aplique essas propostas e faça com que os(as) demais educadores(as) tenham esse conhecimento e busquem mudar a sua prática dentro da escola, dentro do Sindicato e nos diversos espaços de convivência.

A proposta de Educação do Campo vem se destacando nas últimas décadas e tem apresentado uma defesa dos sujeitos do campo, valorizando sua cultura, o modo de vida não somente com relação a escolarização, mas de forma geral. Molina (2012) diz que temos escolas no campo, mas precisamos construir escola do campo, voltada para uma Educação do Campo, que valorizem a Agricultura Familiar, e estejam posicionadas contra o sistema hegemônico que oferece um currículo sustentado em Projetos Políticos Pedagógicos que só atendem ao meio urbano. Discutir sobre a diferença entre escola do e no campo, promover assim a ampliação de conhecimento para os sujeitos, criar ideias de como atuar nos espaços formativos, na elaboração de projetos e formações voltadas para a Educação do Campo, colocam-se como

desafios, mas é necessário enfrentá-los e participar na busca de melhoria e transformações. Segundo Luck (2013, p.44)

Participar implica compartilhar poder, vale dizer, implica compartilhar responsabilidade por decisões tomadas em conjunto com uma coletividade e o enfrentamento dos desafios de promoção de avanços no sentido de melhoria contínua e transformações necessárias.

O sistema capitalista tem um projeto de sociedade que não serve como modelo para a Educação do Campo, pois é um projeto que não atende as especificidades dos sujeitos do campo. Esse sistema quer um campo a serviço do capital. Então ele captura a subjetividade dos sujeitos que nem percebem o processo de exploração a que estão submetidos, porque vai se tornando algo natural. Nega o acesso a escola, ao conhecimento, as ferramentas que nos permitem produzir conhecimento científico. No contraponto a isso, a escola, os movimentos sociais, o Sindicato e a própria Universidade devem trabalhar em parceria, assumindo um papel protagonista nesse processo. A burguesia não quer que a classe trabalhadora tenha conhecimento para lutar por seus direitos.

Educação Rural para aos povos do campo que, conforme escreve Frigotto (2010, p. 35), é a expressão das “[...] concepções políticas do Estado, ao longo de nossa história [...]”, ignorando os interesses dos povos do campo e promovendo uma educação a esses povos a partir de uma concepção de mundo urbanocêntrica. É nesse sentido que Frigotto (2010) destaca as preposições “para”, “no” e em contraposição “do” campo no que tange à educação. A preposição “para” o campo designa aquilo que Frigotto (2010, p. 35) aponta como “ruralismo pedagógico”, o qual se articula às políticas centralizadoras que estendem, por um lado, “[...] modelos, conteúdos e métodos pedagógicos [...]” que “[...] ignoram a especificidade e particularidade dos processos sociais, produtivos, simbólicos e culturais dos modos de vida dos povos do campo”. Do mesmo modo, a preposição “no” campo ignora a totalidade da educação e se atém à ideia de que a importância do campo é menor que a dos centros urbanos e, portanto, a sua educação também (Frigotto, 2010). Em contraposição, a preposição “do” campo “[...] engendra um sentido que busca confrontar, há um tempo, a perspectiva colonizadora, extensionista [...]” e localista. Dessa forma, expressa o processo de luta dos povos e trabalhadores organizados em movimento social na disputa pela direção educativa no campo (Frigotto, 2010, p. 36).

A Educação do Campo visa defender a especificidades dos sujeitos do campo. E a educação tem um papel fundamental nesse processo, visto que a mesma, para o sistema capitalista, é vista como mercadoria; enquanto para os movimentos sociais e sindicais e alguns teóricos é o caminho para que a materialização de um novo projeto de sociedade seja conquistada.

O sistema capitalista está pautado por modelo de educação universalista, orientado pelos interesses da classe dominante, no qual, os (as) trabalhadores(as) sejam formados(as) em acordo a esses interesses. Ou seja, o modelo de educação disposto pela classe dominante, está disposto numa educação proposta de igual forma tanto para o meio urbano, quanto para o rural, não atendendo as especificidades dos sujeitos do campo, com vistas na afirmação da dominação dos(as) trabalhadores(as). Isso é uma realidade que ocorre no município de Jaguaripe - BA, visto que a mesma proposta pedagógica se estende para todos os distritos, mas a luta para mudar essa realidade tem se intensificado ao longo dos anos numa estratégia contra hegemônica de propor e que leve em consideração as especificidades do sujeito do Campo.

Uma educação pautada no desenvolvimento do sujeito no âmbito político, cultural, social e pessoal, como destacado por Kolling, Néry e Molina (1999, p. 15):

Um primeiro desafio que se tem é perceber qual educação está sendo oferecida ao meio rural e que concepção de educação está presente nessa oferta. Ter isso claro ajuda na forma de expressão e implementação desta proposta. A educação do campo precisa ser uma educação específica e diferenciada, isto é, alternativa. Mas, sobretudo, deve ser educação, no sentido amplo de processo de formação humana, que constrói referências culturais e políticas para a intervenção das pessoas e dos sujeitos sociais na realidade, visando a uma humanidade mais plena e feliz.

A educação como um processo de formação continuada que contribua para que os povos do campo compreendam sua realidade e lutem para transformá-la.

Na realidade a educação no sentido amplo da palavra deveria proporcionar a emancipação do ser humano, mas o sistema capitalista tem vedado esse direito do cidadão, em busca dos seus próprios interesses. Existe a necessidade de contrapor a esse sistema hegemônico e uma das formas para se materializar é através da educação, desde que assumida em sua perspectiva contra -hegemônica. Compreendendo que não é uma tarefa fácil, visto que essa realidade vem de um contexto histórico, no qual, por sua vez, as lutas dos movimentos sociais e de algumas instituições têm buscado diminuir as desigualdades e exclusões em nosso país, pois,

Para pensar a vida no campo, é preciso pensar a relação campo-cidade no contexto do modelo capitalista de desenvolvimento em curso no país. O rápido avanço do capitalismo no campo esteve baseado, no Brasil, em três elementos fundamentais: um desenvolvimento desigual, nos diferentes produtos agrícolas e nas diferentes regiões; um processo excludente, que expulsou e continua expulsando camponeses para as cidades e para regiões diferentes de sua origem; e um modelo de agricultura que convive e reproduz, simultaneamente, relações sociais de produção atrasadas e modernas, desde que subordinadas à lógica do capital. No campo, esse processo tem gerado uma maior concentração da propriedade e da renda. Nas cidades, esse processo tem implicado maior concentração urbana, desemprego e intensificação da violência. No plano das relações sociais, há uma clara dominação do urbano sobre o rural, na sua lógica e em seus valores (Kolling; Néry; Molina, 1999, p. 19).

Ao longo da história os povos do campo tiveram seus direitos negados, sem educação de qualidade, sem direito a terra e outras questões estruturantes, sendo que, a partir da luta por uma Educação do Campo essas questões foram colocadas em pauta e a busca se torna diária em garantir que os povos do campo na sua totalidade tenham seus direitos efetivados, como apontado Kolling, Néry e Molina (1999, p. 20):

A extraordinária migração campo-cidade, combinada com a hegemonia de um modelo de vida urbano, tem levado muitos cientistas e formuladores de políticas a concluir que o rural já não tem significado histórico relevante e que o campesinato está em processo de extinção. A única possibilidade de sobrevivência do camponês seria a sua integração à agroindústria patronal e a sua subordinação às exigências do mercado dominado pela agricultura capitalista. Dentro dessa lógica, a agricultura familiar camponesa, destinada à subsistência e ao mercado local, foi abandonada pelas políticas públicas.

Notamos que a educação urbana tem sido passada de igual modo para o meio rural por parte do município de Jaguaripe - BA e que dentro dos movimentos buscamos mudar essa realidade por entender que os sujeitos do campo têm as suas especificidades e que precisam ser respeitadas. O sistema capitalista quer a todo custo continuar mostrando que o modelo de sociedade proposto por eles é algo positivo e isso podemos acompanhar através das FASFILS que divulgam a todo momento como algo bom, mas na luta contra esse sistema capitalista os povos do campo têm sofrido muito. Mas, após alguns anos de luta já podemos acompanhar alguns avanços. Poucos avanços diante da totalidade da qual precisamos e queremos superar, mas já se tornam um início de uma grande jornada.

E nesse movimento de luta contamos com o apoio de movimentos sociais e sindicais, professores(as) das redes municipais e estaduais, intelectuais orgânicos, de algumas universidades públicas e outros órgãos. Isso nos permite identificar que a

partir da educação temos um dos caminhos a luta pela emancipação humana, deixando claro que não é a solução, porque partimos de todo um sistema estruturado, o qual a gente precisa ter conhecimento, acesso a informação, para de fato fazer o enfrentamento e buscar pela emancipação e transformação social.

Assim a Educação do Campo, faz-se como uma educação pautada na garantia dos direitos, pautada numa construção coletiva e participativa. Contudo, discutir um projeto educacional contra- hegemônico é algo desafiador devido o sistema capitalista estar bem articulado, mas considerando a necessidade da classe trabalhadora é possível materializar esse projeto com ações e apoio das diversas instituições. Assim sendo:

O movimento social nos coloca no terreno dos direitos. A educação básica tem que ser vinculada aos direitos. Não no espaço estreito do mercado. O mercado é muito pouco exigente com a educação básica, tanto de quem mora na cidade quanto no campo. Para trabalhar na cidade, para pegar o ônibus, para ler o número do ônibus, de poucas letras precisa o trabalhador urbano, para trabalhar na roça menos ainda. O mercado nunca foi bom conselheiro para construir um projeto de educação básica. O movimento social é mais exigente. Porque nos situa no terreno dos direitos, nos leva a vincular educação com saúde, cooperação, justiça, cidadania. O direito coloca a educação no terreno dos grandes valores da vida e da formação humana (Arroyo,1999, p. 12).

Diante do exposto, é interessante discutir que hoje a partir das legislações voltados para Educação do Campo temos muitos direitos garantidos para os sujeitos, porém, estes, por vezes, não são de fatos efetivados, então existe essa luta constante além da garantia dos direitos, a busca por sua efetivação. Os caminhos para conseguir se dão através do diálogo, das mobilizações, nos diversos espaços nas instituições que se colocam no sentido de solucionar essas questões, sendo uma batalha difícil de ser solucionada pelo fato da necessidade de discutir e conectar-se a esse projeto contra- hegemônico, o qual a Educação do Campo se vincula. Então é desafiador para todos(as) os(as) envolvidos(as), mas que nesse percurso de luta podemos pontuar alguns avanços e que a constante mobilização deve permanecer.

Mészáros (2005) destaca que é impossível a realização de um projeto alternativo de educação sem antes romper com a lógica do capital, pois “limitar uma mudança educacional radical às margens corretivas interesseiras do capital significa abandonar de uma só vez, conscientemente ou não, o objetivo de uma transformação social qualitativa” (Mészáros, 2005, p. 27). O sistema capitalista que busca garantir os interesses da classe dominante e percebendo isso buscamos materializar um projeto

de sociedade que garante os direitos e efetivação da classe trabalhadora. A materialização das conquistas surge das lutas organizadas sendo a educação um caminho importante nesse debate. Sendo a educação um espaço de disputa.

De acordo com Justino Sousa (2010) embora Marx faça a defesa da educação pública e gratuita sobre a responsabilidade do Estado, argumenta que o processo de formação do homem e da mulher não se dará apenas sobre a educação ofertada pelo Estado. Ele defende que o estado custei, não necessariamente gerencie. Outros espaços como os sindicatos, os partidos, as organizações continuam como espaços importantes de formação política e de discussão dos interesses coletivos. Além do mais, Marx, mesmo reconhecendo que o Estado é a representação dos interesses da burguesia, enfatiza ser ele também um espaço de disputa no qual os proletariados deveriam incorporar suas demandas, a fim de provocar as mudanças estruturais que atendessem seus interesses.

Os processos formativos pretendem promover o conhecimento e a partir dele a busca de transformação da realidade e formações essas que devem acontecer na escola como em outros espaços.

A proposta de formação sindical aqui sustentada se dará por meio da APLB-Sindicato, mas será exigido da gestão municipal a necessidade de formação continuada para os trabalhadores da Educação do município, com a temática da Educação do Campo. Uma formação que proporciona a reflexão crítica dos temas abordados, possibilitando os sujeitos a sua emancipação política e humana.

De acordo com Martins (2005), Gramsci ao analisar as estruturas sociais italianas identificou que há uma concepção de mundo e da vida que dá força e sustentação às relações sociais entre as classes sociais e burguesas. Com isso, entendeu que para além do aspecto político no contexto social que abrange as forças produtivas e suas organizações, há também as forças ideológicas e culturais que desenvolvem um papel importantíssimo na formação e conservação dos sistemas sociais (Staccone, 1995 *apud*. Martins, 2005)

Como dito, esse processo de dominação, no âmbito da educação brasileira tem sido disseminado através das FASFILS, por meio de uma visão hegemônica que, aparentemente atende a todas as classes, mas na realidade favorece apenas a classe dominante, sendo que a classe trabalhadora segue sendo explorada e formada para tal realização. Daí a importância de consolidar o conhecimento, formar sujeitos

intelectuais orgânicos e criar estratégias políticas objetivas. Vasconcellos (2012) sinaliza que:

Ninguém aguenta lutar por um mundo novo sem viver um pouco este novo... Temos que ter condições de desde logo ensaiar uma convivência democrática, alicerçada na justiça e na participação. Temos de resgatar o valor do trabalho já que a dimensão do trabalho humano vai desde a realização do bem comum. Devemos nos empenhar para conseguir este espaço revolucionário que é o encontro, a reunião, possibilidade de reflexão conjunta, pois desta forma a condições para esse criando uma nova prática e um novo relacionamento.

Assim, a escola do campo não pode estar dissociada dos princípios da Educação do Campo e das lutas dos trabalhadores e das trabalhadoras, por isso, a necessidade de dispor de uma formação sindical humana, na luta para o seu não fechamento, para a qual a formação de professores (as) é imprescindível, ainda mais, quando vinculada e posta no fortalecimento da própria organização dos(as) professores(as), por meio do Sindicato.

2.1 A EDUCAÇÃO DO CAMPO: FUNDAMENTOS E CONCEPÇÕES

O debate sobre a educação vem sendo discutido ao longo dos anos. A Constituição de 1998, garante a educação como direito de todos. A lei 8.069/90 do Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) em seu artigo 53, inciso V determina que a criança e o adolescente, tenham direito ao acesso a escola pública gratuita, próxima a sua residência. E atrelado ao debate da educação como um todo tem o tema específico da Educação do Campo. Com a discussão e aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), a lei nº 9394/96 que, em seu artigo 28 propõe medidas de adequação das escolas do campo.

A discussão e luta para tratar dessa especificidade da Educação do Campo no Brasil partiu da Articulação Nacional por uma Educação do Campo, das reivindicações dos movimentos sociais e do movimento sindical dos trabalhadores rurais e dos(as) educadores(as), e no decorrer dos anos foram sendo conquistadas legislações a fim de fundamentar a Educação do Campo e dentre essas legislações temos:

Quadro 1: Marco regulatório da Educação do Campo no Brasil 1998-2023

Ano	Ação
-----	------

1998	Criação do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA)
2001	Parecer n. 36, que versa sobre o tratamento recebido pela educação dos povos trabalhadores do campo nas Constituições Brasileiras
2002	Resolução n. 1 do Conselho Nacional de Educação (CNE), que propõe as Diretrizes Operacionais para a educação básica nas escolas do campo
2004	Instituição da Coordenação da Educação do Campo / SECADI / MEC
2006	Parecer n. 1 do CNE/CEB, que trata da Pedagogia da Alternância nos Centros de Educação Familiares de Formação por Alternância (CEFFA's)
2008	Parecer n. 3 do CNE/CEB, reexamina o Parecer CNE/CEB n. 23/2007 e trata das orientações para o atendimento à Educação do Campo
	Resolução n. 2 do CNE/CEB, que estabelece as Diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo
	Instituição do Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo (PROCAMPO)
2009	Lei n. 11.947, dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola e incentiva a aquisição de alimentos diversificados, produzidos preferencialmente pela agricultura familiar
	Decreto Presidencial n. 6.755, constitui-se como uma referência importante na história da Educação do Campo, ao instituir a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica
2010	Decreto Presidencial n. 7.352, que dispõe sobre a política de Educação do Campo e o PRONERA
2013	Portaria Ministerial n. 86, que institui o Programa Nacional de Educação do Campo (PRONACAMPO)
2014	Lei n. 12.960, de 27 de março de 2014, que altera a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para fazer constar a exigência de manifestação de órgão normativo do sistema de ensino para o fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas
2020	Parecer CNE/CP nº 22/2020, aprovado em 8 de dezembro de 2020, que versa sobre as Diretrizes Curriculares da Pedagogia da Alternância na Educação Básica e na Educação Superior
2023	Reconstituição da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão (Secadi)
	Resolução CNE/CP nº 1, de 16 de agosto de 2023, que dispõe sobre as Diretrizes Curriculares da Pedagogia da Alternância na Educação Básica e na Educação Superior
	Lei 14.767, de 22 de dezembro de 2023, que inclui na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) a pedagogia da alternância entre as metodologias adequadas aos estudantes da educação rural

Fonte: Organizado por Silva, Oliveira e Verdério (2024).

Destaca-se nesse conjunto de documentos que delineiam o marco legal da Educação do campo no Brasil, o parecer CNE/CEB nº 36, 04/12/2001 que trata das Diretrizes Operacionais para Educação Básica nas Escolas do Campo; em 2006 o Parecer CNE/CEB, nº 01, 02/02/2016 que discute os dias letivos para ampliação da Pedagogia da Alternância; em 2008 o Parecer CNE/CEB nº 03,18/ 02/2008 que estabelece as Diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento das políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo; O decreto nº 6.755, 02/01/2009 que institui a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, disciplina a atuação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES no fomento a Programas de formação inicial e continuada, e das outras providências.

A resolução CNE / CEB nº 4/2010, de 13 de julho de 2010 (Brasil 2010) define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para Educação Básica que define a Educação do Campo como uma Modalidade de Educação; Em 17 de agosto de 2010, em Brasília, houve a Criação do Fórum Nacional de Educação do Campo; O decreto nº 7.352, 4/11/2010 dispõe sobre a Política de Educação do Campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária-PRONERA.

A portaria nº 86/2013, que institui o PRONACAMPO Programa Nacional Educação do Campo; Lei nº 12.960, 27/03/2014 altera o artigo 28 da LDB lei 9394/96, inserindo debate sobre fechamento das Escolas do Campo.

Considerado o conjunto de marcos legais constituídos em nível nacional e que afirmam a política pública de Educação do Campo, no estado da Bahia tem-se a Resolução do Conselho Estadual de Educação (CEE) nº 103, de 28/09/2015 que dispõe sobre a oferta da Educação do Campo, no Sistema Estadual de Ensino da Bahia.

E em 2023 acontecem de maneira concomitante o IV Congresso Internacional, o VI Congresso Nacional: Movimentos Sociais e Educação e o Seminário 10 anos de Mestrado Profissional em Educação do Campo da UFRB, ocorridos no município de Amargosa - BA, entre os dias 28/11 a 01/12/2023.

O Mestrado Profissional em Educação do Campo da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) se destaca por ser único Mestrado em Educação do Campo existente no Brasil até a construção desse trabalho. O Programa de Pós-Graduação em Educação do Campo (PPGEDUCAMPO) da Universidade

Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) está sediado no Centro de Formação de Professores (CFP), campus Amargosa - BA. Oferece o Curso de Mestrado Profissional em Educação do Campo que foi aprovado pela Câmara de Pesquisa e Pós- Graduação da UFRB em 22/05/2012, autorizado pela CAPES durante a Reunião 139^a, do Conselho Técnico Científico (24 a 28/09/2012) reconhecido pelo Parecer CNE/CES n. 250/2014g e homologado pela Portaria do Ministério da Educação n. 187 de 6/3/2015 (DOU de 9/3/ 2015, Seção1, p.11). Tem como objetivo capacitar professores(as) das redes públicas de ensino, gestores(as) públicos e articuladores(as) dos movimentos sociais do campo para implementar o projeto de Educação do Campo.

[...] As lutas sociais desenvolvidas nas últimas seis décadas no Brasil no enfrentamento ao histórico descaso dispensado pelo Estado aos sujeitos do campo, em especial no que se refere ao acesso à terra e à educação escolar produziu propostas coletivas de resistência, entre elas a Educação do Campo, que foi se forjando como movimento político – pedagógico, categoria teórica e política pública numa aliança que envolve os movimentos sociais do campo, as Universidades e o poder público a partir da segunda metade da década de 1990. A entrada Educação do Campo na agenda política educacional do país demandou às Universidades (re)direcionar seu olhar para os povos do campo “. [...] “a luta pelo fortalecimento da Educação do Campo e pela superação do modelo de desenvolvimento hegemônico do campo brasileiro, fundado no agronegócio e na exclusão social” (Silva, 2023 p. 8-10).

E em 2024, ocorre o Encontro Nacional Educação do Campo, das Águas e das Florestas, realizado em Salvador - BA, entre os dias 28/02 a 02/03/2024.

1. Registrar alguns dos momentos de construção da luta por uma Educação do Campo e afirmar seus Marcos Legais coloca-se com tarefa importante, bem como, aprofundar seus princípios que estão dispostos no decreto do PRONERA :
 - I. O princípio pedagógico do papel da escola enquanto formadora de sujeitos articulado a um projeto de emancipação humana;
 - II. O princípio pedagógico da valorização dos direitos, saberes no processo educativo;
 - III. O princípio pedagógico com espaços e tempo de formação do sujeito da aprendizagem;
 - IV. O princípio pedagógico do lugar da escola vinculada a

realidade dos sujeitos; V Princípio pedagógico da educação como estratégia para o desenvolvimento sustentável; e

V. Princípio pedagógico da autonomia e colaboração entre o sujeito do campo e o sistema Nacional de ensino.

Buscar conhecimento é necessário e Gramsci sinaliza essa assertiva com a afirmação: “Instruímos porque teremos necessidade de toda a vossa inteligência. “Agitai-vos porque teremos necessidade de todo vosso entusiasmo”. “Organizai-vos porque teremos necessidade de toda vossa força” (Gramsci, 1987). Assim, coloca-se a necessidade do estudo, da mobilização e da luta por condições de trabalho dignas, infraestrutura física adequada nas escolas, formação de professores(as) adequada à realidade do campo, gestão que considere a especificidade da Educação do Campo. Por sua vez, Rosa Luxemburgo nos diz: “quem não se movimenta, não sente as correntes que o prendem”, afirmando com isso, a busca por meio de nossa ação concreta, “Por um mundo onde sejamos socialmente iguais, humanamente diferentes e totalmente livres” (Luxemburgo, 2014, p.116). E é considerando essas indicações de Gramsci e Rosa Luxemburgo que podemos verificar a Educação do Campo como fruto da luta e resistência dos povos do campo no Brasil, a qual tem como objetivo a emancipação dos sujeitos do campo. A classe trabalhadora além de desempenhar seu trabalho precisa romper pela raiz as estruturas da classe dominante através da busca pela construção do conhecimento por meio da educação, que almeje a emancipação humana. Segundo Freire (2020, p. 252), “[...] assim como opressor, para oprimir, precisa de uma teoria da ação opressora, os oprimidos para se libertarem, igualmente necessitam de uma teoria da sua ação”.

Ao longo da história o sistema capitalista mantém sua relação de poder, força e violência com a classe trabalhadora. A luta contra hegemônica é uma tarefa que precisa ser organizada e necessita atingir todas as esferas da vida, abrangendo o plano econômico, social, político, cultural, científico, educacional e artístico.

A pedagogia da hegemonia ou mesmo do capital (Neves, 2005, p.538) reorganiza-se continuamente e tem por estratégia a dominação, a fim de obter o consentimento do conjunto da população para a defesa do seu projeto político nas diferentes formações sociais concretas ao longo do desenvolvimento do capitalismo. E na defesa desse projeto hegemônico, que a classe dominante passa a difundir ideias, valores e práticas conectadas às necessidades do projeto capitalista de uma

forma individual e também coletiva através das organizações internacionais, nacionais, regionais e locais que atuam na consolidação do consentimento do conjunto de população à defesa do projeto econômico e político ideológico das classes dominantes.

Em décadas passadas o sistema capitalista apresenta o seu domínio através do poder, da força e da violência. Atualmente, o processo de dominação, sem prescindir dessas suas características fundantes, continua a ser afirmado também por meio da conformação moral e intelectual dos indivíduos a um padrão de sociabilidade (modo de vida) que responda positivamente às necessidades de crescimento econômico e de coesão social do sistema capitalista. As estratégias para conseguir esse domínio através da coerção, consenso e convencimento passam a sustentar os processos formativos e educativos da classe trabalhadora como um todo.

As consequências dessa nova sociabilidade imposta pelo capital, tem implicado em muitos momentos no realinhamento de organizações que historicamente assumiam a posição de resistência e/ou de crítica ao modo de vida capitalista e que assimiladas pela estrutura hegemônica, passam a prestar serviços sociais sem a leitura crítica necessária sobre as determinações que geram os problemas sociais.

Todo esse processo, resulta na afirmação da Sociedade Civil como uma instância de conciliação das diferenças, na busca por afirmar a continuidade do capitalismo. O projeto hegemônico defende o capitalismo, o agronegócio e uma educação pautada em habilidades e competências. Já o projeto contra- hegemônico, forjado na luta da classe trabalhadora, defende a transformação social, a agroecologia e uma educação voltada para a emancipação dos povos do campo e da cidade, valorizando suas especificidades. Assim, “Só a classe operária pode converter a ciência de dominação numa força popular [...]. A ciência só pode desempenhar o seu genuíno papel na República do trabalho” (Marx, 1971, *apud* Moura, 1997, p.71).

Neste contexto, ao afirmar seu projeto como antagônico ao capitalismo, a classe trabalhadora precisa ter um olhar crítico reflexivo pautado no conhecimento, para lutar contra os aparelhos ideológicos que assaltam a subjetividade humana.

O controle dos aparelhos repressivos ou ideológicos do Estado também diz respeito ao controle de elementos de estruturação estatal: a infraestrutura e a superestrutura. A primeira designa a esfera econômica por excelência. Encontra-se na base da estrutura do Estado. A segunda diz respeito àquilo que se deposita sobre a base econômica, a esfera jurídica, política e ideológica (Ferraro, 2014, p. 14).

Vale ressaltar que a luta contra hegemônica vem avançando ao longo do tempo, mas não podemos ficar no “romantismo”, na inocência, pois o sistema capitalista (hegemônico) é defendido como um projeto sociedade da classe dominante, tem seus objetivos e tem seus aparelhos ideológicos para estar repetindo seus interesses através das FASFILS, como tratado anteriormente, por exemplo.

Saviani (1999, p. 66) identifica com objetividade que, “O dominado não se liberta se ele não vier a dominar aquilo que os dominantes dominam. Então, dominar aquilo que os dominantes dominam é condição de libertação”, ou seja precisamos se apropriar (dominar) do conhecimento pela classe trabalhadora, de forma sistematizada, reflexiva e com compreensão capaz de transformar a sua existência e a sociedade. A busca pela libertação do sistema capitalista é o que leva a defesa e ao delineamento de um projeto de formação continuada de professores(as) alinhado ao fazer de luta por uma Educação do Campo.

3 JAGUARIFE: LUGAR ONDE ACONTECE A PESQUISA

As margens do rio Jaguaripe a cidade que leva o mesmo nome apresenta paisagens do litoral da Bahia, apresenta uma geografia particular banhada por águas plácidas. O município do Recôncavo Baiano possui 894,8 km² de extensão e 20.237 habitantes.

Imagem 1: Mapa de Jaguaripe - BA e municípios circunvizinhos



Fonte: www.jaguaripe.tur.br/localização

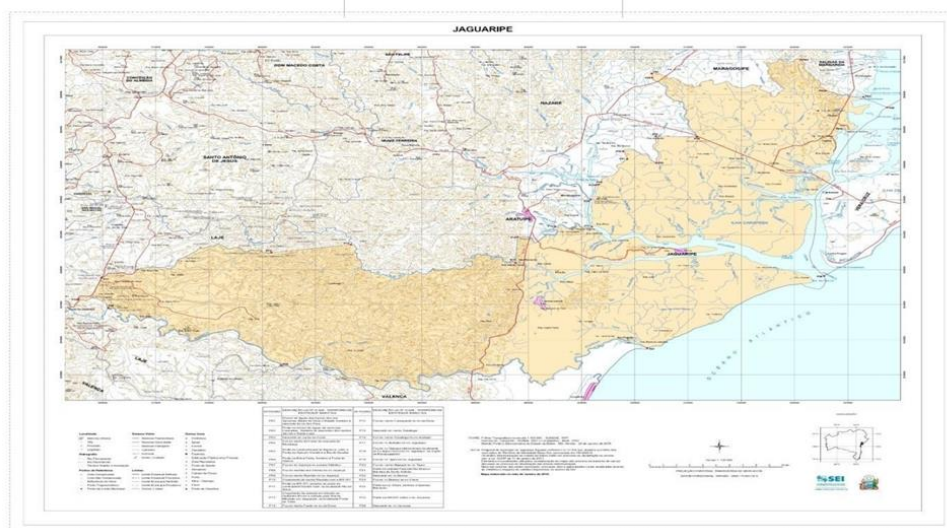
Imagem 2: Mapa da disposição territorial de Jaguaripe - BA



Fonte: www.jaguaripe.tur.br/localização

Jaguaripe é um dos municípios mais velhos da Bahia. A sua colonização foi iniciada no século XVII. Jaguaripe cujo nome tupi-guarani significa Rio da Onça. Surgiu na terceira governadoria geral do Brasil (Men de Sá 1558 -1572).

Imagem 3: Localização município de Jaguaripe - BA



Fonte: www.jaguaripe.tur.br/localização

3.1 BREVE HISTÓRICO DO MUNICÍPIO

Em 1613, o bispo Dom Constantino Barradas denominou a freguesia Nossa Senhora D'Ajuda de Jaguaripe, depois de insistentes pedidos do capelão de Santo Amaro de Catu hoje, (Jiribatuba-Itaparica), padre Baltazar Marinho que se tornou seu primeiro Vigário.

Por base na Carta Régia de 22 de maio de 1693, a freguesia tornou-se vila a primeira do Recôncavo, mas só foi instalada pelo Governador-Geral D. João de Lencastre, em 15 de dezembro de 1696, sob o nome de vila Nossa Senhora da Ajuda de Jaguaripe.

Quadro 1: Dados sobre a localização geográfica do município de Jaguaripe - BA

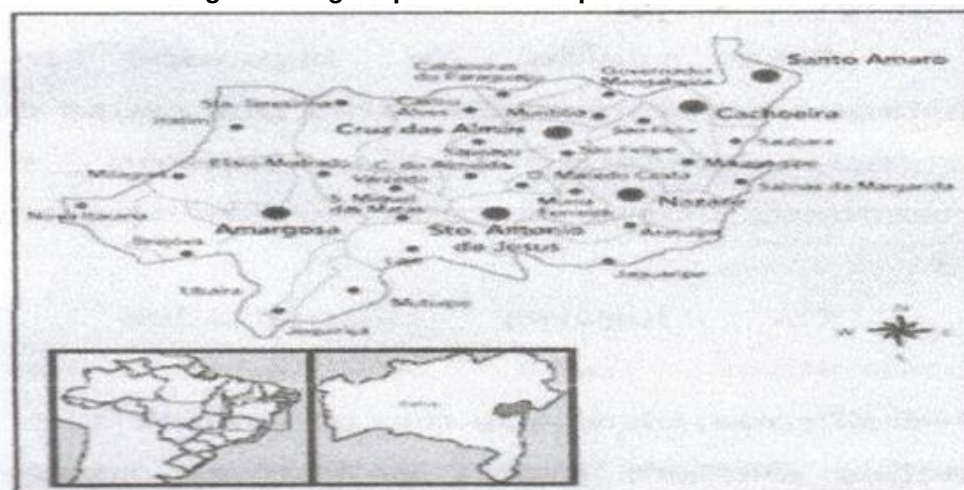
Localização	Município da Região Metropolitana de Salvador no Estado da Bahia
Altitude	Altura da sede municipal é de 6 m acima do nível do mar .
Clima e temperatura anual	Tropical úmido / 24 e 25 graus centígrafos
Vegetação	Floresta (Mata Atlântica) e Litorânea típica
Distância da capital Salvador	240Km (via BR -324) e 84Km via ferry-boat(barco)

Área	894,8Km2
População	20.237 habitantes (IBGE /2022)
CEP e DDD	44.480000 / DDD - 075

Fonte: Organização da autora a partir do livro Jaguaripe: Cidade da gente (Silveira, 2022).

O município de Jaguaripe - BA foi a primeira Vila do Recôncavo Baiano, está localizado a 240 km de Salvador, capital da Bahia, sendo sede de uma vasta região, a qual mais tarde, foi dividida pelos municípios de Aratuípe, Nazaré, Maragogipe, Iaje, São Miguel das Matas e Santo Antônio de Jesus.

Imagem 4: Jaguaripe e os municípios circunvizinhos



Fonte: SEI, 2009.

Mesmo antes da instituição do município de Jaguaripe - BA, este vasto território era habitado por indígenas Tupinambás, sendo o território já conhecido, visitado e até povoado por portugueses.

Jaguaripe - BA é um dos 417 municípios do estado da Bahia e, conforme a divisão territorial de identidade, está localizada na região Baixo Sul, da qual também fazem parte os municípios de Aratuípe, Cairú, Camamu, Gandu, Ibirapitanga, Igrapiúna, Ituberá, Nilo Peçanha, Piraí do Norte, Presidente Tancredo Neves, Taperoá, Teolândia Valença e Wenceslau Guimarães.

Imagem 5: Mapa do Território Baixo Sul



Fonte: Secult, BA.

O município de Jaguaripe - BA se destaca pela grande extensão territorial. Os cidadãos naturais do município denominam-se jaguaripenses.

Sua fundação foi 27 de dezembro de 1697, tendo aproximadamente 325 anos de existência, porém sua emancipação política aconteceu somente em 12 de maio de 1899. Por todo o seu contexto de constituição, o município é considerado histórico, possui edificações que remontam ao período da época do Brasil colonial, a exemplo da famosa Cadeia do Sal, o Passo, a Igreja Nossa Senhora da Ajuda, dentre outros monumentos históricos.

Destacam-se ainda, inúmeros acontecimentos históricos, a exemplo a Batalha do Funil que foi uma sequência de tantas outras batalhas que se formaram no Norte e no Sul da Bahia de todos os Santos. Essa batalha pertence aos jaguaripenses pelo motivo de ter sido ferido num local pertencente a comarca de Jaguaripe e seus componentes foram jaguaripenses.

A batalha foi travada, devido a precária situação vivida pelos povos do lugar. Essa batalha contribuiu de forma significativa para a Independência da Bahia.

O coronel Galvão, chefe das tropas combatentes em Itaparica, promoveu meios para que algumas "poças de gás" (canhões) fossem transportados para o Poço do Funil a fim de que ali fossem instaladas.

As dificuldades encontradas pelos patriotas jaguaripenses foram incalculáveis: faltaram níveis (mantimento de boca), pólvora, balas para canhões e vestes (roupas para os soldados). Para que adquirissem esses materiais e recursos, tiveram que recorrer à Vila de Cachoeira através do percurso em Pirajuía, Salinas das Margaridas, São Roque do Paraguaçu e Maragogipe Grande. Isso, a Vila de Cachoeira era o centro do governo republicano (Biblioteca Pública Municipal de Jaguaripe. Professor: Climério Silva. 23/07/1997). Essa batalha entrou para a história do município, estando na memória e na cultura da população jaguaripense.

Está situada na região do Baixo Sul da Bahia, em uma faixa de terra entre o Rio Jaguaripe e seu principal afluente, o Rio da Dona. Situada sobre as margens direita do rio que tem o seu nome, há duas léguas da sua Foz no Oceano Atlântico e sobre a esquerda do Rio da Dona, principal afluente daquele há 1 km acima do ponto de confluência. O município possui um magnífico porto, fundo e acessível a grandes embarcações. Sua disposição geográfica de ser uma península, lhe confere a denominação de "Mesopotâmia da Bahia", na qual, mesopotâmia, sendo uma palavra de origem grega, tem o significado de "Terra entre rios".

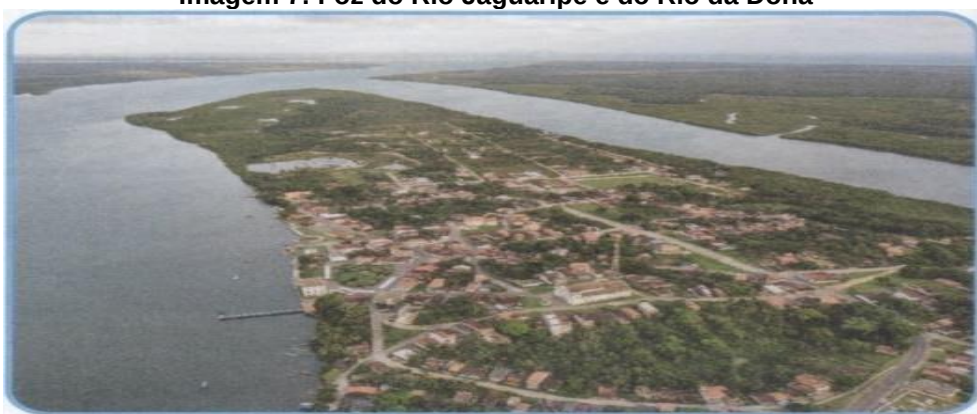
Jaguaripe - BA está localizado na zona fisiográfica do Recôncavo e tem os seguintes limites: ao norte, Nazaré, Maragogipe: ao sul, Valença: a Leste, Itaparica e Oceano Atlântico: e a oeste, Laje e Aratuípe. O município abriga lindas praias, alguns marcos históricos e belezas naturais.

Imagem 6: Rio Jaguaripe



Fonte: Wikipedia.org

Imagem 7: Foz do Rio Jaguaripe e do Rio da Dona



Fonte: Emerson Ishikawa

3.2 OS DISTRITOS DE JAGUARIPE: CAPÃO E SUAS ESCOLAS

A composição administrativa município de Jaguaripe - BA é constituída em cinco distritos: Jaguaripe – sede, Barreiras de Jacuruna, Camassandi, Pirajuia e Cunhangí. Compreendendo diversos povoados. A exemplo de Cangolê, Palma, Cachaço, Macacos, Cruzeiro, Araras, Tiriri, Imbiara e Capão I e II.

Imagem 8: Jaguaripe – sede (antes)



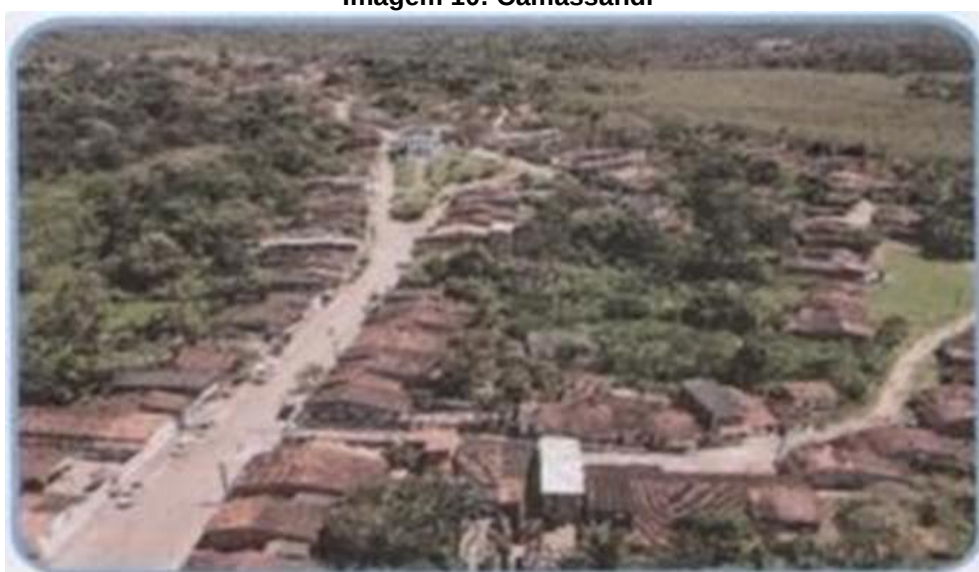
Fonte: Emerson Ishikawa.

Imagem 9: Jaguaripe – sede (atual)



Fonte: Emerson Ishikawa.

Imagem 10: Camassandi



Fonte: Emerson Ishikawa.

Imagem 11: Pirajuía



Fonte: Emerson Ishikawa.

Imagem 12: Barreiras de Jacuruna



Fonte: Emerson Ishikawa.

Imagem 13: Cunhangi - Palma



Fonte: Emerson Ishikawa.

Segundo os dados do IBGE (2007), a população jaguaripeense tem a maior predominância de número de habitante no espaço rural. Sendo que, em Cunhangí, que possui mais de 39% da população total do município, por exemplo, tem cerca de 20 vezes mais moradores no campo do que no perímetro urbano do distrito.

Quadro 2: Jaguaripe – população

DISTRITOS	%	TOTAL	Nº NA ÁREA URBANA	Nº Na ÁREA RURAL
Jaguaripe Sede	13,9%	2.244	1.888	356
Camassandi	16,9%	2.732	1.264	1.468
Pirajuia	21,2%	3.433	1.189	2.244
Barreiras de Jacuruna	9,0%	1.461	910	551
Cunhangí	39,1%	6.337	318	6.019
Município	100%	16.207	5.569	10.638

Fonte: Organização da autora a partir dos dados do IBGE.

Em 2022 a população de Jaguaripe pela contagem do IBGE era de 20.237 habitantes. Cada uma das comunidades de Jaguaripe tem o seu destaque nas diversas áreas. Na sede do município, os pontos que mais se destacam são as belas paisagens, a religiosidade, a culinária e neste distrito é que estão as sedes do poder Executivo, Legislativo e das secretarias municipais.

Em Pirajuia, na região das praias (Pirajuia, Cações, Mutá e Ilha D´Ajuda) existem belas praias, os rios na Ilha D´Ajuda: Rio da Onça, Rio do Castro e Rio do Landi, um comércio diversificado, bares, restaurante e pousadas. Em Cações temos a Barragem (um manancial que abastece com água potável as cidades de Salinas das Margaridas, Ilha de Itaparica e Vera Cruz.

Em Barreiras, encontra-se em evidência a Ilha da Banca, a pesca e o extrativismo do dendê.

Camassandi é o acesso a uma das mais belas praias da Bahia, a Praia dos Garcez. Nela também tem o Rio de Água Doce. Em São Bernardo, o destaque é para o Rio da Dona, que tem sua nascente em santo Antônio de Jesus - BA e sua foz na zona costeira do município de Jaguaripe, onde encontra seu nível de base final, isto é o mar no Oceano Atlântico. Além do Rio da Dona, tem o Rio dos Paus, em São Bernardo e na Comunidade do Piquira, existem belas cachoeiras.

Cunhangí destaca-se por ser a maior região do município, com o comércio forte no centro (Vila do Palma), além de uma Agricultura Familiar e pecuária em plena expansão. O cultivo da laranja, mandioca e o seu beneficiamento com a produção de farinha e derivados, que ocorre nas Casas de Farinha e Associações, tem conquistado o mercado de toda a região. Essa atividade merece destaque, na região devido as diversas Casas de Farinha presentes na zona rural do município. Essas pequenas indústrias fabricam desde a farinha da mandioca, famosa em toda a região pela excelente qualidade, até o beiju de goma, tapioca e produtos derivados da rica cultura herdada de antepassados, que vem gerando renda para os agricultores familiares do município. Destacam-se os pequenos produtores, artesãos, apicultores, pequenos seringueiros, criadores de diversos rebanhos e catadores de piaçava.

Imagem 14: Comércio e produtos comercializados em Jaguaripe - BA



Fonte: Reginaldo Nascimento.



Fonte: CAR/BA.



Fonte: Emerson Ishikawa.



Fonte: CAR/BA.

Também estão localizados na zona rural de Jaguaripe - BA, a maior parte das escolas do município, totalizando 11 escolas municipais – das quais estão duas são Escolas Municipais de Educação Infantil (EMEI's) – e um colégio estadual.

A atuação dos(as) profissionais em educação é regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Jaguaripe, instituído pela lei municipal de número 300/89. O plano de cargos e carreiras e vencimento dos servidores do magistério público do município de Jaguaripe, foi definido pela lei municipal número 489/97 publicada na gestão da prefeita municipal Deralsita Antonia Teixeira de Pinho e pela lei número 596/2017 publicada na gestão do Prefeito Municipal Heráclito Rocha Arandas que modifica alguns artigos da lei 489/97. Observa-se que os artigos 17,18 e 34 alterados da lei anterior (489/97) prejudicaram os(as) professores(as).

No município de Jaguaripe - BA, temos um total de 31 escolas, sendo na sede tem quatro escolas, no distrito Cunhangí tem treze escolas, distrito de Camassandi seis escolas, distrito de Barreiras três escolas e Pirajuía com cinco escolas.

Quadro 3: Quantidades de escolas em Jaguaripe - BA em 2017.

Sede e Distritos	Quantidades de escolas
Jaguaripe – Sede	4
Cunhangí	13
Camassandi	6
Barreiras	3
Pirajuía	5

Fonte: Organização da autora a partir do Decreto GP nº 013/2017.

Como dito, no distrito de Cunhangí, verifica-se o maior número de escolas, compreendendo diversos povoados, a exemplo de Cangolê, Palma, Cachaço, Macacos, Cruzeiro, Araras, Tiriri, Imbiara e Capão.

As escolas do município atendem os níveis de Educação Infantil, Ensino Fundamental Anos iniciais e Anos Finais, Ensino Médio e a modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA).

No Capão, *lôcus* da pesquisa, temos 3 escolas com 28 professores(as), sendo que deste grupo de professores(as), constituíram o Grupo Focal da presente investigação, 6 professores(as) que são filiados a APLB-Sindicato e que participam ativamente das ações do Sindicato. Além de atuarem no município de Jaguaripe - BA, tais profissionais atuam na educação em outros municípios baianos, a saber: Santo Antonio de Jesus, Varzedo, Laje, Mutuípe, São Miguel das Matas e Amargosa. Como professores(as) do estado da Bahia, esses(as) profissionais têm sua formação realizada em instituições reconhecidas como: a UNEB, a UFRB e outras. Registra-se ainda, a formação em instituições de Educação a Distância (Ead).

As três escolas situadas na região do Capão I e II são as das imagens abaixo e, oferecem os níveis da Educação Infantil e do Ensino Fundamental Anos Iniciais e Finais e a modalidade da EJA. A escola Municipal Bela Vista é a que atua desde 2009.

Imagem 15: Escola Municipal Estrela do Norte



Fonte: Emerson Ishikawa.

Imagem 16: Escola Municipal Florentino dos Santos



Fonte: Emerson Ishikawa.

Imagem 17: Escola Municipal Bela Vista



Fonte: Emerson Ishikawa.

O município de Jaguaripe - BA tem um total de 221 professores(as), sendo 185 efetivos(as), atuando na Educação Infantil e Ensino Fundamental 1 (Anos iniciais); e 77 professores(as) atuando no Ensino Fundamental 2 (Anos Finais). Esse conjunto de profissionais estão distribuídos conforme tabela abaixo.

Quadro 4: Professores de Jaguaripe.

REGIME	Nº DE SALA DE AULA	Nº DE CARGOS COMISSIONADOS	COMISSÃO SEM LOTAÇÃO	TOTAL
40 HORAS	38	5	5	48

20 HORAS	183	21	10	214
TOTAL	221	26	15	262

Fonte: Organização da autora a partir dos dados levantados em 2017, na 2ª reunião da COPEA, Jaguaripe - BA.

Temos um quantitativo de professores (as) efetivos(as) atuando em cargos comissionados e outro de professores(as) contratados(as) por meio de processos seletivos específicos para atuação temporária realizados via o Regime Especial de Direito Administrativo (REDA).

Os professores efetivos atuam nas seguintes modalidades: 185 efetivos(as), atuando na Educação Infantil e Ensino Fundamental 1 (Anos iniciais); e 77 professores(as) atuando no Ensino Fundamental 2 (Anos Finais).

Quadro 5: Professores efetivos e suas modalidades.

EDUCAÇÃO INFANTIL E FUNDAMENTAL 1 (Anos Iniciais)	185
PROFESSORES NO FUNDAMENTAL 2 (Anos Finais)	77

Fonte: Organização da autora a partir dos dados levantados em 2017, na reunião da COPEA, Jaguaripe - BA.

Sem contar com os cargos de direção, coordenação, secretárias e Auxiliares de Serviços Gerais (ASGs) que são contratados por indicação política, o que impede a contabilização em dados mais precisos.

Existem alguns Auxiliares de Serviços Gerais (ASGs) que são efetivos, sem dados precisos, mas os ASGs filiados a APLB-Sindicato temos o quantitativo de 17 pessoas.

Segundo os dados do IBGE, em 2010, a taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade era de 97,6%. Em 2021, a partir dos dados do IBGE, na rede pública de Jaguaripe - BA, verificou-se um Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) nos Anos iniciais e Finais do Ensino Fundamental de 3,8.

É no Distrito de Cunhangí, no qual estão situados os povoados do Capão I e II. Na Comunidade do Capão I, ficam localizadas a Escola Municipal Bela Vista, na qual venho atuando desde 2009; e a Escola Municipal Florentino dos Santos recentemente construída. Já no Capão II, está situada a Escola Municipal Estrela do Norte.

A Escola Municipal Bela Vista com oferta do nível Ensino Fundamental 1, tem esse nome devido a fazenda dessa localidade ser chamada Fazenda Bela vista e o

dono dessa Fazenda era seu Florentino que fez a doação do terreno por conta disso que a escola do Ensino Fundamental 2 recebeu o nome de Florentino dos Santos.

Na Comunidade do Capão II a Escola Municipal Estrela do Norte que não se tem um registro específico de como se deu a definição desse nome, sendo a escola construída em 2006 e todas vem recebendo estudantes das duas comunidades e de municípios vizinhos.

Em Jaguaripe - BA, temos um quantitativo razoável de estudantes matriculados na rede pública.

Quadro 6: Quantidades de estudantes e sua distribuição.

Nº de unidades escolares	31
Nº de estudantes em 2017	4.837
Nº de turmas	28
Média de estudantes por turma	21

Fonte: Organização da autora a partir dos dados levantados em 2017, na reunião da COPEA, Jaguaripe-BA.

3.3 NUANCES DAS VIVÊNCIAS DOS(AS) PROFESSORES(AS) DO CAMPO E DAS COMUNIDADES DO CAPÃO

As escolas localizadas no Capão I e II (Escolas Municipais Bela Vista, Florentino dos Santos e Estrela do Norte) possuem Projetos Político-Pedagógico (PPP's) específicos e, no ano de 2023, houve a reformulação desses PPP's, processo este que contou com a participação dos(as) professores(as), coordenadores, estudantes e comunidade.

As três escolas estão localizadas no campo, os(as) educadores(as) que nelas atuam buscam dentro das suas ações articular planos de ação pautados na especificidade dos sujeitos do campo. E com a reformulação, processou-se um movimento de escuta e debate acerca da importância de ter no texto do marco orientador das escolas o debate da Educação do Campo, as leis, os princípios, a identidade da escola e seus propósitos pedagógicos.

Imagem 18: Vista aérea da Comunidade Capão I



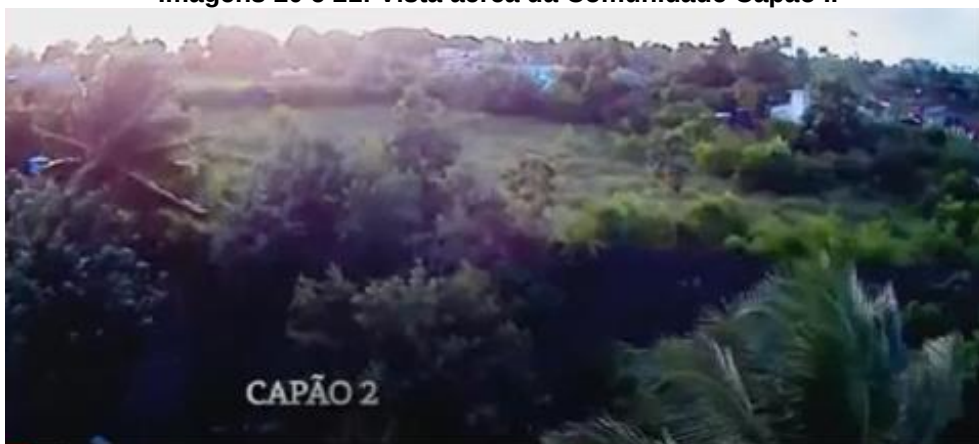
Fonte: Erivan Barros.

Imagem 19: Vista aérea da escola da Comunidade Capão I



Fonte: Erivan Barros.

Imagens 20 e 21: Vista aérea da Comunidade Capão II





Fonte: Erivan Barros.

Os(as) professores(as) das escolas Bela Vista, Florentino dos Santos e Estrela do Norte foram aprovados(as) no último concurso público realizado no ano de 2008 e prestaram a seleção para esse Distrito e desde então vêm atuando nessas escolas e alguns assumindo cargos comissionados, atuando com mais 20 horas suplementares¹.

O Grupo Focal da pesquisa, como dito, constituiu-se a partir dos(as) professores(as) filiados(as) à APLB-Sindicato que atuam nas localidades do Capão I e II. Tais profissionais têm trajetórias significativas na APLB-Sindicato, atuando de forma efetiva e não possuem nenhum vínculo com relação a cargos comissionados.

Temos representantes da APLB-Sindicato no Conselho da Merenda Escolar e o município de Jaguaripe, o qual tem orientado a disponibilização de 30% do valor destinado a merenda escolar para compra de alimentos diretamente dos(as) agricultores(as), que deve estar previamente cadastrados(as) no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

Em algumas escolas do município, os(as) estudantes têm acesso às tecnologias de informação e da comunicação através de uma rede de computadores agregando esta possibilidade ao processo de ensino-aprendizado, potencializando a

¹ É importante registrar que as horas suplementares não incidem na ampliação dos direitos dos(as) professores(as), sendo que, estes(as) só tem direito ao piso salarial, sem direito as gratificações das horas complementares, mesmo sendo efetivo. De modo geral, as horas complementares atribuídas em função de cargo são suspensas ao findar do ano letivo. Frente a tal situação, já existe uma discussão junto APLB-Sindicato sobre essa questão e uma pauta de luta para esse fim, no que tange a ampliação de carga horária definitiva (enquadramento), com todos os direitos garantidos para o exercício de 40 horas.

capacidade criativa e realização de atividades escolares. A partir de 2021, tem-se ampliado o número de escolas com educação em tempo integral.

Além da APLB-Sindicato acompanhar a melhoria, qualidade e valorização com relação aos profissionais da educação, a organização sindical busca também promover o bem-estar dos(as) discentes que na sua maioria tem sua vivência no campo e consequentemente acompanhando o desenvolvimento da comunidade e região.

No Capão há muitos anos tem-se constituído a luta para a instituição de uma Unidade Básica de Atendimento à Saúde (Posto de Saúde), sendo que, no ano de 2023, após muita reivindicação e luta foi construída a primeira Unidade de Saúde da Família (USF) com sede própria, do Capão. Com tal conquista, alguns estudantes das unidades escolares que passam mal ou precisam de cuidados médicos, agora, podem ser encaminhados à USF do Capão.

Imagem 22: Primeira Unidade Básica de Saúde do Capão I.



Fonte: Erivan Barros.

Logo no início de minha atuação, em 2009, nas Comunidades do Capão I e II tínhamos apenas a escola da Educação Infantil e o Fundamental 1 (Anos Iniciais) e tínhamos no período da noite a EJA. Após passou a funcionar em, 2013, o Fundamental 2 (Anos Finais) e o Ensino Médio. Alguns anos depois, em 2018, a EJA e o Ensino Médio foram cessados, mas por meio da luta da APLB-Sindicato, nesse ano de 2024, a EJA foi retomada.

O atendimento a EJA sendo suspenso, a comunidade sofreu muito com essa perda. O Sindicato colocou-se junto à Comunidade, de maneira efetiva na reivindicação pelo retorno da EJA e pela fundação da escola do Ensino Fundamental (Anos Finais). Essa demanda esteve atrelada a realidade dos(as) estudantes que concluíam os Anos Iniciais e que tinham que se deslocar quilômetros para poder encontrar uma escola que tivesse Ensino Fundamental 2 (Anos Finais).

Após as reivindicações realizadas, efetivou-se a construção da Escola Municipal Florentino dos Santos com o retorno do nível do Ensino Fundamental 2 (Anos Finais) às Comunidades do Capão. Deste modo, na atualidade, as escolas presentes no Capão I e II atendem estudantes de todas os níveis, exceto do Ensino Médio, mas existe o interesse dos(as) professores(as), de estudantes, da comunidade e do sindicato na retomada desse nível de ensino também. Isso corrobora com a afirmação de Paulo Freire (2023, p. 06) que nos diz: “Sendo professor, nunca te falte consciência de classe nem compromisso social”. Tal perspectiva presente na comunidade, na ação de professores(as) e do próprio Sindicato afirma a necessidade e consciência de entender que a nossa função como professores(as) vai além do ato de ensinar.

Considerada essa configuração das escolas no município de Jaguaripe - Bahia, com detalhamento de sua efetividade no Distrito de Cunhangí, em especial nas Comunidades do Capão, é importante registrar ainda como referência direta ao escopo empírico da presente análise a configuração da atuação profissional e de vinculação sindical dos e das docentes que atuam nesse contexto.

No município, a atuação dos e das profissionais em educação é regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos, instituído pela lei municipal de número 300/89 (Jaguaripe, 1989). O plano de cargos e carreiras e vencimentos dos servidores e servidoras do magistério público do município de Jaguaripe - Bahia é definido pelas leis municipais números 489/97 (Jaguaripe, 1997) e 596/2017 (Jaguaripe, 2017), sendo que esta última modificou alguns artigos da lei n. 489/97. Observa-se que os artigos 17, 18 e 34 alterados da lei anterior (489/97) prejudicaram os professores e as professoras.

Quando considerado o quadro geral de docentes que atuam na rede municipal de educação em Jaguaripe - Bahia, fica evidente a importância da organização sindical na vida laboral e organização dos(as) professores(as). Isso fica evidente no

Quadro 5, apresentado na sequência, o qual registra um quantitativo de mais de 90% de filiações ao Sindicato Docente. Esse alto índice de filiação à APLB-Sindicato também é refletido na realidade dos e das docentes que atuam nas escolas das Comunidades do Capão.

Quadro 5: Quantidade de Docentes Filiados(as) e Não Filiados(as) à APLB-Sindicato			
LOCALIDADES	TOTAL DE DOCENTES	FILIADOS(AS)	NÃO FILIADOS(AS)
Jaguaripe	221	203	18
Capão	28	25	3

Fonte: Organização a partir do desconto autorizado em folha de pagamento referente à contribuição sindical à APLB-Sindicato em novembro de 2023.

Contudo, vale registrar que alguns filiados e filiaadas ao Sindicato agem de maneira marginal e até mesmo contrária às demandas e reivindicações conjuntas da categoria. Essa postura, por vezes, reflete numa atuação que diverge das demandas coletivas e incide na própria negação de direitos. No contraponto à consolidação de um movimento coletivizado de luta docente, são verificadas algumas compensações individuais que passam a ser traduzidas em benefícios pontuais momentâneos, tais como a ocupação de cargos comissionados na gestão pública municipal.

Isso é notório pelo fato de haver um quantitativo significativo de filiados e filiaadas que pouco se vinculam às atividades do Sindicato, o que de certa forma enfraquece o movimento. A APLB-Sindicato existe para estes e estas como um órgão de muitas cobranças. Porém, na perspectiva atribuída pela organização sindical, identifica-se como uma atuação desejável não somente o pagamento da porcentagem mensal do salário ao Sindicato, mas compreende a necessidade de uma participação efetiva, que sustente a luta e a mobilização em prol de resultados compatíveis com as demandas da categoria docente. Para tanto, é necessária a participação de todos e todas, mas há a consciência de que a totalidade na participação dos professores e das professoras no Sindicato é uma perspectiva a ser alcançada, sendo necessário seguir na mobilização em busca de conquistas para a categoria.

Assim, a formação continuada de professores e professoras, estando sustentada na articulação entre a ação sindical da APLB-Sindicato com a luta por uma Educação do Campo, coloca-se como grande potencialidade. O atuar na escola do campo – foco primeiro da luta por uma Educação do Campo – faz parte da realidade de um quantitativo considerável de professores e professoras de Jaguaripe - Bahia. A

escola do campo é a concretude da própria configuração profissional dos professores e professoras que atuam nas Comunidades do Capão, no Distrito de Cunhangí e, estes e estas em sua grande maioria são filiados e filiadas à APLB-Sindicato, daí a potencialidade do vínculo e articulação com a luta por uma Educação do Campo.

4 APLB-SINDICATO

Os sindicatos de trabalhadores(as) historicamente surgiram e têm se consolidado como importantes instrumentos para assegurar direitos, na defesa dos interesses e reivindicações da classe trabalhadora.

No caso da APLB-Sindicato, desde sua gênese como entidade de representação dos trabalhadores e trabalhadoras da educação na Bahia, foi anunciada uma conexão entre sua ação na defesa dos trabalhadores e das trabalhadoras da educação e as lutas mais gerais da classe trabalhadora como um todo. Nesse aspecto, toma destaque a apreensão sobre a necessidade de “[...] lutar pela reforma agrária anti- latifundiária, sob o controle dos trabalhadores e por outras iniciativas populares e progressistas [...]” (APLB- Sindicato, 2022, p. 1).

Inicialmente a APLB-Sindicato teve sua constituição registrada em 24 de abril de 1952, como Associação dos/as Professores/as Licenciados/as do Brasil/Seção Bahia (APLB-BA).

Em 09 de junho de 1989, a entidade consolidou seu *status* como Sindicato. Nesse processo, que alterou o perfil de Associação para o de Sindicato, por reivindicação da própria categoria docente, a sigla APLB foi mantida, considerada sua pertinência na construção de uma identidade histórica de luta já construída no estado da Bahia e também no território nacional.

Assim, o Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Bahia, reconhecido pela sigla APLB-Sindicato, constitui sua sede no município de Salvador - Bahia, como “[...] uma entidade autônoma que tem por objetivo fundamental organização, defesa e representação dos direitos e interesses coletivos ou individuais, em questões judiciais ou administrativas, dos trabalhadores em educação [...]” (APLB-Sindicato, 2022, p. 1).

Com sua base territorial no estado da Bahia, a APLB-Sindicato não tem fins lucrativos ou econômicos, com prazo de duração por tempo indeterminado, número ilimitado de sócios, que não respondem solidária ou subsidiariamente pelas obrigações contraídas pela entidade, abrangendo seus e suas filiados e filiadas sem preconceito de discriminação de raça, cor, gênero, orientação sexual ou convicções políticas, filosóficas, partidárias ou religiosas.

4.1 BREVE HISTÓRICO DA APLB-SINDICATO

Em uma noite, no início da década de 1950, onze educadores(as) assinaram a ata de sessão da fundação da Associação APLB-BA. Graças ao livro *Movimento dos Professores da Rede Pública na 12 Bahia - 1952-1989* (Santos, 1995), é que tomamos conhecimento dos feitos iniciais da entidade e dos principais passos de sua fundação.

Ainda na década de 1940, já é possível verificar importantes movimentos que fomentaram a criação de associações em defesa da atuação no ensino secundário para os(as) licenciados(as). Assim nos informa Ramakrishna Bagavan dos Santos, professor de matemática formado na primeira turma da Faculdade de Filosofia em 1945, em depoimento registrado em trabalho elaborado por Dias (2008).

Ramakrishna era o grande articulador dessa ideia na Bahia. Em uma quinta-feira, no dia 24 de abril de 1952, que ficaria marcada na história de organização dos trabalhadores e trabalhadoras da educação, ele colocou seu nome, que é correlato ao nome de um deus do panteão hindu, na ata de fundação da APLB-BA. “Nessa época eu, Raimundo Mata e Acácio Ferreira criamos a Associação dos Professores Licenciados, a APLB” (Santos, 1999 *apud* Dias, 2008, p. 250), afirma um dos articuladores da defesa dos(as) licenciados(as) na Bahia, em 1952. Em 2023, Ramakrishna completou 71 anos de idade. No trabalho já referenciado (Dias, 2008, p. 06), Ramakrishna lembra de momentos memoráveis da novíssima entidade. “Uma certa vez, quando o governo nomeou 40 professores não licenciados, Raimundo Mata publicou uma página inteira no Diário de Notícias analisando a posição do governo” (Santos, 1999 *apud* Dias, 2008, p. 250). Sem dúvida, principalmente para a época em que isso era realmente novidade, a atitude foi desafiadora.

Mais ousada ainda foi a expansão da ideia de Ramakrishna. Ele percorreu boa parte do Brasil com o objetivo de criar outras entidades representativas de professores e professoras. “Eu era o presidente da Associação nessa época e tinha ido a São Paulo manter contatos no sentido de criar outras APLB em outros estados, de forma que nós pudéssemos formar uma força nacional” (Santos, 1999 *apud* Dias, 2008, p. 250).

Esse processo foi registrado na História da APLB-Sindicato (APLB-Sindicato, 2024, A História da APLB-Sindicato):

Os objetivos definidos na ata de fundação inspiraram o primeiro estatuto da

entidade, elaborado em 26 de abril de 1957, registrado no Cartório de Títulos, sob protocolo nº 27296, registro nº 1417, Livro 19-A e publicado no Diário Oficial do Estado em 1959, quando da sua reorganização:

“Sociedade civil com sede em Salvador, capital do estado da Bahia, que se destina: a) criar o espírito de classe entre os licenciados por Faculdade de Filosofia; b) pugnar pelos mais elevados ideais da cultura e progresso; c) lutar pelos direitos e regalias que são facultados aos licenciados por Faculdades de Filosofia; d) ser órgão representativo, judicial e extrajudicialmente de todos os licenciados por Faculdade de Filosofia e de seus filiados”.

Esses objetivos, definidos pela Associação, estavam fundamentalmente vinculados aos objetivos da Faculdade de Filosofia criada na década de 30. O Decreto-Lei nº 1190 de abril de 1939, determinava, no seu Capítulo VIII – Das Regalias Conferidas aos Diplomados, que a partir de janeiro de 1943 os colégios deveriam iniciar a admissão dos professores qualificados por aquela instituição de ensino superior.

Havia uma relação umbilical entre a Associação e o Diretório Acadêmico de Filosofia. As raízes da organização da categoria se confundem com o movimento dos formandos da primeira turma de Licenciatura em Filosofia, gerando o fato da própria fundação da APLB – Secção Bahia.

Já no que diz respeito à formação de entidades de representação docente nacionais, Ramakrishna explica:

A coisa foi muito mal orientada no começo. Da mesma forma, um decreto de 1939 criava a Faculdade Nacional de Filosofia, abrindo margem para serem criadas em outros estados. Na Bahia só foi criada em 43. E diziam que a partir de 1º de dezembro de 43 só poderiam ser professores os formados na Faculdade de Filosofia. Mas no governo de Getúlio Vargas não foi feito isso com as faculdades de Filosofia. Teve a de São Paulo, teve a do Rio de Janeiro, mas não houve estímulo para a criação nos outros estados. Ao mesmo tempo, a Lei exigia que a partir de 1º de janeiro de 1943 os professores fossem formados pelas faculdades. O número de professores formados não satisfazia às necessidades em determinadas áreas, mas em outras sobravam. Sobravam professores de letras, de pedagogia, de psicologia, numa quantidade que não dava para o mercado absorver. Então vieram as lutas, em 47-48, começamos as lutas, em 52 criamos a APLB. Mas depois os próprios licenciados

tiveram que ceder, deixando de ser uma associação de licenciados para se tornar uma associação de professores. Um campo mais abrangente, porque tinham que lutar pelo salário e não podiam pensar num salário específico para quem era licenciado e outro para quem não era (APLB-13 Sindicato, 2024, A História da APLB-Sindicato).

Verifica-se ainda, conforme registro da História da APLB-Sindicato, que “Ramakrishna Bagavan dos Santos e o professor Antonio Pimenta, secretário do Diretório Acadêmico de Filosofia, tinham ideais semelhantes, o que facilitava a ocupação física do mesmo espaço para a APLB e o Diretório de Filosofia”. Na palavras de Antonio Pimenta: “Ramakrishna se utilizava muito das dependências do Diretório para fazer o movimento, porque ele não tinha uma sede própria. Ele ia para o diretório e utilizava as máquinas de datilografia e o mimeógrafo para fazer a expedição dos documentos da entidade recém-criada” (APLB-Sindicato, 2024, A História da APLB-Sindicato).

Nos anos de 1950, a APLB-BA seguiu com suas reivindicações e com muitas dificuldades, sobretudo, devido à falta de sede própria, mas a organização dos e das docentes na Bahia manteve-se firme.

Nos anos de 1960, a entidade representativa da categoria docente não se dobrou à Ditadura Militar que perdurou por mais de vinte anos no Brasil. As lutas prosseguiram e em 08 de agosto de 1967, por exemplo, o Jornal da Bahia estampou em manchete que “Professores defenderão na Assembléia Legislativa emendas à reforma da Educação” (APLB-Sindicato, 2024, A História da APLB-Sindicato).

Nos anos de 1970 e 1980, concomitante ao aprofundamento da luta contra a Ditadura Militar e pela redemocratização do país, houve um processo de intensificação das mobilizações e das lutas em prol da garantia de direitos à categoria docente. Esse processo também repercutiu na Bahia. Em 16 de junho de 1978, Sérgio Guerra, então presidente da entidade, entrevistado pelo Jornal da Bahia dizia: “Se até o próximo dia 15, quinta-feira, não houver uma resposta objetiva e positiva do governo, em relação às reivindicações da classe, fica decretada uma greve geral até a solução do problema”. Esse novo momento da luta sindical docente, apoiada no contexto de mobilização nacional, impulsionou “[...] uma grande renovação de quadros que, juntos aos antigos e bravos militantes, dão uma verdadeira injeção de ânimo no sindicato, principalmente em 88 e 89 após a promulgação da Constituição Federal” (APLB-Sindicato, 2024, A História da APLB-Sindicato).

Como está registrado na História da APLB-Sindicato (APLB-Sindicato, 2024), nesse processo é imperativo recuperar a própria luta pela escola pública e gratuita no Brasil, a qual teve como ponto chave o envio, em 1948, do primeiro projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) ao Congresso Nacional.

Em 1959, já somavam 11 estados brasileiros com seus professores primários organizados em associações. No ano de 1960, em Recife, foi fundada a primeira Confederação: a CPPB – Confederação dos Professores Primários do Brasil.

Em 1979, a CPPB teve uma mudança substancial em seu estatuto, incorporando os professores secundários dos antigos ginásios, e passou a se chamar CPB – Confederação dos Professores do Brasil. Era uma ferramenta fundamental para a articulação do movimento em nível nacional.

No período de 1982 a 1988, a CPB consolidou-se como entidade federativa e como principal via de organização do sindicalismo docente, mesmo no período em que era proibida a sindicalização para o funcionalismo público (APLB-Sindicato, 2024, A História da APLB-Sindicato).

Já no início da década de 1990, após a promulgação da Constituição Federal de 1988, com as possibilidades postas com o processo de redemocratização do país e em consonância com a dinâmica e aprofundamento das lutas, há um ambiente profícuo para a proposição de uma nova estrutura para transformar as associações de professores e professoras em sindicatos. Nesse mesmo contexto, a CPB passou a ser denominada como Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) e,

[...] em um congresso extraordinário cujo objetivo foi unificar várias federações setoriais da educação numa mesma entidade nacional. Com a unificação da luta dos Trabalhadores em Educação e o surgimento de novas regras de organização sindical, a CNTE ganha força com a filiação de 29 entidades e quase 700 sindicalizados em todo o país. Atualmente, a CNTE conta com 43 entidades filiadas e mais de um milhão de sindicalizados. (APLB-Sindicato, 2024, A História da APLB-Sindicato).

Conectada a esses processos, tanto em nível nacional, como em nível local, a APLB-BA participou ativamente dos momentos que impulsionaram mudanças estatutárias e legais na organização 14 sindical docente, promovendo sua própria reconfiguração de Associação de Professores para Sindicato Docente, como nos indica em depoimento uma das dirigentes sindicais do período:

Era uma necessidade histórica a entidade se transformar em sindicato. A transformação em sindicato, ela vem assim num rastro de esperança de que a institucionalização, com a democratização brasileira, as instituições de fato que a servissem fossem democratizadas. A gente pensava assim: Puxa, sendo sindicato pode-se instalar dissídio na Justiça e mesmo que os governantes, politicamente, não negociem, mas a Justiça julgará e provavelmente obteremos vitórias na Justiça (APLB-Sindicato, 2024, A História da APLB-Sindicato).

Como já registrado, no caso da APLB-BA, a mudança do perfil da entidade representativa docente foi oficializada em 1989. Essa transição também foi registrada no depoimento de Maria José Lima, dirigente sindical do período em que foi Secretária de Imprensa da entidade, de 1981 a 1983, e Presidente de 1985 a 1990:

Inicialmente, a ideia foi criar o Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Bahia (Sinteba). Em 28 de maio de 1989, foi manchete no Jornal da Bahia: “Professores criam mais um sindicato: Sinteba”. E explicava em seu texto que o sindicato teria um funcionamento jurídico diferente da Associação (APLB) e que os professores poderiam requerer, através do sindicato, o dissídio coletivo na Justiça do Trabalho, após impasse nas negociações.

[...] desde abril daquele ano os associados já viviam a mudança do nome da APLB, com alterações no painel e camisetas prontas para divulgação da nova entidade. Existia em todos uma grande disposição para a mudança do nome, mas o debate era intenso quanto à nova grafia.

Os professores reagiram à retirada da sigla APLB. Muitos diziam “Sinteba não diz nada”, “Que nome feio!”, “Parece fórmula de remédio”. A reação foi forte, principalmente dos professores mais antigos. A maioria entendeu que seria uma bobagem jogar fora uma sigla que já estava fortalecida há décadas, conhecida em todo o Estado não só pelos professores, como por toda a população.

Em meio a esse debate, surgem informações de que o governo estadual que brigava naquele momento acirradamente com a Associação, decidira não repassar os recursos para os filiados a partir da mudança do nome. A diretoria da APLB checkou com outros Estados o que ocorrera em situações semelhantes e verificou que os problemas eram os mesmos da Bahia. Comprovou-se que em alguns lugares a alteração da sigla fazia com que o governo deixasse de repassar os descontos dos filiados à entidade.

Assim, cinco dias antes de fundar o sindicato, houve uma reunião e veio a decisão: manter a sigla APLB como marca, como nome fantasia e pela tradição, acompanhado de Sindicato dos Trabalhadores em Educação.

Houve muitas divergências internas. Os nervos estavam à flor da pele, e o momento era de muitos conflitos com a secretária estadual da Educação, Maria Augusta Rosa Rocha. Visando amenizar a situação, o governador Waldir Pires a substituiu pelo professor Joir Brasileiro. A categoria ficou satisfeita tanto com a substituição na SEC quanto com a manutenção da sigla APLB no recém-criado sindicato. (APLB-Sindicato, 2024, A História da APLB-Sindicato).

Assim, com a reconfiguração oficializada no caráter da entidade que passou a atuar como Sindicato Docente na Bahia, verifica-se uma afirmação dessa identidade e, dos anos de 1990 aos dias atuais, inúmeras conquistas foram alcançadas. Os processos de transformação e de afirmação da APLB em Sindicato evidenciam muito do processo organizativo e da própria luta vivenciada pelos professores e pelas professoras na Bahia.

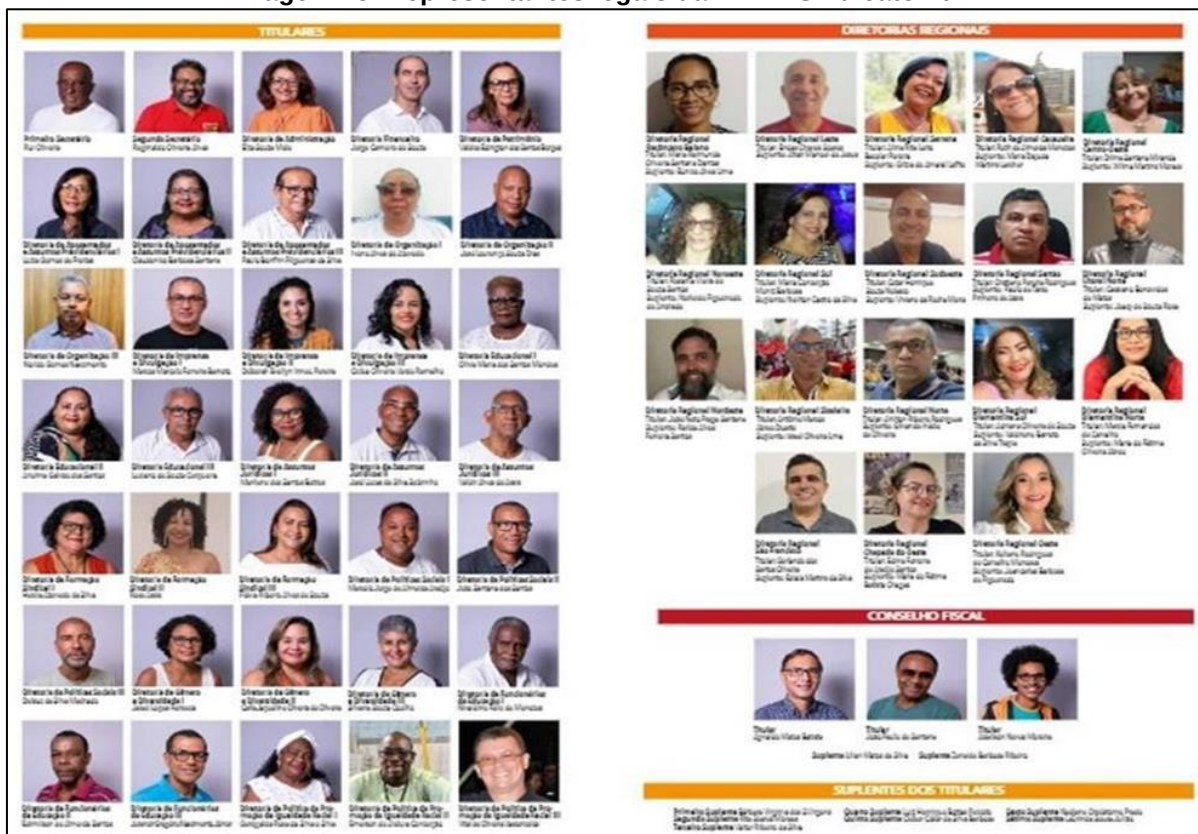
Verifica-se que todas as reivindicações e lutas dos trabalhadores e trabalhadoras e, nesse caso, da categoria docente em suas entidades representativas, exigem formas específicas de luta e de ação organizativa.

Como já evidenciado na obra de Santos (1995 *apud* APLB-Sindicato, 2024), já referenciada anteriormente, no caso da APLB-Sindicato, isso reverbera no alinhamento e desenvolvimento da estrutura da organização sindical para dar conta das demandas que a conjuntura vai apresentando. Assim, é possível verificar que, uma razão direta das ações e conquistas efetivas da categoria docente na Bahia, no percurso de sua história, se processa na vinculação intrínseca entre as reivindicações econômicas da categoria, as questões pedagógicas e de formação de seus e suas filiados e filiadas e da categoria como um todo e as formas de organização assumidas, e que passam a orientar e sustentar a ação sindical.

A composição da APLB-Sindicato tem como Coordenador Geral o professor Rui Oliveira. Ele sinaliza que é importante que filiados(as) estejam organizados(as) em torno da defesa dos interesses da classe. E destaca que é importante que sejamos mais participativos nas assembleias e nas negociações, mas que também sejamos firmes e com olhares voltados para a sociedade como um todo (Rui Oliveira - <https://aplbsindicato.org.br/>)

No quadro abaixo temos os representantes atuais da APLB-Sindicato, bem como os(as) Diretores(as) das Regionais.

Imagem 23: Representantes legais da APLB-Sindicato 2024



Fonte: <http://www.aplbsindicato.org.br>

4.2 APLB-SINDICATO NO MUNICÍPIO DE JAGUARIPE

A Regional Leste é constituída por 25 municípios, divididos em delegacias num total de 4, tendo uma composição de sete titulares e três suplentes cada uma e 25 núcleos sindicais, cada um com cinco diretores(as) e dois suplentes.

O quadro abaixo tem a composição as delegacias e os municípios que compõem a Regional Leste da APLB-Sindicato:

Quadro 7: Delegacias e municípios da APLB-Sindicato Regional Leste.

DELEGACIA VALE DO JAGUARIPE	DELEGACIA DA MATA	DELEGACIA COSTA DO DENDÊ	DELEGACIA COSTA LESTE
Nazaré	Santo Antonio de Jesus	Valença	Camamu
Jaguaripe	Dom Macedo	Taperoá	Maraú

Aratuípe	Muniz Ferreira	Nilo Peçanha	Pirai do Norte
Vera Cruz	Varzedo	Cairu	Igrapiúna
Ilha de Itaparica	São Miguel das Matas	Presidente Trancredo Neves	Ituberá

Fonte: <http://www.aplbsindicato.org.br>

A imagem abaixo tem a composição dos(as) Diretores(as) de cada município que compõem a Delegacia da APLB-Sindicato no Vale do Jaguaripe:

Imagem 24: Diretores da APLB-Sindicato do Vale do Jaguaripe.



Fonte: <http://www.aplbsindicato.org.br>

De acordo com a estrutura organizativa da APLB-Sindicato, o município de Jaguaripe - BA é composto pela Diretoria em que tem o Coordenador, Vice, Tesoureiro, Secretários e Suplentes. A Delegacia do Vale do Jaguaripe é composta pelos núcleos de: Aratuípe, Salinas das Margaridas, Vera Cruz, Itaparica e Jaguaripe.

APLB-Sindicato Vale do Jaguaripe busca melhores condições de trabalho e salário dos(as) associados(as)-filiaados(as), que pagam um percentual mensal de seu salário, participam das assembleias, ficam à disposição para eventuais participações

presenciais ou online das ações. Mas infelizmente isso não acontece com todos(as), pois, muitas vezes, alguns(mas) sindicalizados(as) se sujeitam a cargos junto a Secretaria de Educação.

A luta sindical vem em diversos aspectos sendo emblemática, necessitando de planejamento estratégico para melhor definir as ações da entidade sindical, pensando na organização sindical conseguiríamos implementar com mais solidez o enfrentamento dos problemas na busca de encontrar melhores caminhos para amenizar a perda de direitos da classe e alcançar as vitórias para os trabalhadores e trabalhadores do movimento.

A Delegacia Regional Vale do Jaguaripe ao ser fundada no município de Nazaré - BA inicia seu processo de luta com base nas reivindicações pelo respeito aos direitos. Trabalhadores e trabalhadores em educação na região de atuação da referida Delegacia vêm passando por muitos problemas desde a sua fundação começando pela indisposição das Gestões Municipais em facilitar o diálogo com os(as) representantes do Sindicato. Nesse processo, os(as) profissionais que se engajam na luta com suas experiências e organização interna e externa, sofrem perseguições e retaliações por parte do poder público. Também coloca -se como desafios a falta de formação sindical para diretores da base e seus(suas) associados(as), dentre outros problemas.

Neste contexto, a Delegacia da APLB-Sindicato na Regional Vale do Jaguaripe passou por muitas Direções, porém seu trabalho só foi consolidado nas gestões da professora Josilene Nazaré e, atualmente, da professora Azevedo da Silva, as quais conseguiram afirmar a entidade na luta pelos direitos dos trabalhadores(as) em educação na região.

No período de 2015, a Delegacia Regional Vale do Jaguaripe em Nazaré - BA adquiriu uma sede alugada, com computador, material de escritório, caixa de som e outros objetos.

Imagem 25: Sede APLB Vale Jaguaripe – Nazaré – BA



Fonte: APLB-Sindicato do Vale do Jaguaripe.

4.3 SINDICATO DOCENTE: LUTAS, CONQUISTAS, DESAFIOS E PERSPECTIVAS

Atualmente a gestão da APLB-Sindicato no Vale do Jaguaripe continua o processo de trabalhos, avançando na questão da organização interna para melhor rendimento externo da luta, buscando atingir o objetivo determinados na visão da elaboração de planejamento estratégico de trabalho.

A APLB-Sindicato recolhe a contribuição mensal dos(as) seus(suas) filiados(as), e investe esses recursos em formação, despesas do sindicato, aquisição mobiliários para uso dos(as) Diretores(as) e associados(as).

Quadro 8: Quantidade de Filiados e não filiados de Jaguaripe.

LOCALIDADES	TOTAL	FILIADOS A APLB-SINDICATO JAGUARIFE	NÃO FILIADOS A APLB-SINDICATO JAGUARIFE
Jaguaripe	221	203	18
Capão I e II	28	25	3

Fonte: Ficha da APLB-Sindicato desconto autorizado / novembro-2023.

Como dito, a APLB-Sindicato possui o Estatuto que descreve a denominação abrangência e finalidade, aos sócios, admissão, direitos e deveres e os órgãos do sindicato, sejam eles: o Congresso, as Assembleias Gerais, o Conselho Geral do Sindicato, a Diretoria Executiva Sindical, as Delegacias Sindicais e os Núcleos Sindicais. Trata ainda das possíveis penalidades aos(às) sócios(as) Diretores(as), das eleições, dos mandatos e das disposições gerais.

O Regimento Interno e Administrativo das Regionais da APLB-Sindicato, em seu artigo 1º Estabelece normas a serem seguidas por todos os diretores e núcleos sindicais da APLB, regularizando o seu funcionamento Administrativo e Político Sindical da APLB-Sindicato, além de otimizar os seus recursos financeiros, a fim de continuar perseguindo seu objetivo principal que é, especialmente: A defesa dos interesses individuais e coletivos dos trabalhadores e das trabalhadoras em Educação; Cumprir e fazer cumprir o Estatuto da Entidade APLB-Sindicato.

Diante do exposto nota-se a importância da luta da APLB-Sindicato no Vale de Jaguaripe para a permanência dos direitos garantidos, a efetivação dos que ainda não se concretizaram.

As eleições da APLB-Sindicato são convocadas de 4 em 4 anos, sendo que todos(as) associados(as) em dias com suas obrigações sindicais podem participar da eleição para os cargos da Diretoria da Delegacia e seus referidos Núcleos, na condição de titulares e/ou suplentes para o mandato eleito. A votação com urnas fixas, ocorre na sede da Delegacia e dos Núcleos Sindicais, sendo que a Comissão Eleitoral pode estabelecer outros locais, colunas fixas bem como urnas itinerantes e seus roteiros. As inscrições das chapas para concorrer aos pleitos eleitorais devem ser realizadas no prazo de 10 dias contados a partir da publicação do edital na sede da Delegacia, mediante requerimento protocolado perante os membros da comissão eleitoral, únicos responsáveis por receber e prestar informações sobre o processo eleitoral. O requerimento de inscrição de chapa no processo eleitoral deve estar acompanhado dos documentos previstos nas normas legais, nas normas internas que regem o processo eleitoral, e estão registradas, no Estatuto e Regimento Sindical que regulamenta todo o processo eleitoral. As chapas dos Núcleos inscritas participarão do processo eleitoral e sendo eleita será convocada para o evento de solenidade de posse e assinatura da ata.

As ações da APLB- Sindicato em Jaguaripe - BA são diversas e muitas dessas práticas foram realizadas durante anos anteriores, outras ainda permanecem em nossa pauta, tais como: o cumprimento do Piso Salarial com retroativo; o enquadramento para professores(as) efetivos(as); a gratificação de 15% em pós-graduação, mestrado e doutorado, que ainda não pagam; a atualização do Plano de Carreira; a liberação de licença prêmio; a pecúnia sem cortes indevidos; a atualização do pagamento do AC de 25% - só pagam 20%, mas o processo já foi judicializado e aguarda decisão judicial - ; a formação para professores(as) da Educação do Campo; a eleição direta para Diretores(as) e Vice-diretores(as) das escolas; a ampliação da ajuda de custo de transporte; as gratificações profissionais da educação em classes com estudantes com alguma deficiência; o concurso público; dentre outros.

Para alcançar essas metas várias mobilizações e reivindicações são realizadas a fim de garantir a efetividades desses direitos previstos em lei e que ainda não foram cumpridos pela atual Gestão Municipal. Nesse intuito, a categoria promove diálogos, encaminhamento de ofício, reuniões para judicialização de processos. Isso tudo se dá na intensificação das ações, passando as informações nas redes sociais, junto ao Ministério Público, a Câmara de Vereadores, com apoio aos(as) Diretores(as) das Regionais e Coordenação Geral da APLB-Sindicato. Estando conectado ainda à paralisações, greves, cartas de repúdio, denúncias de abuso de poder, solicitação de fichas analíticas para acompanhar os investimentos e gastos públicos e outras ações que sejam pertinentes a atuação do Sindicato.

Em Jaguaripe - BA a sede do Sindicato conta com um espaço alugado, mas já foi adquirido um terreno para construção da nova sede. Também foi efetivada a aquisição de um carro para fazer as visitas nas escolas e outras demandas relacionadas ao Sindicato. O atendimento as demandas de filiados(as) se dá presencialmente e de maneira online, tem grupo de rede sociais para informes do Sindicato, tem o grupo de professores(as) de Jaguaripe, filiados(as) e não são filiados(as), há a carteira da APLB-Sindicato que conta com descontos em diversas instituições, há o atendimento jurídico, as visitas nas escolas para ouvir os(as) associados(as), para acompanhar as condições de trabalho de docentes e de estudo dos(as) discentes .

Como já registrado no início deste trabalho, atuo como Secretária do Sindicato e já estou no meu terceiro mandato consecutivo na APLB de Jaguaripe. O primeiro

mandato exerci de 2015 a 2018, o segundo mandato de 2019 a 2023 e o terceiro mandato vigora entre 2024 e 2027. Nesse período inúmeras situações de retaliação ocorreram a fim de paralisar as minhas ações frente ao Sindicato, tais como: descontos em folha, requerimentos indeferidos, relatórios, retirada de gratificações de AC e até um processo administrativo alegando faltas injustificadas (durante esse período as faltas foram comprovadas mediante atestados da APLB- Sindicato, que segundo a Gestão Municipal não tinham valor e outros aspectos).

Mesmo diante dos desafios a APLB-Sindicato não foge à luta e ocupa as ruas com bandeiras, cartazes e carro de som, e outros mecanismos alertando sobre as Reformas Trabalhista e da Previdência que buscam tirar os direitos historicamente garantidos.

Os(as) Diretores(as) vêm atuando ativamente no que diz respeito a persistência de garantias e efetivação dos direitos. Para manter um vínculo mais próximos com Diretores(as) de outras Regionais criamos um grupo para o repasse de notícias, leis aprovadas que dão base a luta e outros conteúdos pautados e vinculados ao sindicalismo docente. Além de ter um grupo específico de comunicação via rede social da Diretoria do Vale do Jaguaripe. Nota-se que as lutas se tornam comuns entre diferentes municípios e isso se estende de forma mais crítica ao se tratar de professores(as) contratados(as) por meio do REDA .

Os(as) professores(as) REDA de Santo Antônio de Jesus (SAJ) - BA são regidos por editais que dispõe sobre o objeto, vagas, contratação, validade, remuneração, jornada de trabalho, entre outros. E no ano de 2021 foi publicado o edital em que tinha validade 2 anos e a garantia da lei nº11. 738/2008 que é a lei do Piso Salarial Profissional Nacional do Magistério Público da Educação Básica. Só que a Gestão Municipal de SAJ não concedeu aos(as) professores(as) REDA o aumento do Piso Salarial, garantindo esse direito apenas para os(as) professores(as) efetivos(as), o que deixou a categoria bastante revoltada com a situação. Frente a tal situação um grupo de professores(as) se reuniu para dialogar com a Gestão Municipal e encaminharam ofício, mas, de início foi negada qualquer forma de garantia de direito, mediante a isso os profissionais da educação decidiram buscar apoio com os vereadores da cidade. Assim, marcaram uma Audiência Pública e passaram a situação para os representantes políticos presentes. A Secretária Municipal de Educação do período, a senhora Maria Renilda Nery Barreto, emitiu um ofício resposta

com apoio do da Procuradoria Geral do Município informando que os(as) servidores(as) temporários(as) não possuíam os mesmos direitos que os(as) servidores(as) efetivos(as) e, na oportunidade, os(as) professores(as) REDA, esclareceram diante dos presentes na Audiência Pública que em hipótese nenhuma o que estava em questão era a equiparação de direitos com os(as) professores(as) efetivos(as), o que se reivindicava era garantia do que estava no edital em vigor.

Após muita luta foi convocada a categoria para no aniversário da cidade fazer exposição de faixas e após essas lutas o prefeito concedeu apenas uma porcentagem do Piso Salarial, sem direito a retroativo.

No ano seguinte, 2023, a luta pela questão do Piso Salarial continuou e os(as) professores(as) perceberam a necessidade de se organizarem e criarem uma Associação. Com isso, no dia 2 de fevereiro de 2023, na Avenida Nossa Senhora das Graças, nº 399, no município de Santo Antônio de Jesus, Bahia reuniram-se os(as) professores(as) REDA na Assembleia Geral de constituição e fundação da Associação, os membros fundadores da Associação de Professores REDA do município de Santo Antônio de Jesus (APRSAJ), momento no qual também foi apresentado e realizado o estudo do Estatuto Social da Associação. Na sequência foi sinalizado quem tinha interesse em compor a Diretoria. Após realizou-se a eleição e as lutas continuaram com a seguinte pauta: Piso Salarial atualizado, diminuição da carga horária de trabalho e melhores condições de trabalho. Naquele momento, a Secretária de Educação senhora Renilda pediu exoneração do cargo e assumiu o lugar de Secretária de Educação do Município, a senhora Edileide Castro.

Nesse mesmo ano (2023), os contratos venceriam no período corrente do ano letivo e a atual Secretária de Educação solicitou a renovação dos contratos por um período de apenas de 3 meses a fim de que os(as) professores(as) REDA concluíssem o ano letivo. Essa atitude deixou a categoria revoltada e mais uma vez se organizaram, participaram das Assembleias, marcaram reuniões, fizeram uma carta aberta e em conversa e reunião com o Prefeito, contando com o apoio de alguns Vereadores conseguimos a vitória de estender esse contrato até o final do ano de 2024.

Vale ressaltar que em 2022 foi publicado um novo edital de contratação de professores(as) REDA retirando a garantia do Piso Salarial, além da diminuição do período do contrato que seria apenas de 1 ano. Decidimos contratar um advogado pra

resolver as questões jurídicas da Associação, bem como nos acompanhar frente aos diálogos com a Gestão Municipal e as vitórias conquistadas se estenderam a todos(as) professores(as) REDA. No sentido de impulsionar a unidade dos(as) professores(as) REDA junto aos demais profissionais, foi importante sinalizar que o mesmo advogado que atua na APLB-Sindicato de Jaguaripe, seria o que defenderia a causa da APRSAJ. Os(as) professores(as) REDA vinculados(as) ao edital de 2021 como os(as) vinculados(as) ao edital de 2022 foram contemplados(as) com a ampliação do período de contratos e o aumento concedido, essa foi uma das exigências da Associação. Seguimos na luta pela garantia do Piso Salarial e pela diminuição da carga horária para atividades complementares. Hoje a APRSAJ conta com cerca de 192 associados(as), que contribuem para as despesas físicas e jurídicas da Associação.

Em cada gestão sindical em Jaguaripe é construído um projeto de trabalho para os anos de atuação com tema: Delegacia Vale do Jaguaripe ampliando sua luta em direitos e melhores condições de trabalho e tem o objetivo de fortalecer a delegacia, com a visão do pleno desenvolvimento das ações do sindicato na defesa dos direitos dos trabalhadores e trabalhadores em educação da região. E nesse projeto temos várias propostas inclusive um deles é o curso de formação sindical voltada para diferentes temáticas: legislação, Educação do Campo, sindicalismo docente e outros. Diversas foram as ações realizadas em 2023 no município de Jaguaripe - BA, conforme expressa a foto abaixo:

Imagem 26: Algumas ações realizadas pela APLB-Sindicato de Jaguaripe em 2023.



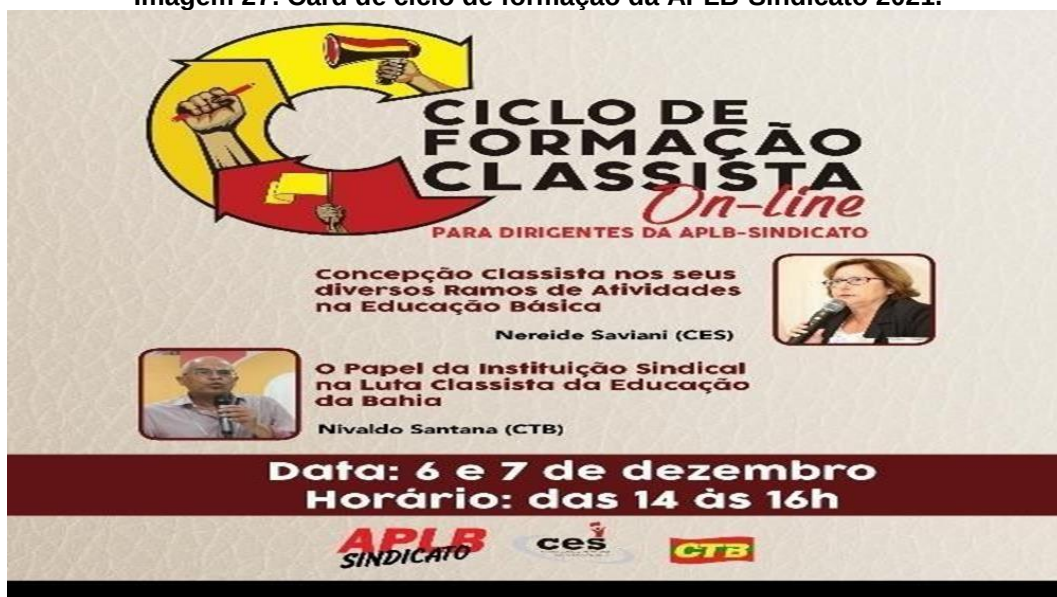
Fonte: APLB-Sindicato de Jaguaripe.

Esse conjunto de ações tem sido de grande importância para o fortalecimento do sindicato no território de Jaguaripe, pois na luta se obteve diversas conquistas para categoria de forma organizada, com a participação dos filiados nas propostas, reivindicações e ações. Sempre na luta e estratégias de busca por melhores condições salarial, de trabalho e valorização do magistério e lutas por valores democráticos.

4.4 A FORMAÇÃO SINDICAL E SUA IMPORTÂNCIA

No Estatuto da APLB -Sindicato uma das prerrogativas é convocar e reunir seus órgãos em Congressos, Assembleias, entre outros, bem como, participar de outros eventos representando os interesses dos trabalhadores e trabalhadoras da educação, podendo inclusive promover seminários e cursos de formação.

Imagem 27: Card de ciclo de formação da APLB-Sindicato 2021.



Fonte: APLB Sindicato de Jaguaripe

A formação continuada propicia ao(a) professor(a) vivenciar a construção de novos saberes, que contribuam na sua prática pedagógica, bem como na sua autonomia pessoal e profissional. Isso contribui para o desenvolvimento de “armas de luta” no seu processo de enfrentamento nos movimentos sindicais e sociais.

A formação em serviço poderá permitir a todos(as) envolvidos(as) uma melhora na qualidade da aprendizagem sobre si próprio, de seus(suas) educandos(as) bem como na transformação da escola e do sistema de ensino. Corroborando com essa ideia, a LDB, em seu artigo 61 sinaliza a importância da formação continuada em serviço, e “Estabelece como fundamentos da formação de profissionais da educação a associação entre teoria e prática, inclusive mediante a capacitação em serviço; e o aproveitamento da formação e experiências” (Brasil, 1996, p. 22).

Uma das atribuições da Diretoria Sindical afirmada no Estatuto da APLB-Sindicato é realizar seminários, simpósios, encontros de base da entidade ou regionalizado sobre assuntos de interesses dos trabalhadores e trabalhadoras do Sindicato. Assim, cabe aos(as) Diretores(as) de Formação Sindical a função de organizar e coordenar seminários, cursos, palestras, encontros de área, dentro dos interesses mais gerais dos(as) trabalhadores(as) da base.

Partindo dessa prerrogativa de atribuições, instaura-se a possibilidade de propor e promover uma formação sindical que aborde o tema da Educação do Campo, suas legislações e princípios, e suas conexões com o sindicalismo docente.

A APLB-Sindicato busca lutar junto com a categoria por melhores condições de trabalho, por formação continuada, enfim, pela valorização do(a) servidor(a) público da educação .

Cada Regional e Delegacia, dentro da estrutura sindical, possuem seus planos de luta. No plano de luta das Regionais, no tópico 10, um dos aspectos que se discute é articular a ampliação dos aspectos normativos a qualificação política e sindical por meio de programas de formação. Já o tópico 12 diz: lutar para que cada unidade escolar tenham condições e infraestruturas adequadas, disponibilidade de recursos materiais; acompanhar o cumprimento dos objetivos do Projeto Político Pedagógico da escola (PPP), do plano de trabalho docente; e inserção social da escola visando a construção da escola democrática e popular.

Um dos aspectos que APLB-Sindicato lutou é a respeito da estrutura escolar, pois as mesmas estavam bastante precárias, sobretudo, as escolas situadas na zona rural. Após as visitas da representação do Sindicato e da cobrança junto à Gestão Municipal, em 2021, as escolas foram reformadas e ampliadas, contando com a disposição de mobiliário novo, espaços de convivência, cozinhas, sala de informática,

biblioteca sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE), parques... dentre outros.

Além de acompanhar e lutar pela garantia dos direitos docentes, o Sindicato acompanha e busca a garantia dos direitos dos(as) discentes (transporte escolar com qualidade, auxiliar de classe para atendimento de estudantes com deficiência, encaminhamentos a psicopedagogos(as), a fonoaudiólogos(as), oftalmologistas, neuropediatra, entre outros profissionais necessários.

Defender a Educação do Campo como projeto de educação que pensa outras possibilidades envolvendo os sujeitos do campo como protagonistas, no sentido de desconstruir a visão negativa histórica que conta que os sujeitos do campo não carecem de estudo, no qual o campo é tido como quintal da cidade, e os sujeitos que moram na roça são “Jecas Tatu”, “Tabareis”. Então, repudiar essas afirmativas passa pela necessidade de dar visibilidade a Educação do Campo, com o novo projeto de sociedade; um projeto de disputa que nos possibilite discutir concepções, princípios educativos para a formação de sujeitos que vivem trabalhando no território do campo.

Assim, afirma-se a possibilidade e a potencialidade de uma proposta de formação conectada aos(as) professores(as) que atuam nas escolas nas Comunidades Capão I e II, num processo dialógico, de conhecer as demandas, de socializar práticas, de aprofundar concepções e de publicizar e mobilizar os(as) professores(as) na luta por uma Educação do Campo.

Professores(as) precisam compreender a importância das ações coletivas e/ou sociais, concebendo seu papel na educação, na formação iniciada e continuada; necessária para compreender essas propagandas ilusórias e entender que precisamos de um estudo aprofundado, sair desse esvaziamento teórico e termos um argumento fundamentado.

É importante promover debates embasados nas exigências históricas de nosso tempo; participar de grupos já formados como movimentos sociais e sindicais; promover discussão sobre Educação do Campo numa reflexão crítica-reflexiva nos diferentes espaços: família, escola, articuladores dos movimentos e secretarias; e apropriar-se dos instrumentos que permitem fazer essa luta com enfrentamento. A formação proposta, desde sua concepção e gestação, possibilitará a luta contra a retirada de direitos, e ao mesmo tempo permitirá avançar na formação política e humana dos sujeitos envolvidos. Com isso caminhamos para construção de uma

sociedade mais justa e igualitária, para a qual a política de formação possa contribuir na formação do(a) intelectual orgânico que, tenha seu comprometido expresso na luta e na materialidade da Educação do Campo. Uma formação pensada para e pela classe trabalhadora do campo, na perspectiva de sua formação humana e *omnilateral*.

A Educação do Campo se constitui como força para esse enfrentamento, para luta na construção de um mundo melhor. Coloca-se como luta para emancipação dos sujeitos do campo, sendo que nas últimas décadas, têm sido produzidos diversos materiais, várias foram as conquistas que, perpassam a afirmação de marcos legais que defendem a formação do(a) educador(a) vinculada à princípios que tomam materialidade em ações concretas, sustentadas em orientações normativas, resoluções e leis, mas sobretudo, na própria materialidade da Educação do Campo e dos processos formativos que a sustentam (Verdério, 2011).

Assim, diante da proposta já defendida pela APLB-Sindicato de promover formações e considerando a afirmação de Paulo Freire quando ressalta que “[...] na formação permanente dos professores, o momento fundamental é o da reflexão crítica sobre a prática. É pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática” (Freire, 1996, p. 39). Tem-se o(a) professor(a) como sujeito coletivo, na busca de uma formação pautada na Educação do Campo. Uma formação que vai a partir da identidade do(a) educador(a), para além do(a) professor(a), mas que tenha a educação compreendida como a prática social efetiva. Uma formação que contraponha com o que está posto, contra o projeto capitalista que visa o lucro; que promova a atuação de um(a) professor(a) intelectual orgânico que se contraponha ao sistema hegemônico. Uma formação que seja construída com os(as) professores(as).

Os marcos legais da Educação do Campo, com destaque para a Resolução de 01/2002, já nos indicam a necessidade efetiva da formação dos professores(as), levando em conta a diversidade, o protagonismo do sujeito e o conjunto de elementos que têm constituído luta por uma Educação do Campo no Brasil. Nessa assertiva, a formação precisa de auto organização, de coletivo, de trabalho como princípio educativo, como princípio da formação humana e, nessa construção, a necessidade de fortalecer os coletivos escolares e não escolares passa a ser fundamental.

5 PROFESSORES(AS) DAS COMUNIDADES CAPÃO I E II NO DELINEAMENTO DE UMA PROPOSTA DE FORMAÇÃO

5.1 REGISTROS DOS(AS) PROFESSORES(AS) DO CAMPO: APREENSÕES QUE CAMINHAM PARA UMA PROPOSTA DE FORMAÇÃO

Nesse momento são apresentadas as afirmativas dos(as) participantes do Grupo Focal, em anexo, bem como os Termos de Autorização de Uso do Instrumento de Pesquisa : Roteiro de Diálogo com Grupo Focal, foram consideradas as contribuições dos seis educadores(as) que integraram o Grupo Focal colaborador da pesquisa.

O Grupo Focal teve a participação dos educadores do Capão I e II, que atuam em escolas, localidades e modalidades diferentes, que atuam na área de educação em outros municípios; educadores(as) que já participaram de cursos relacionados a temática, outros apenas ter cursado uma disciplina de Educação do Campo e outros por não ter passado por esse debate da Educação do Campo ao longo de sua vida profissional.

Sobre o Roteiro de Diálogo com o Grupo Focal, do Capão I e II, Jaguaripe - BA no **BLOCO I – Identificação**, destaca-se a secretaria de educação do município de Jaguaripe - BA apresenta uma proposta curricular igual para todos os seus educandos, seja da cidade ou do Campo e que a prática docente na Educação do Campo no município por parte desses(as) educadores(as) do Capão que vem atuando a mais de uma década, prioriza ações pautada na especificidade do sujeito do campo.

No **BLOCO II – Sobre a APLB-Sindicato**, verifica-se a contraposição ou mesmo antagonismo nas respostas dos(as) educadores(as) com relação à atuação da atuação da APLB-Sindicato e isso é notório pelo fato de que temos um quantitativo significativo de filiados(as) e poucos são sindicalizados o que de certa forma enfraquece o movimento. Mas considero Existem por parte de alguns que se beneficiam por questões políticas o discurso de que o Sindicato é “Fraco”. Mas considero efetivamente um Sindicato” Forte” pela sua atuação aos movimentos e propostas da instituição, resistência ao descaso da gestão municipal em negligenciar os direitos garantidos por lei e mesmo ter a maioria de seus educadores do município

de Jaguaripe filiados por acreditar na força do Sindicato docente para garantir avanços na carreira. É necessário a participação de todos, mas temos consciência de que não temos a totalidade até o presente momento e que independente disso precisamos mesmo com a minoria se mobilizar em busca de conquistas para a classe e fundamentado nessas e outras questões é que reafirmo a necessidade da proposta de formação.

Enquanto diretora sindical reflito sobre a questão de criarmos estratégias para uma atuação mais efetiva e trazer além das discussões no âmbito das reivindicações sindicais dos educadores, trazer a discussão da materialização da Educação do Campo por intermédio da proposta de formação.

No **BLOCO III – Sobre a Educação do Campo**, os apontamentos registrados pelos sujeitos participantes da pesquisa nos permitem identificar que os educadores compreendem que a educação ofertada para os sujeitos do Campo necessita de um olhar para as especificidades dos mesmos e percebendo essa necessidade tem um conhecimento superficial específico da materialidade da Educação do campo e com relação a formação por parte da gestão municipal bem como da APLB-Sindicato são inexistentes.

Por fim, quando considerados os registros relacionados ao **BLOCO IV sobre os apontamentos para o delineamento e uma proposta para a formação continuada dos professores(as) do campo**, é constatado um interesse por parte dos(as) educadores(as) em conhecer a Educação do Campo na sua totalidade e na perspectiva contra- hegemônica.

Verifica-se que alguns/algumas docentes têm buscado participar de momentos em outros espaços sobre a temática e que estão dispostos a participar da formação por proposta, indicando temas diversos a serem abordados. Sugerindo a realização em um semestre de forma *online*, mas compreendendo toda a base discursiva com relação à Educação do Campo, considero pertinente promover momentos presenciais na proposta de formação.

Também foi registrado a compreensão de que a Gestão Municipal tem por obrigação promover formações com essa temática da Educação do Campo para os(as) seus(suas) servidores(as).

Outro fator interessante esteve vinculado ao debate insuficiente da temática nas universidades e que precisamos manter essa parceria universidade/escola. E de

uma forma geral, a afirmação da importância da proposta de formação sindical docente no intuito de buscar estratégias de resistência frente as investidas do sistema capitalista, propondo junto a APLB-Sindicato a formação.

Considero pertinente tecer o comentário de que os elementos apresentados pelos(as) participantes da pesquisa nos ajudam a anunciar, sistematizar e evidenciar a necessidade da proposta de formação sindical docente apresentada, com intencionalidade de contribuir de forma significativa para os sujeitos do campo, nas localidades do Capão I e II e conseqüentemente para as demais localidades do município de Jaguaripe - BA. E a necessidade de acrescentar na pauta de luta das representações sindicais a oferta de formação continuada por parte da Gestão Municipal e do Ensino Médio no Capão, para que os(as) estudantes permaneçam e dêem continuidade nos seus estudos, não necessitando se deslocar para outra localidade ou mesmo abandonar seus estudos. Visto que é direito do(a) estudante do campo ter escola próximo a sua residência, com um currículo que atenda as suas necessidades.

Os resultados da pesquisa apontaram que os(as) docentes não estão preparados para o trabalho com estudantes do campo, nem têm formação específica relacionada a Educação do Campo. Essa realidade, produz uma angústia por despreparo e sentimentos como medo, insegurança, potencializados com as dificuldades enfrentadas pelos(as) docentes. Diante disso, afirma-se que a proposta de formação poderá dar sustentação nas ações desses(as) profissionais, visto que o(a) educador(a) precisa ter convicção do que ensinar e como ensinar. Estar seguro(a) no fazer pedagógico, e com seu emocional equilibrado. Sobre isso Freire afirma:

Se alguém ao ler este texto, me perguntar, com irônico sorriso, se acho que, para mudar a Escola, basta que nos entreguemos ao cansaço de constantemente afirmar que mudar é possível e que os seres humanos não são puros espectadores, mas atores também da história, direi que não. Mas direi também que mudar implica saber que fazê-lo é possível (Freire, 2000, p. 53).

Embora imersos em um cenário adverso em decorrência da falta de formação específica, percebo que alguns professores tem se esforçado e realizando um trabalho diferenciado, no intuito de buscar a autonomia desses sujeitos, a permanência dos mesmos no campo, mas afirmo a necessidade da formação para a possibilidade de uma prática segura baseado na materialidade de origem da Educação do Campo.

Nota-se uma fragilidade da APLB-Sindicato no que diz respeito de trazer essa discussão nessa perspectiva, visto que em seu Estatuto, já referenciado anteriormente, traz essa defesa da luta pela Educação do Campo.

As narrativas revelaram, o que eu enquanto professora do município, diretora da APLB-Sindicato, durante anos vem vivenciando e que evidenciou e gerou essa inquietude de buscar junto aos meus colegas, professores(as) no coletivo, buscar meios para solucionar ou mesmo amenizar a problemática do trabalho docente, intensificada no cenário do distanciamento ao conhecimento sobre a Educação do Campo, sinalizando as invisibilidades e vulnerabilidades que o(a) professor(a) está submetido(a). Consequentemente, eu, elas e eles apontamos para a emergência da proposta de formação sindical docente na construção de uma sociedade mais justa e emancipatória.

5.2 DELINEAMENTO DE UMA PROPOSTA DE FORMAÇÃO

Proposta de Formação Sindical em Educação do Campo

Título: O sindicalismo docente na Educação do Campo numa perspectiva contra hegemônica

Autora: Almerididiane Andrade Santos Ribeiro

Orientador: Alex Verdério

Objetivo:

Compreender a importância da formação sindical de educadores(as) do campo e promover o debate crítico acerca das relações entre Educação do Campo e formação sindical docente, tendo como centralidade as lutas sindicais numa perspectiva contra hegemônica.

Contextualização da proposta de formação

O interesse em propor uma formação sindical, com o apoio da APLB-

Sindicato, para os(as) professores(as) do município de Jaguaripe - BA, em específico das localidades das Comunidades do Capão I e II, surge a partir da minha atuação enquanto professora sindicalista da Educação do Campo no referido município. Essa proposição toma folego com meu ingresso na Universidade pública, no Curso de Mestrado Profissional em Educação do Campo. A partir de leituras anteriores ao Mestrado sobre a temática e por perceber que os(as) professores(as) deste município não têm uma formação pautada nessa temática e percebendo a fundamental importância dessa discussão iniciei meus estudos e essa ideia se tornou mais latente. A partir dos diálogos promovidos pela pesquisa que sustenta a presente proposta de formação, sobretudo, as contribuições dos sujeitos participantes do Grupo Focal, foi possível perceber que existe o interesse por parte dos(as) professores(as) em conhecer mais sobre a Educação do Campo, a sua materialidade de origem, a organização pedagógica proposta para as escolas do campo e sobre o sindicato docente, sua organização e atuação.

O interesse se aprofundou a partir do momento em que se processou o diálogo direto com professores(as) do campo. Ao ouvi-los(as), foi possível compreender que existe a falta dessa discussão visto que a APLB-Sindicato tem promovido cursos de formação apenas para a Diretoria dos Núcleos. Trazer essa proposta de formação, com a temática em questão, para os(as) professores(as) do município de Jaguaripe - BA, em especial do Capão I e II, de forma mais específica poderá possibilitar uma emancipação política e humana dos sujeitos envolvidos.

Baseado na minha trajetória, acredito que a formação sindical é um instrumento potencializador na luta por uma Educação do Campo, devido eu ser fruto desse movimento, pelo fato de estar atuando como professora da Educação do Campo e fazer parte da APLB-Sindicato. Essa identidade múltipla tem me permitido atuar como professora da escola do campo, como pós-graduanda em Educação do Campo, como participante das formações sindicais, como parte da Diretoria do Sindicato, isso tudo me fez compreender a importância da organização coletiva, da nossa representatividade frente às Gestões Municipal e Estadual, bem como da classe trabalhadora na luta por garantia e efetivação de direitos. Como diz Paulo Freire “É fundamental diminuir a distância entre o que se diz e o que se faz, de tal forma que, num dado momento, a tua fala seja a tua prática”. Uma tarefa complicada colocar em prática tudo aquilo que falamos, que acreditamos, diante de

uma sociedade capitalista que visa o individualismo e não a coletividade; a competitividade; o ter mais que o ser; mas é o que deve de fato acontecer porque não podemos lutar com ideias e valores que não condizem com a nossa prática. Contudo, dentro do sindicato infelizmente em algumas situações, alguns indivíduos agem contrário - como filiados(as) e não sindicalizados(as) - às demandas do Sindicato e de uma certa forma acabam lutando contra si mesmos, onde seus próprios direitos são negados, em compensação recebem benefícios próprios momentâneos.

Mas quem de fato acredita e luta dentro de uma organização coletiva, de uma forma respeitosa, consegue efetivamente conquistas. É difícil, mas não é impossível. É bom salientar que na maioria das situações em que as falas não condizem com as ações, não quer dizer que o sujeito que as realiza não compreenda e entenda a forma correta de agir, mas o individualismo se sobrepõe a coletividade, o interesse próprio e a busca por lucratividade de uma forma rápida prejudicam as conquistas coletivas.

A educação pode ser um forte instrumento de luta e tem um papel incisivo na transformação dos sujeitos e da sociedade. Paulo Freire nos diz: "Se a educação sozinha não transforma a sociedade sem ela tampouco a sociedade muda" (Freire, 2000, p. 67). Então promover a formação de professores(as) que atuam em escolas do campo, tendo-a como mecanismo na busca da transformação abordando os temas elencados por eles(as) nos diálogos promovidos no trabalho junto ao Grupo Focal que sustentou essa proposição de formação.

Posteriormente pretendo estender essa formação sindical para as demais localidades do município de Jaguaripe - BA, visto que a maioria das escolas estão situadas no campo e que a maioria também dos(as) professores(as) que nelas atuam são filiados(as) a APLB-Sindicato. De 221 professores(as) efetivos(as), registra-se um quantitativo de 203 professores(as) filiados(as), mas que uma atuação efetiva no Sindicato, apenas uma minoria. Alguns(mas) dos(as) professores(as) vinculados(as) ao Sindicato ocupam cargos de confiança junto a Gestão Municipal, outros(as) têm familiares nessa atuação ou já ocuparam cargos e perderam a credibilidade e outros, ainda, têm medo de se expor e sofrer perseguição/retaliações, dentre outros fatores. Um fato interessante é que os (as) filiados(as) que ocuparam cargos de confiança anteriormente, sendo

beneficiados(as) financeiramente e outros aspectos, hoje já não ocupam esses cargos e se tornam filiados(as) sindicalizados(as), firmes e atuantes na luta pela coletividade. Já pensou se isso ocorresse com todos(as) professores(as) efetivos(as), filiados(as) sendo atuante no Sindicato? A proposta de formação poderá também influenciar nessa questão.

Uma proposta de formação sindical pautada nessa temática da Educação do Campo no município de Jaguaripe vinculada pela APLB-Sindicato se torna algo inédito pelo fato de que o sindicato no município “tem força” efetiva e nunca promoveu uma formação nesse aspecto. Assim, promover esse processo formativo fundamentado na Educação do Campo numa perspectiva contra- hegemônica no município de Jaguaripe - BA, será de grande valia. Trazer a discussão dos temas propostos, contribuindo assim para o aprofundamento das questões vinculadas ao campo e ao impulsionamento da emancipação em todos os aspectos da vida, é tarefa fundamental.

Nesse quadro, torna-se bastante salutar afirmar e dispor de uma proposta de formação com tal teor, visto que se trata de um município que tem a maioria de suas escolas situadas no campo e no qual a maioria dos(as) professores(as) estão vinculados(as) a APLB-Sindicato, considerando ainda a importância da afirmação da Educação do Campo, a congruência de tais aspectos dão lastro para a formação de professores(as) com certa capilaridade e efetiva inserção social.

Ser atuante no movimento sindical requer muita garra, pois como já foi dito anteriormente, o sistema capitalista investe alto para manter seu lucro com a exploração da classe trabalhadora. A partir do momento que os(as) trabalhadores(as), dentre eles(as) os(as) educadores(as), se unem na busca pela garantia/efetivação dos seus direitos, isso pode efetivamente possibilitar um outro patamar de luta e organização. Assim, afirma-se a compreensão de que é necessário conhecer o passado, para entender o presente e alcançar no futuro na certeza que a injustiça não pode prevalecer contra a justiça e se caso acontecer , buscaremos a consciência de que não foi por falta de luta e que a opressão não partiu do sujeito que teve iniciativa de lutar. Como nos diz Peloso (2012, p. 38, grifos do autor), " Entrar na luta é uma iniciativa pessoal, representa uma opção de vida baseada na convicção da justiça da luta contra toda forma de opressão" Nesse contexto, o(a) educador(a) que milita, que é intelectual orgânico, que luta de forma

organizada contra toda forma de opressão da classe dominante e que visa um novo projeto de sociedade pautado na formação política e humana, tem uma função importante nas ações desenvolvidas, pois, as mesmas não buscam conquistas individuais, mas sim defendem a coletividade.

Os intelectuais orgânicos “[...] são aqueles que imiscuem na vida prática das massas e trabalham sobre o bom senso, procurando elevar a consciência dispersa e fragmentaria das massas ao nível de uma concepção de mundo coerente e homogênea – os intelectuais orgânicos são dirigentes e organizadores” (Mochovict, 1992, p. 18).

A formação sindical proposta poderá contribuir para aprofundamento teórico e metodológico dos sujeitos do campo, bem como uma formação político-ideológica. E se pautará por “[...] aquelas práticas mais sistemáticas, intencionalmente programadas, como por exemplo, os congressos de trabalhadores, cursos, seminários, palestras, etc.[...] Caberia ainda incluir entre as atividades de formação sindical aquelas iniciativas de formação político-ideológica que se destinam a grandes grupos de trabalhadores – a imprensa sindical, programas de rádio e televisão, boletins, revistas, teatro e cinema, etc” (Manfredi, 1996, p. 24).

Como a classe trabalhadora não dispõe de muitos recursos, necessitamos unir forças a partir de nossas entidades de representação de classe, movimentos sociais e Sindicatos, para adentrar esses espaços de forma organizada e fundamentada teoricamente no conhecimento, a fim de desestruturar o enfrentamento sistêmico e consciente ao domínio capitalista. Buscar desenvolver uma educação para além do capital, insistir nos diversos âmbitos, principalmente o educacional, em práticas educativas com propostas formativas que propiciem o desenvolvimento da consciência de classe, que fortaleça o sentimento revolucionário, transforme realidades e emancipe os sujeitos envolvidos.

Delineamento de temas pertinentes à formação proposta

Com base no resultado da pesquisa junto aos participantes do Grupo Focal, já registrados anteriormente, elencamos os temas que delineiam a proposta de formação “O sindicalismo docente na Educação do Campo numa perspectiva contra hegemônica”, a partir da qual pretendemos sustentar o processo formativo proposto,

voltando-se para seus elementos estruturantes, situados em :

Abertura presencial da proposta a partir do “**Seminário da Educação do Campo e a ação sindical em Jaguaripe**”, com os(as) cursistas do Capão Ie II. E continuar a proposta de formação dos temas abaixo de forma *online*.

1º Mês: HISTÓRICO DA APLB-SINDICATO E SUA CONSTITUIÇÃO

Favorecer a compreensão sobre o histórico do Sindicato .

2º Mês: FORMAÇÃO SINDICAL DOCENTE

Perceber a importância da APLB-Sindicato no contexto da luta de classes e no processo formativo dos(as) docentes do campo, avaliando as ações sindicais, refletindo sobre as mesmas, apontando as contradições, os desafios e as possibilidades.

3º Mês: EDUCAÇÃO DO CAMPO, SUA MATERIALIDADE DE ORIGEM E A EDUCAÇÃO CONTRA-HEGEMÔNICA

Refletir e conhecer sobre a Educação do Campo, apontando os desafios e as possibilidades numa perspectiva contra hegemônica .

Refletir sobre as mazelas do capitalismo reafirmando um posicionamento contrário ao sistema hegemônico.

4º Mês: PPP DAS ESCOLAS DO CAMPO

Refletir sobre a construção do PPP, fundamentado nas bases legais da Educação do Campo, baseada na coletividade e na busca da emancipação (na permanência e desenvolvimento) dos sujeitos do campo.

5º Mês: POLÍTICAS EDUCACIONAIS E A EDUCAÇÃO DO CAMPO

Conhecer as políticas educacionais e modalidades observando suas proposições para a formação docente e a atuação na escola do campo.

6º Mês: ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO EM ESCOLAS DO CAMPO

Discutir organização trabalho pedagógico dos professores que atuam em escolas do Campo, diferenciando Educação do Campo e Educação Rural.

Metodologia proposta

Posta no sentido de favorecer momentos de diálogo e de interação entre os sujeitos envolvidos, a metodologia proposta, está pautada pela busca coletiva pelo conhecimento para potencializar a Educação do Campo e o sindicalismo docente, com ênfase em suas conexões com um projeto revolucionário que tem por perspectiva a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e solidária. Nesse sentido, propõe-se:

- Abertura música relacionado ao tema;
- Textos ou citações de teóricos que defendem a Educação do Campo numa perspectiva contra-hegemônica;
- Mística e apresentação dos participantes;
- Apresentação da proposta política e pedagógica do processo formativo;
- Ocorrência em períodos mensais, noturno, de forma remota, tendo duração de um semestre;
- Participação da formação professores(as) filiados(as) a APLB-Sindicato, que atuam em escolas do campo, inicialmente os(as) que atuam nas localidades do Capão I e II, em Jaguaripe - BA, e posteriormente nos demais distritos do município, podendo se abranger a demais municípios vizinhos que façam parte dos núcleos sindicais;
- A formação será desenvolvida pela equipe formadora da APLB-Sindicato, com participação de professores(as), especialistas, egressos(as) e estudantes do Programa de Pós-Graduação em Educação do Campo;
- Promover reflexão, participação individual e coletiva;
- Audição, cântico e análise de músicas, assistir vídeos, construção de cartazes, dinâmicas e exposição de fotos, símbolos e objetos do campo e do Sindicato;
- Disponibilizar material em pdf, indicar sites de pesquisa, livros e outros.

Retomada da proposta presencial com o seminário com perfil mais amplo com demais professores (as) do município e que serviria para difundir a proposta de formação.

Referências

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação**: cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

MANFREDI, Silvia Maria. **Formação sindical no Brasil**: história de uma prática cultural. São Paulo: Escrituras Editora, 1996.

MOCHOVICT, Luna Galano. **Gramsci e a Escola**. São Paulo: Ática, 1992

PELOSO, Ranulfo (Org.). **Trabalho de Base**: seleção de roteiros organizados pelo Cepis. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

CONSIDERAÇÕES

Ao tecer as considerações sobre esta pesquisa intitulada “ATUAÇÃO DA APLB-SINDICATO E A LUTA POR UMA EDUCAÇÃO DO CAMPO: uma proposta de formação sindical de professores(as) do campo no município de Jaguaripe - Bahia”, foi necessário recuperar o objetivo geral, inicialmente proposto, o qual indicava a necessidade de aprofundar a compreensão sobre a importância da formação sindical de educadores(as) do campo na luta por uma Educação do Campo no Brasil, tendo por referência a inserção e a atuação sindical como dimensões formativas fundamentais para atuação profissional na escola do campo e propor possíveis diretrizes para um processo de formação sindical de educadores(as) do campo, no município de Jaguaripe - BA, vinculado à atuação da APLB-Sindicato. Esse objetivo geral foi desdobrado nos seguintes objetivos específicos: i) Analisar a educação brasileira em consonância com os elementos constituintes da luta por uma Educação do Campo no Brasil e a formação sindical de educadores(as) do campo nesse contexto; ii) Afirmar a importância da formação de educadores(as) do campo dentro de uma perspectiva contra- hegemônica e em sua vinculação com as lutas sindicais no âmbito da APLB-Sindicato; iii) Compreender as percepções dos(as) educadores(as) do Capão I e Capão II, em Jaguaripe - BA, no que diz respeito às conexões entre a luta sindical e a formação de professores(as) das escolas do campo; e iv) Elaborar, a partir do diálogo com os(as) educadores(as) do Capão I e Capão II e com a APLB-Sindicato as diretrizes de uma proposta de formação sindical em Educação do Campo.

A realização da pesquisa me possibilitou participar de uma experiência importante e no percurso foram realizados diversos estudos bibliográficos, entrevistas com educadores(as) que são importantes sujeitos da experiência concreta nas escolas do campo nas Comunidades do Capão I e II, Jaguaripe - BA. Esse processo permitiu uma aproximação sistemática e de compreensão acerca da importância da formação sindical junto aos(as) educadores(as) do campo.

Não é uma tarefa fácil construir diretrizes de uma proposta de formação sindical em Educação do Campo, com um sistema capitalista utilizando-se modo de produção hegemônico, mas com enfrentamento, conhecimento teórico e metodológico, junto com o movimento sindical essa ação se tornou realidade.

As discussões abordadas aqui relatam os desafios e perspectivas da formação sindical docente, exercício este, que foi possível através de referenciais teóricos, da concepção marxista de compreendermos a estrutura de classes sociais que organiza a sociedade capitalista sobre a primazia do capital sobre o trabalho.

Os resultados evidenciados nos diálogos com os sujeitos permitiram a identificação de informações que sustentaram o delineamento da proposta de formação. Tal processo, sustentado nos registros dos(as) participantes pontuaram quesitos que nos levam a refletir e constatar que cada educador(a) deve ser um militante, um(a) intelectual orgânico. Necessita lutar cotidianamente, defender, construir e protagonizar lutas junto aos discentes, as famílias e demais sujeitos do campo em defesa do projeto da Educação do Campo, como ferramenta propulsora, mas não solucionadora da questão estruturante. Acreditamos que a proposta de formação sindical ora apresentada poderá constituir-se como uma possibilidade.

Registra-se ainda, que as análises não se encerram aqui e corroboram, ou trazem elementos para futuras discussões. Enfim, compreendo estar em um processo amplo de construção que precisamos nos manter firmes na luta, pois o capital se expande a cada dia e usa de diferentes estratégias para deixar claro que a luta vale a pena e nos instiga a continuar buscando formas de mostrar na prática que outro caminho é possível para a democratização da garantia e efetivação de direitos tão ameaçados em nossa sociedade.

REFERÊNCIAS

APLB-Sindicato — Sindicato dos Trabalhadores em Educação nas Redes Públicas Estadual e Municipais do Ensino Pré-Escolar, Fundamental e Médio do Estado da Bahia. **Estatuto**. 2013. Disponível em: <https://aplbsindicato.org.br/estatuto/>. Acesso em: 01 set. 2022.

ARROYO, Miguel Gonzalez; FERNANDES, Bernardo Mançano. A educação básica e o movimento social do campo. In: Articulação Nacional Por Uma Educação Básica do Campo. **Por Uma Educação Básica do Campo**, n.º 2. Brasília, 1999.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, LDB. 9394/1996.

CALDART, Roseli Salete. Sobre Educação do Campo. In: SANTOS, Clarice Aparecida dos (Org.). **Por uma Educação do Campo**: Campo, Políticas públicas, Educação. Brasília: Incra-MDA, 2008.

CALDART, Roseli Salete. Formação de Educadores do Campo. In: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro; São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; Expressão Popular, 2012.

CALDART, Roseli Salete. Educação do Campo: Notas para uma análise de percurso. In: **Trab. Educ. Saúde**, Rio de Janeiro, v. 7 n. 1, p. 35-64, mar./jun.2009.

CARMO, Eraldo Souza do; PRAZERES, Maria Sueli Corrêa dos; GEMAQUE, Rosana Maria Oliveira. Educação do Campo: concepções e teorias contra hegemônica. In: **MARGENS – Revistas interdisciplinar**. Abaetuba - PA, v. 10, n. 14, Jun. 2016, p. 149-167. Disponível em: <https://repositorio.ufpa.br/jspui/bitstream/2011/12930/1/ArtigoEducacaoCampoConcepcoes.pdf>.

Dias, A. (2008). Profissionalização dos Professores de Matemática na Bahia: as Contribuições de Isaías Alves e de Martha Dantas. **Revista Publicatio Ciências Humanas Linguística, Letras e Artes**, 16(2), 243-260. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/humanas/article/view/641/623>.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da tolerância**. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Paz e Terra, 2020.

FREIRE, Paulo; P. SHOR, I. **Medo e Ousadia**: o cotidiano dos professores. Rio de Janeiro Paz e Terra, 1986.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Projeto societário contra-hegemônico e educação do campo: desafios de conteúdo, método e forma. In: MUNARIM, A.; BELTRAME, S.; CONTE, S. F.; PEIXER, I. (Orgs.). **Educação do Campo**: reflexões e perspectivas.

2º ed. Florianópolis, SC: Insular. 2011 p. 19-40.

Gaskell, G. (2002). **Entrevistas individuais e grupais**. Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático. Petrópolis: Vozes.

GIL, A. C. **Como elaborar Projetos de Pesquisas**. São Paulo: Atlas, 2009.

GODOY, A. S. **Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais**. Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29, 1995.

GRAMSCI, A., **Ordine Nuovo**, Einaudi, 1987.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística(IBGE). **As fundações privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil**. 2005. Rio de Janeiro: IBGE, 2008

2023 IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística | v4.6.58

KONDER, Leandro. **O futuro da Filosofia da Práxis: o pensamento de Marx no século XXI**. 2ºed - Rio de Janeiro: Paz e Terra,1992. Disponível em: <https://doceru.com/doc/1cv8881>

LUCK, Heloísa. **A gestão participativa na escola**. 6.ed .Petrópolis ,RJ :Vozes ,2010.

MARX, K.; ENGELS, F. 1986. **A ideologia alemã**. 5. ed. São Paulo: Hucitec.

MINAYO, M. C. de S. (Org.) *et al.* **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; COSTA, Antônio Pedro. Fundamentos Teóricos das Técnicas de Investigação Qualitativa. In: **Revista Lusófona de Educação**. Lisboa- Portugal, v. 40, n. 40, 2018. p. 139-153.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; NETO, Otávio Cruz; GOMES, Romeu (Orgs.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

MOLINA, Mônica Castagna. Legislação educacional do campo. CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro; São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; Expressão Popular, 2012.

Resolução CNE/CP nº 1, de 6 de maio de 2022, Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Profissional Técnica de Nível Médio (EPTNM-Formação).

NETO, Otávio Cruz. O trabalho de campo como descoberta e criação. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; NETO, Otávio Cruz; GOMES, Romeu (Orgs.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 14 ed. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 51-66.

SAVIANI, D. **Escola e democracia**: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política. 32 ed. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1999.

SGANZERLA, Nelson. "**Frases Memoráveis**", Clube de Autores (Rosa Luxemburgo), 2007.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**: Lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 2002. BRASIL.

SILVA, Taynara Fernandes da; OLIVEIRA, Luciana Silva; VERDÉRIO, Alex. Educação do Campo e formação de educadores(as): desafios e perspectivas para uma educação emancipatória. In: **IV Congresso Internacional / VI Congresso Nacional Movimentos Sociais e Educação / Seminário 10 Anos do Mestrado Profissional em Educação do Campo da UFRB**. Amargosa - BA, 2023.

SILVEIRA, Carlos. **Jaguaripe, cidade da gente**: estudos regionais: ensino fundamental – anos iniciais e anos finais. Fortaleza, CE: Didaticos editora, 2022.

TAFAREL, Celi Nelza Zülke et al (Orgs.). **Cadernos didáticos sobre educação no campo**. Salvador: EDITORA, 2010.

UFRB – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. PPGEDUCAMPO – Programa de Pós-Graduação em Educação do Campo. **Regimento interno do Curso de Mestrado Profissional em Educação do Campo**. Amargosa: UFRB, 2018. Disponível em: <https://www1.ufrb.edu.br/ppgeducampo/doc-base-legal>. Acesso em 01 set. 2022.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Planejamento**: projeto de ensino-a aprendizagem e projeto político pedagógico. São Paulo : Liberdade Editora, 2012.

VERDÉRIO, Alex. **A pesquisa em processos formativos de professores do campo**: a Licenciatura em Educação do Campo na UNIOESTE (2010 – 2014). 2018. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2018.

<http://www.gestaouniversitaria.com.br/artigos/professor-e-o-compromisso-social>

<https://www.jaguaripe.ba.gov.br/geografia.html>

<http://www.aplbsindicato.org.br>

FREIRE, P. apud NAVARRO, I. P. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Conselhos Escolares**: democratização da escola e construção da cidadania. Brasília: MEC, SEB, 2004.

LEFF, E. Agroecologia e saber ambiental. In: **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v. 3, n. 1, p. 36-51, jan.-mar. 2002.

APÊNDICES

APÊNDICE 1 – Instrumento de Pesquisa: Roteiro de Diálogo com o Grupo Focal



PPGEDUCAMPO
Programa de Pós-Graduação
em Educação do Campo / UFRB
Mestrado Profissional em Educação do Campo



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO, CRIAÇÃO E INOVAÇÃO
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO CAMPO
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO DO CAMPO**

INSTRUMENTO DE PESQUISA: ROTEIRO DE DIÁLOGO COM O GRUPO FOCAL

Formação de educadores(as) do campo através das lutas sindicais: desafios e possibilidades da perspectiva contra-hegemônica

Almerididiane Andrade Santos Ribeiro
Orientador: Prof. Dr. Alex Verdério

BLOCO I – Identificação

- 1 – Qual é seu nome?
- 2 – E a sua idade?
- 3 – Qual é a sua formação?
- 4 – Quanto tempo e qual espaço de atuação?
- 5 – Quais as suas percepções sobre a atuação na escola no/do campo?

BLOCO II – Sobre a APLB-Sindicato

- 6 – Você conhece a atuação da APLB-Sindicato? Comente.
- 7 – Você é filiado(a) APLB Sindicato? Qual é a sua atuação na APLB Sindicato?
- 8 – Qual é a atuação da APLB Sindicato no município de Jaguaripe – BA, na escola e junto aos(as) professores(as) do campo?
- 9 – Na sua concepção, quais as estratégias utilizadas pelo Sindicato na materialização da Educação do Campo?
- 10 – Na sua opinião, todos(as) os(as) professores(as) filiados(as) têm uma atuação condizente com as lutas e reivindicações sindicais? Comente.

BLOCO III – Sobre a Educação do Campo

- 11 – Qual é a sua compreensão em relação à Educação do Campo?
- 12 – Você tem conhecimento das legislações relacionadas à Educação do Campo? Explique.
- 13 – Quais as especificidades da escola em que atua? Comente.
- 14 – Quais os desafios e as possibilidades na escola no/do Campo em que você atua?
- 15 – A Secretaria de Educação de Jaguaripe já ofertou formação sobre a Educação do Campo?

Comente.

16 – Você já participou de processos formativos vinculados à Educação do Campo ofertados pela APLB-Sindicato? Descreva.

BLOCO IV – Apontamentos para o delineamento de uma proposta para a formação continuada de professores(as) do campo

17 – Você tem disposição em participar de um processo continuado de formação de professores(as) voltado para a Educação do Campo? Comente.

18 – Considerando a possibilidade de uma proposta de formação que envolva os(as) professores(as) das escolas do campo, qual período de duração e formato de organização você indicaria?

19 – Quais temas você sugere serem abordados em um processo de formação em Educação do Campo?

20 – Qual a sua visão sobre a formação em Educação do Campo numa perspectiva contra hegemônica?

21 – Caso ache pertinente, você poderá tecer comentários finais.

APÊNDICE 2- Registros completo dos (as) professores (as) do campo.



PPGEDUCAMPO
Programa de Pós-Graduação
em Educação do Campo / UFRB
Mestrado Profissional em Educação do Campo



INSTRUMENTO DE PESQUISA: ROTEIRO DE DIÁLOGO COM O GRUPO FOCAL

BLOCO I – Identificação

- 1 – Qual é seu nome?
- 2 – E a sua idade?
- 3 – Qual é a sua formação?
- 4 – Quanto tempo e qual espaço de atuação?
- 5 – Quais as suas percepções sobre a atuação na escola no/do campo?

BLOCO II – Sobre a APLB-Sindicato

- 6 – Você conhece a atuação da APLB-Sindicato? Comente.
- 7 – Você é filiado(a) APLB Sindicato? Qual é a sua atuação na APLB Sindicato?
- 8 – Qual é a atuação da APLB Sindicato no município de Jaguaripe – BA, na escola e junto aos(as) professores(as) do campo?
- 9 – Na sua concepção, quais as estratégias utilizadas pelo Sindicato na materialização da Educação do Campo?
- 10 – Na sua opinião, todos(as) os(as) professores(as) filiados(as) têm uma atuação condizente com as lutas e reivindicações sindicais? Comente.

BLOCO III – Sobre a Educação do Campo

- 11 – Qual é a sua compreensão em relação à Educação do Campo?
- 12 – Você tem conhecimento das legislações relacionadas à Educação do Campo? Explique.
- 13 – Quais as especificidades da escola em que atua? Comente.
- 14 – Quais os desafios e as possibilidades na escola no/do Campo em que você atua?
- 15 – A Secretaria de Educação de Jaguaripe já ofertou formação sobre a Educação do Campo? Comente.
- 16 – Você já participou de processos formativos vinculados à Educação do Campo ofertados pela APLB-Sindicato? Descreva.

BLOCO IV – Apontamentos para o delineamento de uma proposta para a formação continuada de professores(as) do campo

- 17 – Você tem disposição em participar de um processo continuado de formação de professores(as) voltado para a Educação do Campo? Comente.
- 18 – Considerando a possibilidade de uma proposta de formação que envolva os(as) professores(as) das escolas do campo, qual período de duração e formato de organização você indicaria?
- 19 – Quais temas você sugere serem abordados em um processo de formação em Educação do Campo?
- 20 – Qual a sua visão sobre a formação em Educação do Campo numa perspectiva contra hegemônica?
- 21 – Caso ache pertinente, você poderá tecer comentários finais.

RESPOSTA DA PESQUISA

Bloco I

- 1- Jaqueline Lima dos Santos Castro.
- 2- 41 anos.
- 3- Licenciada em Geografia (UNEB); Especialista em Gestão e Educação Ambiental (FACE); Licenciada e Matemática (UNOPAR); Especialista em Educação Especial e Inclusiva (Faculdade São Luís); Mestre em Cultura, Memória e Desenvolvimento Regional (UNEB).
- 4- 22 anos. Sempre atuei em escolas do campo.
- 5- A educação oferecida aos alunos das escolas do campo, nos municípios de Varzedo e Jaguaripe, onde atuo, sempre seguiram o modelo capitalista e urbano de ensinar e aprender. Percebe-se que as principais demandas dos alunos do campo eram relegadas para segundo plano para atender aos anseios da sociedade capitalista e urbana. Atualmente, é notório que há maior compreensão por parte dos professores e equipe gestora com relação à ausência dos alunos no período da colheita e adequações de projetos à realidade local, porém muito ainda precisa ser feito para que a educação do/ho campo deixe de ser rural e, atenda às necessidades dos referidos alunos.

Bloco II

- 6- Sim, pois sempre procuro participar das reuniões e das lutas/manifestações em prol da educação como um todo.
- 7- Sim, sou apenas filiado e membro do grupo.
- 8- Sempre que posso estou participando de reuniões e da organização de movimentos de reivindicações.
- 9- A APLB de Jaguaripe precisa se articular melhor para auxiliar os professores na luta em prol de melhorias para a educação do/ho campo. A atuação do referido órgão ainda é insuficiente. Os professores, em sua maioria, ainda dispõem de transporte para chegar facilmente às escolas. Muitos alunos especiais não têm a devida assistência; Carga horária dos professores não condiz com a legislação; Plano de carreira dos professores está defasado, só é válido para cobrar deveres e não serve para reivindicar direitos. De modo geral a APLB precisa ser mais atuante.

10- Não. Por conta da falta de credibilidade da APLB junto ao grupo, muitos filiados estão desestimulados devido a forma atuação do sindicato nos últimos 13 anos, ainda são poucas as conquistas encabeçadas pelo grupo, entretanto, já esmos colhendo alguns frutos das nossas ações.

Bloco III

- 11- A educação do campo diferente da educação rural, que predominou nas escolas situadas no espaço rural no século XX, é uma educação que privilegia as necessidades e peculiaridades das pessoas que residem no campo, não perdendo de vista as habilidades/competências/conhecimentos que devem ser trabalhadas/adquiridas pelos alunos durante sua vida estudantil. É uma

modalidade de ensino que deve ser trabalhada em todas as disciplinas, especialmente nos municípios que tem a maior parte da população residente no campo.

- 12- Sim. A LDB 939/93 versa que o aluno do campo deve ser tratado de forma diferenciada e que o calendário letivo deve ser flexível para atender a realidade vivida, além disso o currículo deve ser adequado a realidade com temas interdisciplinares que valorizem o homem e garantam sua permanência nesse espaço, dentre outras questões. Também temos a Lei 4215/21 que estabelece regras para a política nacional de educação do campo, voltada para crianças e jovens que vivem no meio rural contribuindo para a valorização da identidade da educação do campo, ressaltando sobre a importância da formação do professor para que essa proposta seja fortalecida.

- 13- A escola em que atuo no município de Jaguaripe é constituída por alunos oriundos da agricultura familiar que durante o período de junho, especificamente durante o cultivo do milho e amendoim, muitos faltam às aulas para ajudar suas famílias na colheita, entretanto o calendário letivo em nenhum momento é flexibilizado, os professores que já perceberam essa realidade e, nesse período quando um aluno falta já permitem que as atividades sejam feitas/entregues posteriormente. Ainda, percebe-se que muitos alunos com idade defasada ao ano de estudo faltam muitas aulas, pois trabalham nas lavouras para adquirir seu próprio sustento. ~~Q esse período noturno na comunidade é inexistente, o que dificulta sua continuidade dos estudos, muitos alunos têm que trabalhar nas lavouras durante o período diurno e estudar no período noturno, por isso grande parte não concluem o Ensino Fundamental.~~

- 14- Os principais desafios são: assegurar a frequência desses alunos e motivá-los para continuarem estudando, mesmo sabendo que vão continuar vivendo no espaço rural. A todo momento mostramos a importância de continuarem vivendo no campo valorizando e garantindo a continuidade de suas culturas e identidade e que estudar e adentrar na universidade é peça fundamental para que isso aconteça.

- 15- A Secretaria de Educação do município de Jaguaripe apenas nos dois últimos anos vem se preocupando com a Educação do campo. Apesar de não oferecer formação específica para professores, fez adesão ao programa FORMACAMPO que disponibiliza lives e atividades para os professores e equipe gestora refletirem sobre a educação do campo, sendo uma ação ainda superficial em relação ao que necessitamos.

- 16- Desconheço qualquer curso oferecido pela APLB.

Bloco IV

- 17- Me interessa muito pela educação do campo, até porque sou fruto dela. Já atuei no município de Varzedo, em 2022, como coordenadora do curso Formacampo, atualmente estou apenas como cursista.
- 18- Seis meses.
- 19- Diferenças entre a educação do campo e educação rural: Peculiaridades curriculares para a educação do/ho campo; Metodologias para despertar o interesse dos alunos do campo; associativismo e cooperativismo no campo;

Alternativas para permanência dos alunos do campo no campo posterior a conclusão dos estudos acadêmicos; fortalecimento/ressignificação da cultura do homem do campo; geração de emprego e renda no campo.

20-É a forma de educação que privilegia o homem do campo, sua cultura e identidade. Essa forma de educação precisa ser priorizada pelos órgãos governamentais para garantir acesso e permanência dos nossos alunos nas escolas do campo.

21-É muito importante discutir essas temáticas para que o homem do campo ganhe visibilidade e importância que merece na sociedade. Os alunos do campo precisam ter orgulho de suas raízes e lutar por melhorias para esse espaço, tão importante para manutenção da vida e cultura.

APÊNDICE 1 – Instrumento de Pesquisa: Roteiro de Diálogo com o Grupo
Focal



PPGEUCAMF
Programa de Pós-Graduação
em Educação do Campo / UI
Mestrado Profissional em Educação do C



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO, CRIAÇÃO E INOVAÇÃO
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO CAMPO
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO DO CAMPO**

INSTRUMENTO DE PESQUISA: ROTEIRO DE DIÁLOGO COM O GRUPO FOCAL

**Formação de educadores(as) do campo através das lutas sindicais: desafios e
possibilidades da perspectiva contra-hegemônica**

Almerididiane Andrade Santos Ribeiro
Orientador: Prof. Dr. Alex Verdério

BLOCO I – Identificação

1 – Qual é seu nome?

Evonete Moreira de Almeida

2 – E a sua idade?

39

3 – Qual é a sua formação?

Licenciada em Letras Língua Espanhola e suas literaturas e Língua Portuguesa e suas Literaturas

4 – Quanto tempo e qual espaço de atuação?

14 anos na Escola Municipal Bela Vista situada no povoado do Capão 1 no município de Jaguaripe Bahia.

5 – Quais as suas percepções sobre a atuação na escola no/do campo?

É gratificante trabalhar com crianças do campo, elas trazem um conhecimento de mundo acerca do meio em que vive e compartilham nas aulas. Tais contribuições me fazem lembrar do tempo em que estudava na escola do campo no ensino fundamental 1 em que já sonhava em ser professora e atuar na escola do campo.

BLOCO II – Sobre a APLB-Sindicato

6 – Você conhece a atuação da APLB-Sindicato? Comente.

Sim, a diretoria da APLB junto com o advogado do sindicato estão sempre buscando reivindicar nossos direitos com diálogos com a secretaria de educação.

7 – Você é filiado(a) APLB Sindicato? Qual é a sua atuação na APLB Sindicato?

Sim, participo das reuniões e estou sempre atenta as informações que são compartilhadas a respeito das ações realizadas pela diretoria.

8 – Qual é a atuação da APLB Sindicato no município de Jaguaripe – BA, na escola e junto aos(as) professores(as) do campo?

Buscam um diálogo com a secretaria de educação tentando resolver as questões solicitadas pelos filiados de forma pacífica.

9 – Na sua concepção, quais as estratégias utilizadas pelo Sindicato na materialização da Educação do Campo?

Não vejo ações nem estratégias do sindicato a esse respeito.

10 – Na sua opinião, todos(as) os(as) professores(as) filiados(as) têm uma atuação condizente com as lutas e reivindicações sindicais? Comente.

Não, há professores que estão em cargos e não estão atuando de forma efetiva nas lutas sindicais.

BLOCO III – Sobre a Educação do Campo

11 – Qual é a sua compreensão em relação à Educação do Campo?

A escola do campo é um ambiente rico em cultura, costumes e tradições bem características de ambiente rural. As crianças trazem consigo um conhecimento de mundo amplo do lugar de vivência.

12 – Você tem conhecimento das legislações relacionadas à Educação do Campo? Explique.
Não

13 – Quais as especificidades da escola em que atua? Comente.

É uma escola de médio porte com direção e coordenação, algo que em muitas escolas do campo é incomum. Tem um curriculum igual a todas escolas do município seja rural ou urbana.

14 – Quais os desafios e as possibilidades na escola no/do Campo em que você atua?

Incentivar as crianças e adolescentes a continuar os estudos quando chegam a adolescência, mostrando que podem realizar seus sonhos a partir da conclusão dos estudos ou continuar estudando no ensino superior, pois muitos adolescentes acabam desistindo no ensino fundamental 2.

15 – A Secretaria de Educação de Jaguaripe já ofertou formação sobre a Educação do Campo? Comente.

Não.

16 – Você já participou de processos formativos vinculados à Educação do Campo ofertados

pela APLB-Sindicato? Descreva.

Não.

BLOCO IV – Apontamentos para o delineamento de uma proposta para a formação continuada de professores(as) do campo

17 – Você tem disposição em participar de um processo continuado de formação de professores(as) voltado para a Educação do Campo? Comente.

Sim.

18 – Considerando a possibilidade de uma proposta de formação que envolva os(as) professores(as) das escolas do campo, qual período de duração e formato de organização você indicaria?

Um período curto com duração de umas 20 a 40 horas e em formato online.

19 – Quais temas você sugere serem abordados em um processo de formação em Educação do Campo?

O histórico sobre a implantação das escolas do campo e os desafios.

20 – Qual a sua visão sobre a formação em Educação do Campo numa perspectiva contra hegemônica?

As escolas do campo são vistas como inferiores em relação as escolas urbanas por ter um público bem específico com cultura, costumes populares e dialeto característicos de cada localidade. É preciso ter um olhar atento para essas especificidade buscando vencer os preconceitos em relação as escolas do campo.

21 – Caso ache pertinente, você poderá tecer comentários finais.

INSTRUMENTO DE PESQUISA: ROTEIRO DE DIÁLOGO COM O GRUPO FOCAL

BLOCO I – Identificação

1 – Qual é seu nome?

Justino Francisco de Souza Filho.

2 – E a sua idade?

46 anos.

3 – Qual é a sua formação?

Licenciatura em Pedagogia.

Licenciatura em Matemática.

4 – Quanto tempo e qual espaço de atuação?

Pedagogia, aproximadamente 12 anos;

Matemática, aproximadamente 2 anos.

O espaço de atuação é no ensino Fundamental I, na Escola Municipal Bela Vista, situada no Povoado do Capão I, Município de Jaguaripe.

5 – Quais as suas percepções sobre a atuação na escola no/do campo?

A escola em que leciono embora esteja situada na zona rural do município, segue uma grade curricular comum para todo o município, não tendo diferença entre as escolas da zona rural e a sede do município.

BLOCO II – Sobre a APLB-Sindicato

6 – Você conhece a atuação da APLB-Sindicato? Comente.

Sim conheço, um sindicato atuante, e participativo junto à demanda da categoria.

7 – Você é filiado(a) APLB Sindicato? Qual é a sua atuação na APLB Sindicato?

Sim sou filiado, minha atuação é de participação e contribuição, quando necessário, para o atendimento as demandas da categoria.

8 – Qual é a atuação da APLB Sindicato no município de Jaguaripe – BA, na escola e junto aos(as) professores(as) do campo?

A APLB Sindicato, atua como o nosso principal meio, de reivindicação e fiscalização com relação as deliberações da educação, tendo em vista a concretização dos direitos e deveres dos professores.

Entendendo que não diferenciando os professores da sede e do campo uma vez que o município não difere essa nomenclatura a não a nível de transporte, dentro da área e perímetros do município.

9 – Na sua concepção, quais as estratégias utilizadas pelo Sindicato na materialização da Educação do Campo?

Nesse sentido vejo como algo que possa ser materializado em planos futuros pois as demandas e reivindicações atuais discorrem em outros direcionamentos como por exemplo Plano de carreira, Mudanças de Nível, Transporte que possa...

10 – Na sua opinião, todos(as) os(as) professores(as) filiados(as) têm uma atuação condizente com as lutas e reivindicações sindicais? Comente.

Nem todos os professores filiados tem uma atuação condizente com as lutas e reivindicações sindicais, por motivos diversos, principalmente a presença nas Assembleias.

BLOCO III – Sobre a Educação do Campo

11 – Qual é a sua compreensão em relação à Educação do Campo?

A Educação do Campo deve ser aplicada de forma que possa atender as demandas e variações locais de cada região, atendendo e respeitando as principais fontes de economia local, Agricultura, pequearia, pesca, produção. Bem como as variações climáticas além do incentivo e introdução no conhecimento econômico, financeiro e direitos de cada família residente no local.

12 – Você tem conhecimento das legislações relacionadas à Educação do Campo? Explique.

Não.

13 – Quais as especificidades da escola em que atua? Comente.

Por enquanto não há perspectiva para implantação da educação no campo.

14 – Quais os desafios e as possibilidades na escola no/do Campo em que você atua?

Acredito que seja algo que precisa de um estudo aprofundado para ao menos conhecermos como funciona.

15 – A Secretaria de Educação de Jaguaripe já ofertou formação sobre a Educação do Campo? Comente.

Acredito que a nível de coordenação interna da secretaria.

16 – Você já participou de processos formativos vinculados à Educação do Campo ofertados pela APLB-Sindicato? Descreva.

Ainda não.

BLOCO IV – Apontamentos para o delineamento de uma proposta para a formação continuada de professores(as) do campo

17 – Você tem disposição em participar de um processo continuado de formação de professores(as) voltado para a Educação do Campo? Comente.

Sim, é preciso conhecer a proposta para que possamos, posteriormente, abrir discussões sobre o assunto.

18 – Considerando a possibilidade de uma proposta de formação que envolva os(as) professores(as) das escolas do campo, qual período de duração e formato de organização você indicaria?

Duração inicial com encontros mensais podendo se estender por maior período de tempo.

19 – Quais temas você sugere serem abordados em um processo de formação em Educação do Campo?

Curriculum, estrutura, pedagogia teórica e aplicada, tempo, variação climática, economia local entres outros.

20 – Qual a sua visão sobre a formação em Educação do Campo numa perspectiva contra hegemônica?

A visão que tenho sobre a formação em Educação do Campo é que essa proposta vem para fortalecer o campo diminuindo a evasão escolar por apresentar aprendizagem próxima ao cotidiano do aluno fazendo referência a diminuição da saída de pessoas do campo para a cidade em busca de emprego e de uma vida melhor, sendo assim a economia local tende a desenvolver de forma sustentável e renovável a fim de sempre ter trabalho e rotatividade econômica.

21 – Caso ache pertinente, você poderá tecer comentários finais.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO, CRIAÇÃO E INOVAÇÃO
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO CAMPO
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO DO CAMPO

INSTRUMENTO DE PESQUISA: ROTEIRO DE DIÁLOGO COM O GRUPO FOCAL

Formação de educadores(as) do campo através das lutas sindicais: desafios e possibilidades da perspectiva contra-hegemônica

Almeridiane Andrade Santos Ribeiro
 Orientador: Prof. Dr. Alex Verdério

BLOCO I – Identificação

- 1 – Qual é seu nome? FABIANA DOS SANTOS OLIVEIRA
- 2 – E a sua idade? 44 ANOS
- 3 – Qual é a sua formação? PEDAGOGIA
- 4 – Quanto tempo e qual espaço de atuação? 08 MESES/ EMEI - ESCOLA ESTRELA DO NORTE
- 5 – Quais as suas percepções sobre a atuação na escola no/do campo? ESTÁ SENDO UMA EXPERIÊNCIA PRAZEROSA E DESAFIADORA.

BLOCO II – Sobre a APLB-Sindicato

- 6 – Você conhece a atuação da APLB-Sindicato? Comente. ALGUMAS
- 7 – Você é filiada(a) APLB Sindicato? Qual é a sua atuação na APLB Sindicato? SIM
- 8 – Qual é a atuação da APLB Sindicato no município de Jaguaripe – BA, na escola e junto aos(as) professores(as) do campo? ATUA NA RESOLUÇÃO DOS POSSÍVEIS PROBLEMAS QUE SURTIEM PARA A MELHORIA DO ENSINO E BEM ESTAR DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO.
- 9 – Na sua concepção, quais as estratégias utilizadas pelo Sindicato na materialização da Educação do Campo?
- 10 – Na sua opinião, todos(as) os(as) professores(as) filiados(as) têm uma atuação condizente com as lutas e reivindicações sindicais? Comente. NEM TODOS.

BLOCO III – Sobre a Educação do Campo

13– Qual é a sua compreensão em relação à Educação do Campo? A EDUCAÇÃO DO CAMPO PROCURA COMPREENDER E SUPRIR AS NECESSIDADES EDUCATIVAS DAS COMUNIDADES DO CAMPO.

12– Você tem conhecimento das legislações relacionadas à Educação do Campo? Explique. NÃO

13– Quais as especificidades da escola em que atua? Comente. É FOMENTAR REFLEXÕES E PRODUÇÃO DE SABERES BUSCANDO DEMONSTRAR PARA OS ALUNOS, PAIS, PROFESSORES, PEDAGOGOS E DEMAIS FUNCIONÁRIOS A ESSÊNCIA PEDAGÓGICA E ESPECÍFICA DA EDUCAÇÃO DO CAMPO, BUSCANDO UMA EDUCAÇÃO DE QUALIDADE.

14– Quais os desafios e as possibilidades na escola no/do Campo em que você atua? A FALTA DE INFRAESTRUTURA DE QUALIDADE, A FORMAÇÃO DOS PROFESSORES, A FALTA DE MATERIAL DIDÁTICO.

15– A Secretaria de Educação de Jaguaripe já ofertou formação sobre a Educação do Campo? Comente. SE OFERTOU, FOI ANTES DE EU INICIAR NO MUNICÍPIO.

16– Você já participou de processos formativos vinculados à Educação do Campo ofertados pela APLB-Sindicato? Descreva. NÃO

BLOCO IV – Apontamentos para o delineamento de uma proposta para a formação continuada de professores(as) do campo

17– Você tem disposição em participar de um processo continuado de formação de professores(as) voltado para a Educação do Campo? Comente. NÃO

18– Considerando a possibilidade de uma proposta de formação que envolva os(as) professores(as) das escolas do campo, qual período de duração e formato de organização você indicaria? O QUE SE ADAPTASSE PARA TODOS OS ENVOLVIDOS.

19– Quais temas você sugere serem abordados em um processo de formação em Educação do Campo? SEM SUGESTÕES

20– Qual a sua visão sobre a formação em Educação do Campo numa perspectiva contra hegemônica? UMA EDUCAÇÃO QUE BUSCA CONFRONTAR AS PREMISSAS DE UM MOVIMENTO QUE DEFENDE UM PROJETO EDUCACIONAL QUE LEVE EM CONSIDERAÇÃO AS CARACTERÍSTICAS E REALIDADES DOS SUJEITOS DO CAMPO.

21– Caso ache pertinente, você poderá tecer comentários finais.



UFBA
Universidade Federal do
Recôncavo da Bahia

PPGEDUCAMF
Programa de Pós-Graduação
em Educação do Campo / UI

PPGC
Programa de Pós-Graduação em Educação do Campo / UI

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO, CRIAÇÃO E INOVAÇÃO

CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO CAMPO

MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO DO CAMPO

INSTRUMENTO DE PESQUISA: ROTEIRO DE DIÁLOGO COM O GRUPO FOCAL

Formação de educadores(as) do campo através das lutas sindicais: desafios e possibilidades da perspectiva contra-hegemônica

Almeridiane Andrade Santos Ribeiro
Orientador: Prof. Dr. Alex Verdério

BLOCO I – Identificação
Qual é seu nome? VANDA RAMOS.

1 – Qual é a sua idade? 43 ANOS

2 – Qual é a sua formação? LICENCIADO EM NORMAL SUPERIOR.

3 – Quanto tempo e qual espaço de atuação? ATUO A 14 ANOS NO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL.

4 – Quais as suas percepções sobre a atuação na escola no/do campo?

5 – Qual a sua concepção sobre a atuação na escola no/do campo?

6 – Qual a sua concepção sobre a atuação na escola no/do campo?

BLOCO II – Sobre a APLB-Sindicato
Você conhece a atuação da APLB-Sindicato? Comente. SIM. É ATUAR NA LUTA DOS DIREITOS DOS TRABALHADORES, NEGOCIAR COM O GOVERNO QUESTÕES SALARIAIS, PROFISSIONAIS E EDUCACIONAIS.

7 – Você é filiado(a) APLB Sindicato? Qual é a sua atuação na APLB Sindicato? SIM. SOU FILIADA. UMA ATUAÇÃO DE COBRAR DA GESTÃO MUNICIPAL.

8 – Qual é a atuação da APLB Sindicato no município de Jaguaripe – BA, na escola e junto aos (às) professores(as) do campo? LUTAR POR QUESTÕES SALARIAIS, MELHORIAS PROFISSIONAIS E EDUCACIONAIS, CONDIÇÕES DE TRABALHO E ESTATUTO DO-SENTE.

9 – Na sua concepção, quais as estratégias utilizadas pelo Sindicato na materialização da Educação do Campo? NENHUMA

10 – Na sua opinião, todos(as) os(as) professores(as) filiados(as) têm uma atuação condizente com as lutas e reivindicações sindicais? Comente. NÃO. PORQUE QUANDO MARCAM ASSEMBLEIA OU MANIFESTAÇÃO POUCOS QUE COMPARECEM.

BLOCO III – Sobre a Educação do Campo

13– Qual é a sua compreensão em relação à Educação do Campo? É UMA MODALIDADE DE ENSINO QUE OCORRE EM ESPAÇOS RURAIS.

12– Você tem conhecimento das legislações relacionadas à Educação do Campo? Explique. SIM. CONSTITUIÇÃO DE 1988 E LDB.

13– Quais as especificidades da escola em que atua? Comente. PELO MEU CONHECIMENTO NENHUMA.

14– Quais os desafios e as possibilidades na escola no/do Campo em que você atua? DESAFIOS: FALTA DE INFRAESTRUTURA, DEFASAGEM NA APRENDIZAGEM DOS ALUNOS. POSSIBILIDADES: ESCOLA COM INFRAESTRUTURA, FORMAÇÃO CONTINUADA

15– A Secretaria de Educação de Jaguaripe já ofertou formação sobre a Educação do Campo? Comente. ATÉ O MEU CONHECIMENTO NÃO.

16– Você já participou de processos formativos vinculados à Educação do Campo ofertados pela APLB-Sindicato? Descreva. ATÉ O MOMENTO NÃO.

BLOCO IV – Apontamentos para o delineamento de uma proposta para a formação continuada de professores(as) do campo

17– Você tem disposição em participar de um processo continuado de formação de professores(as) voltado para a Educação do Campo? Comente. NÃO.

18– Considerando a possibilidade de uma proposta de formação que envolva os(as) professores(as) das escolas do campo, qual período de duração e formato de organização você indicaria? 120 HORAS. FORMATO ONLINE.

19– Quais temas você sugere serem abordados em um processo de formação em Educação do Campo? SURTIRO SOBRE EDUCAÇÃO ESPECIAL.

20– Qual a sua visão sobre a formação em Educação do Campo numa perspectiva contra-hegemônica? CONTRIBUIR PARA O DESENVOLVIMENTO QUE PRIORIZA UMA APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA VOLTADA AOS ALUNOS DO E NO CAMPO.

INSTRUMENTO DE PESQUISA: ROTEIRO DE DIÁLOGO COM O GRUPO FOCAL

BLOCO I – Identificação

1 – Qual é seu nome?

Georgia Vieira Oliveira

2 – E a sua idade?

41

3 – Qual é a sua formação?

Licenciatura em Pedagogia

4 – Quanto tempo e qual espaço de atuação?

Há treze anos

5 – Quais as suas percepções sobre a atuação na escola no/do campo?

Acredito que a prática é a mesma quando atuava na escola da cidade.

BLOCO II – Sobre a APLB-Sindicato

6 – Você conhece a atuação da APLB-Sindicato? Comente.

Sim. No município que leciono a APLB- Sindicato atua dentro das possibilidades, a atuação não é ruim, pois são organizados e alcançamos algumas conquistas através da luta desta instituição.

7 – Você é filiado(a) APLB Sindicato? Qual é a sua atuação na APLB Sindicato?

Sim. Participo com boa frequência das reuniões e apoio os movimentos.

8 – Qual é a atuação da APLB Sindicato no município de Jaguaripe – BA, na escola e junto aos(as) professores(as) do campo?

APLB Sindicato faz visitas nas escolas do campo e reivindicam no município alguns direitos que ainda não foram dados aos professores.

9 – Na sua concepção, quais as estratégias utilizadas pelo Sindicato na materialização da Educação do Campo?

Acredito que são poucas, visto que o município tem uma extensão territorial bem diversificada e os anseios são gerais e não há muito espaço para pensar somente na Educação do campo.

10 – Na sua opinião, todos(as) os(as) professores(as) filiados(as) têm uma atuação condizente com as lutas e reivindicações sindicais? Comente.

Infelizmente não. Essa questão tem enfraquecido as lutas do sindicato visto que muitos professores usam o discurso que o sindicato é fraco e não se comprometem de fatos com as lutas.

BLOCO III – Sobre a Educação do Campo

11 – Qual é a sua compreensão em relação à Educação do Campo?

Compreendo que a Educação do Campo é um direito do estudante que vive no ambiente rural e que deveria considerar sua identidade e sua vivência.

12 – Você tem conhecimento das legislações relacionadas à Educação do Campo? Explique.

Já estudei a disciplina Educação no campo no curso de Pedagogia, lembro que o calendário escolar pode ser flexível considerando o clima e a colheita.

13 – Quais as especificidades da escola em que atua? Comente.

A escola que atuo é uma escola municipal de educação infantil.

14 – Quais os desafios e as possibilidades na escola no/do Campo em que você atua?

Precisa pensar os estudantes como indivíduos que tem uma vivencia no campo e que estes precisam desenvolver competências e habilidades que os ajudem a permanecer e a sobreviverem no ambiente rural de forma digna.

15 – A Secretaria de Educação de Jaguaripe já ofertou formação sobre a Educação do Campo? Comente.

Não

16 – Você já participou de processos formativos vinculados à Educação do Campo ofertados pela APLB-Sindicato? Descreva.

Não

BLOCO IV – Apontamentos para o delineamento de uma proposta para a formação continuada de professores(as) do campo

17 – Você tem disposição em participar de um processo continuado de formação de professores(as) voltado para a Educação do Campo? Comente.

Sim no período noturno no formato a distância.

18 – Considerando a possibilidade de uma proposta de formação que envolva os(as) professores(as) das escolas do campo, qual período de duração e formato de organização você indicaria?

Período de dois em dois anos, formato educação a distância.

19 – Quais temas você sugere serem abordados em um processo de formação em Educação do Campo?

Como adequar o currículo para que o ensino aprendizagem envolva as vivencias do campo

20 – Qual a sua visão sobre a formação em Educação do Campo numa perspectiva contra hegemônica?

A Educação do campo deveria fortalecer os vínculos do homem do campo com seu espaço de vivencia, ampliando os conhecimentos sobre a produção local, nesse sentido o estudante do campo deveria desenvolver valores de pertencimento valorizando a si, a sua comunidade e suas práticas.

21 – Caso ache pertinente, você poderá tecer comentários finais.

Acredito que os debates que acontecem sobre Educação no Campo nas salas das universidades ainda são insuficientes para uma efetiva pratica da Educação no Campo, é necessário que haja uma efetiva parceria entre universidade/escola. Desde que comecei a lecionar na escola do campo me incomodo em ver que o ensino é totalmente urbano sem considerar os valores e a identidade dos estudantes. Nesse sentido fico frustrada em não ter uma formação suficiente para atender as reais necessidades dos alunos.

ANEXOS

ANEXO 1 - Fotos APLB-Sindicato Jaguaripe

Foto 1 - Representantes da APLB Jaguaripe na Sede do Sindicato em Nazaré - BA.



Fonte: APLB Jaguaripe.

Foto 2: Card das eleições 2023 do Vale do Jaguaripe.



Fonte: APLB Jaguaripe.

Foto 3: Visita da APLB Jaguaripe na Escola Municipal Florentino dos Santos – Capão I.



Fonte: APLB Jaguaripe.

Foto 4: Pronunciamento do jurído da APLB de Jaguaripe / Dr. Davdsom Pollar, na Câmara de Vereadores em Jaguaripe - BA.



Fonte: APLB Jaguaripe.

Foto 5: Representantes da APLB Jaguaripe na Câmara de Vereadores / 2024.



Fonte: APLB Jaguaripe.

Foto 6: Representantes da APLB Jaguaripe na Câmara de Vereadores / 2024.



Fonte: APLB Jaguaripe.

Foto 7: Seminário da APLB-Sindicato: o Ensino Médio e a valorização na Educação da Bahia.



Fonte: Getúlio Lefundes.

Foto 8: Assembléia da APLB-Sindicato em Salvador - BA.



Fonte: Getúlio Lefundes.

Foto 9: 3º Congresso da APLB-Sindicato.



Fonte: Getúlio Lefundes.

Foto 10: Audiência Pública na Câmara de Vereadores de Jaguaripe na luta pelo Piso Salarial – 2023.



Fonte: APLB Jaguaripe.

Foto 11: Audiência Pública na Câmara de Vereadores de Jaguaripe na luta pelo Piso Salarial – 2023.



Fonte: APLB Jaguaripe.

Foto 12.

APLB Núcleo Jaguaripe

Entrega de cesta básica no período da pandemia!



Fonte: APLB Jaguaripe.

Foto 13: Conselho Geral da APLB-Sindicato.



Fonte: APLB Jaguaripe.

**Foto 14: Conselho Sindical da Regional Leste / APLB-Sindicato.
Itacaré -BA-2024**



Fonte: APLB Jaguaripe.

ANEXO 2 - Fotos de Pontos Turísticos de Jaguaripe- BA

Foto 14: Praias de Mutá , Cações e Garcez .

Mutá



Foto: Emerson Ishikawa



Foto: Emerson Ishikawa

Cações



Foto: Emerson Ishikawa



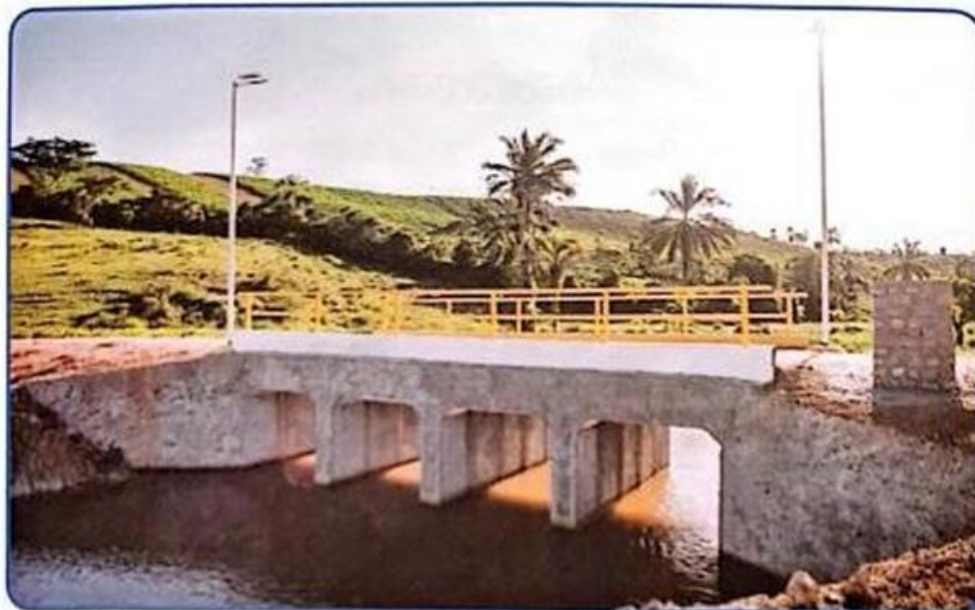
Foto: Emerson Ishikawa

Praia dos Garcez

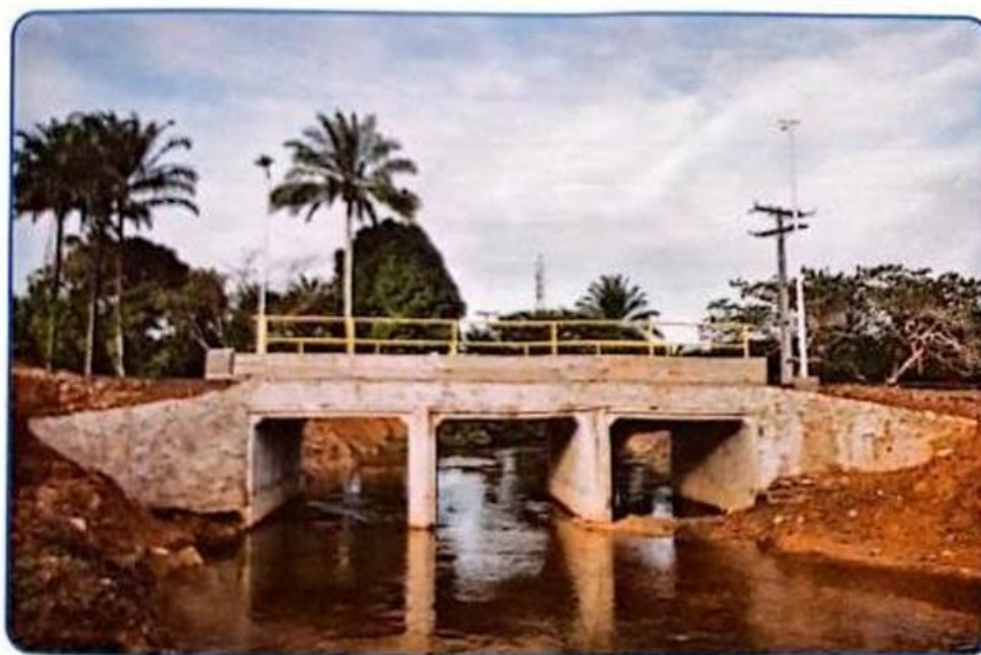


Foto: Emerson Ishikawa

Foto 15: Pontes.



Ponte sobre o Rio Macaco
Foto: Emerson Ishikawa



Ponte do Piquira
Foto: Emerson Ishikawa

Foto 16: Manguezal.



Manguezal
Foto: Janaina Figueiredo



Manguezal
Foto: Janaina Figueiredo

Foto 17: São Bernardo ,Piquira e Ilha D´Ajuda

São Bernardo



Foto: Emerson Ishikawa



Foto: Emerson Ishikawa



Cachoeira do Urubu Piquira
Foto: Mateus de Jesus



Foto aérea da Ilha D'Ajuda
Foto: Emerson Ishikawa

Foto 18: Rios



Rio do Landi - Ilha da D'Ajuda
Foto: Mateus de Jesus



Rio Jiquitã
Foto: Mateus de Jesus

Foto19 : Catadora de piaçava.



Beneficiamento da piaçava
Foto: Emerson Ishikawa



Beneficiamento da piaçava
Foto: Emerson Ishikawa

ANEXO 3 Termo de consentimento.

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DO INSTRUMENTO DE PESQUISA : ROTEIRO DE DIÁLOGO COM GRUPO FOCAL

Neste ato, eu JARQUELINE LIMA DOS SANTOS CASTRO nacionalidade brasileira, concordo em participar, como voluntário(a) e autorizo o uso do Instrumento de Pesquisa: Roteiro de Diálogo com Grupo Focal, para ser utilizado no estudo que tem como pesquisadora responsável a aluna de pós-graduação Almeridiane Andrade Santos Ribeiro , do curso do Mestrado profissional em Educação do Campo , Universidade Federal do Recôncavo da Bahia –UFRB , que está lotado no Centro de Formação de Professores - CFP , na Avenida Nestor de Melo Pita ,535 Centro de Amargosa- Bahia.

A autorização é concedida a título gratuito ,por esta ser a expressão da minha vontade, declaro que autorizo o uso do Instrumento de Pesquisa Roteiro de Diálogo com o Grupo Focal, e assino a presente autorização.

Jarqueline Lima dos Santos Castro
Assinatura

Carlos Alberto de Jesus, 03 de junho de 2024

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DO INSTRUMENTO DE PESQUISA : ROTEIRO DE DIÁLOGO COM GRUPO FOCAL

Neste ato, eu Egmonte Moreira de Almeida nacionalidade brasileira, concordo em participar, como voluntário(a) e autorizo o uso do Instrumento de Pesquisa: Roteiro de Diálogo com Grupo Focal, para ser utilizado no estudo que tem como pesquisadora responsável a aluna de pós-graduação Almeridiane Andrade Santos Ribeiro , do curso do Mestrado profissional em Educação do Campo , Universidade Federal do Recôncavo da Bahia –UFRB , que está lotado no Centro de Formação de Professores - CFP , na Avenida Nestor de Melo Pita ,535 Centro de Amargosa- Bahia.

A autorização é concedida a título gratuito ,por esta ser a expressão da minha vontade, declaro que autorizo o uso do Instrumento de Pesquisa Roteiro de Diálogo com o Grupo Focal, e assino a presente autorização.

Egmonte Moreira de Almeida
Assinatura

gaguaripa , 03 de junho de 2024

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DO INSTRUMENTO DE PESQUISA : ROTEIRO DE DIÁLOGO COM GRUPO FOCAL

Neste ato, eu Justino Francisco de Souza Filho nacionalidade brasileira, concordo em participar, como voluntário(a) e autorizo o uso do Instrumento de Pesquisa: Roteiro de Diálogo com Grupo Focal, para ser utilizado no estudo que tem como pesquisadora responsável a aluna de pós-graduação Almeridiane Andrade Santos Ribeiro , do curso do Mestrado profissional em Educação do Campo , Universidade Federal do Recôncavo da Bahia –UFRB , que está lotado no Centro de Formação de Professores - CFP , na Avenida Nestor de Melo Pita ,535 Centro de Amargosa- Bahia.

A autorização é concedida a título gratuito ,por esta ser a expressão da minha vontade, declaro que autorizo o uso do Instrumento de Pesquisa Roteiro de Diálogo com o Grupo Focal, e assino a presente autorização.

Justino Francisco de Souza Filho
Assinatura

Jaguaripe, 03 de junho de 2024

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DO INSTRUMENTO DE PESQUISA : ROTEIRO DE DIÁLOGO COM GRUPO FOCAL

Neste ato, eu Fabiana dos Santos Oliveira nacionalidade brasileira, concordo em participar, como voluntário(a) e autorizo o uso do Instrumento de Pesquisa: Roteiro de Diálogo com Grupo Focal, para ser utilizado no estudo que tem como pesquisadora responsável a aluna de pós-graduação Almeridiane Andrade Santos Ribeiro , do curso do Mestrado profissional em Educação do Campo , Universidade Federal do Recôncavo da Bahia –UFRB , que está lotado no Centro de Formação de Professores - CFP , na Avenida Nestor de Melo Pita ,535 Centro de Amargosa- Bahia.

A autorização é concedida a título gratuito ,por esta ser a expressão da minha vontade, declaro que autorizo o uso do Instrumento de Pesquisa Roteiro de Diálogo com o Grupo Focal, e assino a presente autorização.

Fabiana dos Santos Oliveira
Assinatura

Jaguaripe, 09 de junho de 2024

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DO INSTRUMENTO DE PESQUISA : ROTEIRO DE DIÁLOGO COM GRUPO FOCAL

Neste ato, eu Vanilda dos Santos Ramos nacionalidade brasileira, concordo em participar, como voluntário(a) e autorizo o uso do Instrumento de Pesquisa: Roteiro de Diálogo com Grupo Focal, para ser utilizado no estudo que tem como pesquisadora responsável a aluna de pós-graduação Almeridiane Andrade Santos Ribeiro, do curso do Mestrado profissional em Educação do Campo, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia -UFRB, que está lotado no Centro de Formação de Professores - CFP, na Avenida Nestor de Melo Pita, 535 Centro de Amargosa- Bahia.

A autorização é concedida a título gratuito, por esta ser a expressão da minha vontade, declaro que autorizo o uso do Instrumento de Pesquisa Roteiro de Diálogo com o Grupo Focal, e assino a presente autorização.

Vanilda dos Santos Ramos
Assinatura

Bayle, 05 de junho de 2024

**TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DO INSTRUMENTO DE
PESQUISA : ROTEIRO DE DIÁLOGO COM GRUPO FOCAL**

Neste ato, eu Georgina Piura Oliveira nacionalidade brasileira, concordo em participar, como voluntário(a) e autorizo o uso do Instrumento de Pesquisa: Roteiro de Diálogo com Grupo Focal, para ser utilizado no estudo que tem como pesquisadora responsável a aluna de pós-graduação Almeridiane Andrade Santos Ribeiro , do curso do Mestrado profissional em Educação do Campo , Universidade Federal do Recôncavo da Bahia –UFRB , que está lotado no Centro de Formação de Professores - CFP , na Avenida Nestor de Melo Pita ,535 Centro de Amargosa- Bahia.

A autorização é concedida a título gratuito ,por esta ser a expressão da minha vontade, declaro que autorizo o uso do Instrumento de Pesquisa Roteiro de Diálogo com o Grupo Focal, e assino a presente autorização.

Georgina Piura Oliveira
Assinatura

Jaguaripe , 04 de Junho de 2024